UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

CESAR AUGUSTO ALVES DA SILVA

**Esquematismo da produção industrial e formação do
indivíduo**

V

São Paulo

2016

CESAR AUGUSTO ALVES DA SILVA

**Esquematismo da produção industrial e formação do
indivíduo**

(Versão corrigida)

v.

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia
da Universidade de São Paulo como
parte dos requisitos para obtenção do título
de Doutor em Psicologia

Área de concentração: Psicologia Escolar
e do Desenvolvimento Humano

Orientador: Prof. Dr. José Leon Crochik

São Paulo

2016

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Silva, Cesar Augusto Alves da.

Esquematismo da produção industrial e formação do indivíduo / Cesar Augusto Alves da Silva; orientador José Leon Crochik. -- São Paulo, 2016.

175 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Esquematismo 2. Capitalismo 3. Formação do indivíduo 4. Pseudoformação I. Título.

HB501

Nome: Cesar Augusto Alves da Silva

Título: Esquematismo da produção industrial e formação do indivíduo

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo como parte dos
requisitos para obtenção do título de Doutor em
Psicologia.

Tese defendida e aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Assinatura _____

Dedicatória

Esta tese é dedicada ao meu filho Thales e à minha neta Melissa, pelo estímulo, força e esperança para que eu pudesse sempre continuar em frente durante todo esse percurso.

Agradecimentos:

Ao Prof. Dr. José Leon Crochik, meu orientador, por ter me aceitado como seu orientando, mesmo sendo eu um desconhecido para ele; por sua paciência, rigor e dedicação ao meu texto e a minha formação.

Aos Profs. Drs. Odair Sass e Pedro Fernando Silva, pela contribuição fundamental e inestimável ao meu texto e a minha pesquisa no momento do Exame de Qualificação.

Ao Prof. Dr. Antonio Álvaro Soares Zuin, pela oportunidade, ajuda, contribuição e generosidade e amizade.

À Profa. Dra. Iray Carone, pela inacreditável generosidade. Veio de você professora, a suave brisa que refrescou, acalentou, energizou e direcionou esta pesquisa em um momento de mares revoltos que a deixaram quase sem referências e seu autor sem sentidos.

Aos Profs. Drs. Ricardo Musse e Lineu Norio Kohatsu, por sua pronta disposição a participação e contribuição no processo de minha formação.

À Profa. Dra. Yvete Piha Lehman, pelas aulas e pelo conhecimento compartilhado.

Ao Prof. Dr. Mário Sérgio Cortella, pela amizade e generosidade.

À Profa. Eliana Paulich, pelo carinho, atenção, paciência, aceitação, conversas e discussões que foram de enorme importância durante os dois últimos anos, tanto para esta pesquisa e formulação do texto, quanto para meu desenvolvimento pessoal.

Ao Prof. Robson Asso, pelo companheirismo e amizade desde a infância.

Ao Fabrício (à época, 2013/14, orientando de mestrado da Profa. Marilena Chauí e “assistente” da Profa. Yvete Lehman), pelos arquivos de aulas do Prof. Dr. Vladimir Safatle, cuja oportunidade de assistir não me foi possível.

À Fernanda, Ricardo, Juliana, Edson e Tatiana, colegas de curso, pela amizade, alegria e força durante o período do doutorado; e pelas conversas e discussões, tanto dentro quanto fora das aulas, que muito acrescentaram à minha formação.

Às minhas queridíssimas alunas do curso de Pedagogia de uma faculdade de Itaquera:
Lili (Liliane), Patrícia, Daniela, Elisangela Damasceno, Elisangela Sales, Erandi,
Gentilina, Camila, Magna, Maria Cristina, Izabel, July, Sandra, Michelle Blume,
Raquel, Shirley, Tatiane, Débora, Eliane, Zenilda, Francisca, Jacqueline e Carmem
Mourão, pelo apoio e interlocução que foram importantíssimas para as ideias desta tese.

Aos Profs. Ms. Marcos Reppa e Marco Maida, pela amizade e auxílio.

A aranha realiza operações que lembram o tecelão, e as caixas suspensas que as abelhas constroem envergonham o trabalho de muitos arquitetos. Mas até mesmo o pior dos arquitetos difere, de início, da mais hábil das abelhas, pelo fato de que antes de fazer uma caixa de madeira, ele já a construiu mentalmente. No final do processo do trabalho, ele obtém um resultado que já existia em sua mente antes de ele começar a construção. O arquiteto não só modifica a forma que lhe foi dada pela natureza, dentro das restrições impostas pela natureza, como também realiza um plano que lhe é próprio, definindo os meios e o caráter da atividade aos quais ele deve subordinar sua vontade. Karl Marx, O Capital

O capitalismo, ao se apropriar do trabalho, se apropria de toda essa atividade mental do trabalhador. (O autor)

RESUMO

SILVA, C. A. A. *Esquematismo da produção industrial e formação do indivíduo*. 2016. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Esta tese tem como objetivo analisar a possibilidade de formação do indivíduo na sociedade industrial com base naquilo que se configurou como uma determinação importante, a saber, a produção em série que, para se realizar, demanda um esquema produtivo previamente estabelecido, um planejamento rigorosamente calculado, racionalmente construído de acordo com uma razão que expressa os interesses lucrativos do modo de produção capitalista. Objetivamos discutir o modo de produção capitalista industrial que se torna ideologia de si mesmo, como uma “metafísica” que se torna real por meio dessa produção. Ação real produtiva e esquema “metafísico” se autodeterminam mediados, ou determinados, pelo lucro. É um sistema que traz em si um modelo de racionalidade técnica e tecnológica que se tornam meio da imposição do esquematismo da produção sobre os indivíduos e em direta relação de correspondência à pseudoformação causadora do obscurecimento da subjetividade. Investiga-se a esquematização que a indústria cultural realiza na produção cultural. Tal esquematização atua já no campo da produção da cultura, determinando minuciosamente a elaboração dos objetos culturais. Analisam-se as condições de possibilidade da individualidade construir-se ou não no período contemporâneo. A infantilização e a obnubilação do desenvolvimento humano aparecem como resultado do processo do modo de produção capitalista industrial. O “eu” é derrotado antes mesmo de constituir-se, porque o diferente nunca é produzido em série. Conclui-se, então, que, no modo de produção capitalista industrial, os obstáculos para a formação do indivíduo e sua pseudoformação socializada não estão apenas no consumo dos produtos culturais mercantilizados. Tais limites já se originam concretamente na produção por meio do esquematismo alienado dos homens e imposto a eles.

Palavras chave: esquematismo, capitalismo, formação, pseudoformação, indivíduo

ABSTRACT

SILVA, CAA *Schematism industrial production and formation of the individual*. 2016.
Thesis (Ph.D.) - Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo, 2016.

This thesis aims to analyze the possibility of formation of the individual in industrial society from what was configured as an important determination, namely the production series, to take place, demand a previously productive scheme, a carefully calculated plan rationally constructed according to a ratio expressing the profit interests of the capitalist mode of production. This paper discusses the industrial capitalist mode of production that becomes ideology of himself as a "metaphysical" that becomes real through this production. Productive real action and "metaphysical" consider themselves scheme mediated or determined by profit. It is a system which brings a technical and technological rationality model that make it through the schematic of the levy production on individuals and in direct relation matching the pseudoformação causing the subjectivity obscuration. The layout is investigated that the culture industry performs in cultural production. Such a layout is already active in the field of crop production, carefully determining the development of cultural objects. They analyze the conditions of possibility of individuality build up or not in the contemporary period. The infantilization and numbness of the human development process appear as a result of the industrial capitalist mode of production. The *ego* is defeated before even be created, because the other is never produced in series. It follows, then, that the industrial capitalist mode of production, the obstacles to the formation of the individual and his socialized pseudoformation are not only the consumption of commodified cultural products. These limits already originate specifically in production through the schematic alienated men and imposed on them.

Keywords: schematic, capitalism, training, pseudoformação, individual

SUMÁRIO

Apresentação.....	9
1- Racionalidade técnica, esquematismo da produção e pseudoformação.....	17
1.1 – Técnica e tecnologia determinando os limites da liberdade e da individualidade do pseudo sujeito.....	18
1.2 - Racionalidade técnica e sujeição do sujeito no processo de produção de mercadorias.....	44
1.3 – Racionalidade técnica, capital e pseudoformação: as “personalidades autoritárias”.....	58
 2 - Capitalismo industrial e esquematismo da indústria cultural.....	65
2.1 - O esquema da indústria cultural e a música.....	77
2.2 - O esquematismo da música transformada em mercadoria e a infantilização do ouvinte.....	84
2.3 - A técnica de reprodução e o esquema da música como mercadoria: os efeitos sobre os sentidos dos ouvintes.....	94
2.4 - A deformação de sujeito e objeto pela indústria cultural.....	100
 3 - Razão, esquematismo da produção e não formação do indivíduo.....	109
3.1 - Razão e esquematismo.....	111
3.2 - Desenvolvimento humano e esquematismo da produção.....	128
 Considerações finais.....	160
Bibliografia.....	171

APRESENTAÇÃO

O sistema capitalista de produção em sua fase industrial e com uma sistematização tanto da administração quanto da produção e distribuição de mercadorias, baseadas no rigor científico e na racionalidade técnica, alcançou o aumento da produção e a consequente redução dos preços dos objetos industrializados. Essas são realidades que propiciam o acesso aos bens de consumo àqueles que desde antes da incipiente industrialização a produziram. É inegável que o ingresso desses trabalhadores no mercado de consumo consentiu a eles um pouco do conforto antes negado e só acessível à burguesia. Esse ingresso possibilitou benefícios aos próprios empresários, que com um maior número de compradores tiveram a oportunidade de ampliação de sua produção e vendas, gerando um indiscutível crescimento exponencial do capital. Malgrado o benefício da integração das camadas mais pobres aos bens da civilização, tal integração não recusou a elas também os malefícios desta.

A grande produção, alcançada por meio das técnicas de reprodução mecânica em alta escala, prometia democratizar as criações do âmbito da cultura levando a todos os seres humanos as mais refinadas criações do “espírito” humano; mas, em vez disso, acabou por quase liquidar completamente estas últimas e criar um produto cultural com o objetivo maior de ganho, lucro e formação de capital, tornando-se um agente do descomprometimento com o mundo. Mesmo as obras que foram elaboradas com compromisso, acabaram, sob as novas circunstâncias do capitalismo industrial, sendo destruídas, e assimiladas de modo que só é possível se relacionar com seus escombros produzidos pela racionalização da produção capitalista levada a termo pela indústria cultural. Esse é um dos efeitos do “esquematismo da produção” (Adorno, Horkheimer, 2006, p. 103) sobre os homens: estes somente conseguem perceber e entender o mundo conforme o padrão racional estabelecido pela produção porque é necessariamente assimilado por eles, mesmo que não tenham definido tal padrão. Com isso, o dissonante, a “aura”, quando existem, se tornam inaudíveis, invisíveis. Esse esquematismo, empregado como um instrumento com finalidades lucrativas na produção industrial, transforma os avanços da produção material socialmente realizada em retrocesso da capacidade individual de pensar e realizar. Isso acontece como estratégia de comercialização – os produtos capazes de auxiliar as pessoas em suas tarefas diárias,

para serem vendidos, apelam a um efeito facilitador ao extremo de sua utilização/operação, ou nem sequer exigem operação por parte do consumidor, prometendo, e cumprindo, ajudar, simplificar e tornar mais ágeis aquelas tarefas dos ocupados seres humanos da sociedade industrial – como também, e antes mesmo da esfera do consumo, porque o âmbito do trabalho foi racionalizado e teve todas as suas operações e condutas humanas simplificadas e padronizadas de maneira racional e científica (podemos dizer, burocratizadas sob um rígido “protocolo”) com o intuito de atingir a maior produtividade possível no menor espaço de tempo.

A esse efeito facilitador e desenvolvimento de realização de tarefas deveria corresponder um aumento no tempo livre para que o ser humano das camadas econômica e socialmente exploradas da sociedade capitalista, fadado à produção material realizada por meio de longas e extenuantes jornadas de trabalho, pudesse desenvolver todas as suas capacidades por meio da arte e da cultura. Mas o problema é que o “esquematismo da produção” e o sistema produtivo como um todo, ao incidir sobre o indivíduo tanto na produção quanto no consumo, não permitiu, e continua a não permitir, a ele desenvolver os pressupostos necessários de percepção e entendimento para se relacionar com a arte, o mundo, a cultura e os outros homens, como poderia. Se isso tivesse ocorrido, a cultura, antes privilégio dos estratos sociais dirigentes, abastados e ociosos, seria o meio cujo acesso causaria ao humano aquele desenvolvimento das faculdades enrijecidas pelo trabalho árduo. O que deve ficar claro é que não cabe nos referirmos ao problema do desenvolvimento humano como uma simples questão pedagógica, de aprendizado, e, sim, de condições materiais de produção que impedem tal desenvolvimento. Os meios técnicos, livres da condição de serem meros instrumentos da concentração de capital, permitiriam a possibilidade de democratização da cultura.

O problema da apreensão cultural e do desenvolvimento da “interioridade” do ser humano não consiste simplesmente em uma questão pedagógica descolada da “produção material” dos sentidos e da cognição, ou em uma apropriação do material cultural por meio de recursos técnicos, e, sim, como Adorno e Horkheimer demonstraram na *Dialética do Esclarecimento*, no capítulo sobre a indústria cultural, à constituição objetiva dos objetos culturais confeccionados como mercadorias, porque isso implica no fato de que cada um deles traz em si a racionalidade técnica, instrumentalizada, e, sendo assim, não podem ser considerados objetos artísticos,

estando muito mais próximas do trabalho sob sua constituição capitalista. Se há técnica na arte como condição imprescindível de seu desenvolvimento, ela não é a mesma técnica utilizada pela razão para a dominação do homem por meio do trabalho. Este é o meio pelo qual a razão domina a natureza – sendo o homem, também, natureza, o trabalho é fator determinante na dominação do homem pelo homem –, e a arte é atividade que, para ser realizada, “indica”, daquele que a faz, o status de liberto da atividade humana reificada, o trabalho:

A atividade artística baseada no trabalho memorizado, com racionalizações morais, é contrária à própria ideia da arte, cujo distanciamento da práxis social de autoconservação contém em si a indicação a uma condição liberta do trabalho. (Adorno, 2011, p.263)

Adorno (2011, p. 263-264) em sua obra “Sociologia da Música”, no capítulo intitulado “Vida musical”, critica o que chama de “jeremiadas da interioridade contra os meios de comunicação”, aqueles que vislumbram a possibilidade existente no rádio de acrescer as capacidades perceptivas e de entendimento musical de seus ouvintes por meio de uma pedagogia musical que desenvolveria neles a aptidão necessária para verdadeiramente apreender a música como uma obra de arte dotada de lógica interna, início meio e fim, vínculo entre suas partes e o todo e relação entre a obra e o momento histórico em que ela foi elaborada sem reduzir-se ou o contrário. As “jeremiadas” “espiritualizantes” e moralizantes da cultura, segundo Adorno (2011, p. 263), portam a mesma moral do trabalho árduo e alienado, tratando os elementos da cultura como objetos capazes de serem entendidos e ensinados aos seres humanos por meio de uma organização pedagogicamente desenvolvida e como fruto daquele tipo de trabalho:

Nas padronizadas jeremiadas da interioridade contra os meios de comunicação de massa também continua vegetando algo daquele fatal ethos do trabalho (Arbeitsethos), ao qual não há nada mais temível que uma ordenação do mundo na qual o trabalho árduo e alienado fosse algo frívolo, tratando igualmente de eternizá-lo por meio de um controle pedagógico da cultura. (Adorno, 2011, p. 263)

Temos, então, de fundo ao processo de organização social e do mundo pelo capitalismo, juntamente com a imposição de relações entre as pessoas e entre essas e o mundo, uma questão também epistemológica produzida por aquela forma de produção e reprodução da vida. O mundo social, econômico e cultural, juntamente com os objetos, é criado e organizado em suas relações de constituição interna e externa pela lógica do ganho e do lucro, a lógica interna do capital. A “epistemologia do capital” – engendrada pela produção dos objetos, ao criá-los e organizá-los, como também, relações sociais direcionadas ao ganho e ao lucro, como também anterior a essa produção exatamente para poder engendrar-la, se tornando um modelo e, podemos dizer, melhor desenvolvida com o capitalismo industrial – se impõe como verdade única, sendo alardeada pelos seus mecanismos de difusão, como a indústria cultural. Todavia, tal forma epistemológica ultrapassa esse caráter metafísico de uma ideologia, entendida como uma série de ideias encadeadas de determinada forma e atuando sobre o indivíduo, e se materializa já no próprio processo produtivo dos objetos ao confeccioná-los como mercadorias – conforme Marx (1989, p. 41) demonstrou, objetos com “valor de uso e valor de troca” para gerar capital. A epistemologia postulada pelo capital é, antes de mais nada, determinada pelo ganho e lucro para produção e reprodução do capital funcionando como ideologia deste, atuando internamente aos objetos, influenciando até em sua construção molecular (nas ligações destas para criações de novas mercadorias mais lucrativas) e atua quase da mesma maneira – porque ainda não atingiu um estágio de construção sintética de seres humanos mais produtivos – sobre os seres humanos. Tal epistemologia atua como determinante na própria criação das mercadorias, praticamente fornecendo seu “desenho”, seu esquema, convertendo em materialidade tanto a ideologia quanto a racionalidade técnica e o objetivo de ganho e lucro.

Em seus escritos no livro *Dialética do Esclarecimento*, Adorno e Horkheimer utilizam, por várias vezes, os conceitos de “esquema” e “esquematismo” cunhados por Kant (1994, p. 183) a fim de explicar como a percepção sensível entra em concordância com o entendimento no processo do conhecimento operado pelo sujeito. Especificamente no capítulo sobre a indústria cultural, esses autores se referem ao esquematismo como “o primeiro serviço prestado por ela [indústria cultural] ao cliente”

(Adorno; Horkheimer¹, 2006, p. 103) Para entendermos essa argumentação, devemos, antes, conhecer o conceito de Kant. Diz este último (1994, p. 184): “Daremos o nome de esquema a esta condição formal e pura da sensibilidade a que o conceito do entendimento está restringido no seu uso, e de esquematismo do entendimento puro ao processo pelo qual o entendimento opera com esses esquemas.” A intenção de Kant é explicar como um objeto, captado pela percepção sensível, se subsume a um conceito, produzido pelo entendimento. Aquilo que é percebido, intuído por um órgão da sensação, não está “naturalmente” contido no conceito. Porque, diz esse autor, “os conceitos puros do entendimento, comparados com as intuições empíricas (até mesmo com as intuições sensíveis em geral), são completamente heterogêneos e nunca se podem encontrar em qualquer intuição.” (Kant, 1994, p. 181) Ora, então, “como será possível a subsunção das intuições nos conceitos, portanto a aplicação da categoria ao fenômeno”, indaga Kant (1994, p. 182). A resposta só pode estar na existência de um elemento mediador entre fenômeno e categoria, percepção e entendimento, deve haver um “terceiro termo” harmonizador entre eles, e que, ao mesmo tempo, é comum aos dois. Kant (1994, p.182) afirma: “É claro que tem de haver um terceiro termo, que deva ser por um lado, homogêneo à categoria e, por outro, ao fenômeno, e que permita a aplicação da primeira ao segundo. (...) Tal é o esquema transcendental.” Em suma, ele é, portanto, a operação capaz de relacionar fenômeno e conceito. Próprio ao indivíduo, o esquema deve ser transcendental para que não degenere em um relativismo, seguindo regras puramente subjetivas. O esquema transcendental obedece a regras universais. No entanto, o segredo desta operação, segundo Kant (1994, p. 184), “é uma arte oculta nas profundezas da alma humana, cujo segredo de funcionamento dificilmente poderemos alguma vez arrancar à natureza e pôr a descoberto perante os nossos olhos.” Não podemos deixar de notar e registrar a beleza dessa argumentação de Kant. Esse autor mantém o encantamento do conhecer quando torna o cerne de seu objeto inalcançável e, com isso, reverte também em inesgotável o conhecimento sobre ele.

Horkheimer e Adorno utilizam o conceito de esquematismo como chave de entendimento e explicação para a forma com que a indústria cultural se impõe sobre os consumidores de seus produtos, controlando-os quase que plenamente. Em meio a tanto

¹ O presente texto se baseará na edição de 2006 da *Dialética do Esclarecimento*, por isso, o nome de Adorno aparecerá, conforme a ficha catalográfica dessa edição, sempre adiante do nome de Horkheimer quando ocorrer alguma citação desse livro. A ficha catalográfica da primeira publicação no Brasil da *Dialética do Esclarecimento* apresenta o nome de Horkheimer em primeiro, antes do de Adorno.

sacrifício cotidiano realizado pelo trabalhador para garantir sua autoconservação em um mundo que potencialmente já atingiu um nível técnico – compreendido pela maneira de realizar as atividades, atualmente, na produção, monopolizada quase que completamente pelas máquinas – e tecnológico – entendido como o sistema, a forma com que estão relacionadas as máquinas e processos produtivos, de lazer e entretenimento em sua operação para produzir e reproduzir a vida – para abolir todo o sacrifício, a indústria cultural, por meio da técnica, oferece a compensação mediante promessas nunca cumpridas de relaxamento, diversão e distração. Quanto mais sacrifício é exigido a cada trabalhador para dar conta de sua vida, mais relaxamento com diversões e distrações ainda mais intensificadas ele exigirá. Como “a profundidade interna do sujeito não consiste em nada mais senão a delicadeza e a riqueza do mundo da percepção externa” (Adorno; Horkheimer, 2006 p. 156), essa situação de trabalho e distração já configura condições objetivas que servem de base ao esquema lógico racional externo ao objeto – e com a intenção de dominá-lo – para a formação dos homens desde a sua mais tenra idade. É exatamente à situação de empobrecimento racionalizado dessas condições externas impedindo o aprofundamento interno do sujeito que os autores se referem. A correspondência entre as condições externas de vida para o crescer interno do ser humano, faz com que este último não consiga desenvolver completamente sua “profundidade interna” porque estas foram coarctadas pelo capitalismo em sua constituição ideológica do mundo. Porém, a organização social nestes termos acaba sendo veiculada e entendida pela maioria dos seres humanos como seu oposto: uma organização não social, mas, sim, natural. Na sociedade das informações/mercadoria o mundo é petrificado em um existente vendido como o “fim da história”, e o ser humano deve apenas ser capaz do “registro positivista dos dados” (Idem, p. 156), contentando-se com isso sem ousar, e também sem desejar, nenhuma reflexão, porque a forma produtiva social, reforçada pela indústria cultural, já confere ao mundo, e ao produto oriundo dessa forma produtiva, um estado de acabamento absoluto que dispensa qualquer reflexão por parte do sujeito. Se, como diz Kant (1994, p.), “pensar é fazer juízos”, então a indústria pensa por seu cliente. É neste ponto que Horkheimer e Adorno percebem aquela prestação de serviço ao consumidor pela indústria. Nossa hipótese é a de que o sentido e essa própria prestação já se inicia na produção, antes mesmo de chegar ao consumo, de modo que não é necessário nem ao produtor e muito menos ao consumidor desenvolver a capacidade de elaborar juízos por meio de reflexões. A tese defendida neste texto é a de que o esquematismo que cada indivíduo deveria realizar por

si mesmo com base nas regras universais já é usurpado dele antes mesmo de sua fase consumidor, ainda em sua condição de produtor e, como consumidor, ele exige que não haja nenhuma exigência a sua percepção e entendimento fora daquelas do esquema sob o qual a racionalidade técnica instrumental e o sistema produtor de mercadorias antecipadamente organizou e definiu. O consumo reforça o esquematismo da indústria como parte constituinte do capital. Essa situação faz com que o ser humano passe a demandar, a verdadeiramente clamar pelo esquematismo da indústria. Tal esquematismo passa a ser visto por ele como um direito inalienável e um dever para sobreviver. Já na década de 40 do século XX, no capítulo sobre a indústria cultural da obra *Dialética do Esclarecimento*, os autores percebiam que havia uma “necessidade imanente ao sistema de não soltar o consumidor, de não lhe dar em nenhum momento o pressentimento da possibilidade de resistência.” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 117)

Bem, objetivando analisar a falta de condições objetivas para a formação da subjetividade dos seres humanos hodiernos é que vamos nos remeter ao esquematismo da produção industrial e a correspondência da própria pseudoformação (Adorno, 1964) sobre o esquematismo. No primeiro capítulo, o objetivo é discutir o modo de produção capitalista industrial como uma metafísica que se torna real por meio dessa produção sem, com isso, tornar-se uma “rua de mão única”. Produção real e esquema metafísico “dialogam” e se autodeterminam mediados, ou determinados, pelo lucro. É um sistema que traz em si um modelo de racionalidade técnica e tecnológica, como também de homem – portanto, antecipando-os –, porque necessita deles para sua autoconservação; enquanto esse último, pelo mesmo motivo (autoconservação), alimenta o capital, juntamente com a racionalidade técnica e a tecnologia se tornam meio e instrumento da imposição do esquematismo da produção sobre os indivíduos e em direta relação de correspondência à pseudoformação causadora do obscurecimento da subjetividade. No segundo, investiga-se a esquematização que a indústria cultural realiza na produção cultural, principalmente sobre a música, para sua transformação em nada mais que mercadoria veiculada pelos meios técnicos, particularmente o rádio. Tal esquematização atua já no campo da produção da cultura, determinando minuciosamente a elaboração dos objetos culturais. É assim que o trabalho dos produtores, compositores, escritores e roteiristas da indústria cultural é determinado: pela correspondência a tal elaboração, de modo a criar mercadorias culturais simplificadas, padronizadas e de fácil consumo. No terceiro capítulo, analisam-se as condições de possibilidade da individualidade

construir-se ou não no período contemporâneo. A infantilização e a obnubilação do desenvolvimento humano aparecem como resultado do processo do modo de produção capitalista industrial.

1º. Cap.

Racionalidade técnica, esquematismo da produção e pseudoformação

No texto intitulado “Algumas implicações sociais da tecnologia moderna”, Herbert Marcuse (1999, p. 73) define técnica e tecnologia, alguns dos conceitos discutidos neste capítulo. Diz ele:

Neste artigo, a tecnologia é vista como um processo social no qual a técnica propriamente dita (isto é, o aparato técnico da indústria, transportes, comunicação) não passa de um fator parcial. (...) A tecnologia, como modo de produção, como a totalidade dos instrumentos, dispositivos e invenções que caracterizam a era da máquina, é assim, ao mesmo tempo, uma forma de organizar e perpetuar (ou modificar) as relações sociais, uma manifestação do pensamento e dos padrões de comportamento dominantes, um instrumento de controle e dominação. (Marcuse, 1999, p. 73)

Por essas palavras, podemos perceber que Marcuse entende a tecnologia praticamente como sinônimo do modo de produção industrial (“a era da máquina”), como também uma maneira de se viver (“uma forma de vida que faz da máquina o seu núcleo, o seu principal elemento e sustentáculo”) e de controlar a vida que não é desligada desse modo de produção, e, sim, completamente mediada por ele. Um sistema produtivo, um processo social de produção com todos os seus meios para se reproduzir e atingir seus fins. Tais meios incluem os seres humanos em suas relações sociais racionalizadas pela lógica de produção, voltando todos os esforços e energias inventivas e científicas para a criação de estratégias produtivas e administrativas, construindo dispositivos, máquinas e ferramentas para a sua própria manutenção e de suas relações

de produção. Isso tudo é denominado tecnologia, um sistema cuja técnica é apenas uma parte. Esta parcialidade da técnica, a qual se refere Marcuse, se submete ao processo social de produção em sua manifestação histórica – no caso em questão aqui, nos concentraremos no capitalismo. Portanto, não é a técnica em si a responsável pela dinâmica de dominação e controle sobre os seres humanos, mas, sim, a forma histórica que a engloba. A técnica, constituída em aparato técnico pela industrialização, é o meio para a dominação, tornando a impessoalidade obra da racionalização técnica da produção. Na sociedade industrial, a técnica também é dominada pelo processo social total de produção, a que Marcuse denomina tecnologia. Esta, como modo de usar e de organizar todo aparato técnico produtivo, é que possui os fins de dominação e controle, utilizando tal aparato como o meio para efetivar seus fins. Neste capítulo, vamos analisar as condições de possibilidade e impossibilidade (e essa própria impossibilidade) fornecidas pela técnica, desenvolvida e controlada pelo modo de produção capitalista industrial – a racionalidade técnica – como meio e instrumento do desenvolvimento e determinação do esquematismo da produção, ao indivíduo para este conceber e elaborar, mediante regras universalmente válidas, suas próprias ideias em relação com suas percepções.

1.1 – Técnica e tecnologia determinando os limites da liberdade e da individualidade do pseudo sujeito

Marcuse (1967, p. 45), assevera: “A máquina afirma sua maior dominação ao reduzir a autonomia profissional”; e, em outro momento: “o aparato técnico estabelecido engolfa a existência pública e privada em todas as esferas da sociedade – isto é, se torna o meio de controle e coesão em um universo político que incorpora as classes trabalhadoras.” (Marcuse, 1967, p. 41) A racionalidade técnica, gerada pelo capitalismo, faz parte das condições concretas de produção da debilidade do “eu”, que quanto mais enfraquecido, mais vítima da técnica e da tecnologia se torna, e mais as deseja, não como instrumentos de sua libertação, e, sim, mecanismos pelos quais ele se torna dependente porque preparam ou, podemos dizer, pré-maturam o mundo para o indivíduo dispensando sua participação consciente nesse processo, o que gera

consequências sobre seu próprio desenvolvimento. Isso se deve ao fato de que, no capitalismo, o mundo se submete à forma dada a ele pela produção baseada na racionalidade técnica, ao invés da razão auxiliar o homem a encontrar a forma de cada objeto da natureza em sua relação com o seu próprio conteúdo, balizando-se por essa relação para sua ação social. Se assim fosse, se houvessem condições concretas para essa razão, o ser humano, ao produzir conscientemente o mundo, produziria, também de modo consciente, a si mesmo. Por outro lado, essa mesma técnica, em seu caráter de força produtiva, possui a capacidade para fabricar a base material de uma relação social em que a autonomia e a liberdade possam verdadeiramente existir e ser desfrutadas, fato que concederia não somente à formação chances objetivas de existir e, em relação mútua com ela, também ao “eu”. Quanto maior for a possibilidade de formação deste último, maior será sua diferenciação, marca humana indispensável. A razão, limitada a seu polo subjetivo e sem poder determinar o mundo dos homens fornecendo a eles a possibilidade de se assenhorar de suas relações sociais, foi reduzida a um recurso para potencializar as forças produtivas capitalistas, utilizada e inserida na técnica como elemento lógico-formal praticamente “materializado” por meio da matemática para transformar esta última em racionalidade técnica.

Um instrumento fundamental para o desenvolvimento desse tipo de racionalidade e da tecnologia é, então, a matemática. Mesmo não se reduzindo à funcionalização dada a ela pela racionalidade técnica e tecnológica do modo de produção capitalista, e possibilitando não apenas o controle, como também a explicação da natureza, a matemática adquire status de ciência devido a sua importância para a dominação e transformação da natureza em fonte não só da autoconservação humana, mas, sob o regime capitalista, principalmente de lucro. Daí, essa mesma ciência ser empregada como fórmula ou esquema para a técnica de fabricação e administração de produtos em série. A tecnologia, entendida como um sistema de produção, considerado tudo que há nele (máquinas, ferramentas, seres humanos e processos), também toma como base a matemática para a constituição de sua ordem. Racionalidade técnica, tecnologia e matemática são instrumentos para o sistema produtivo capitalista alcançar seus fins, e que, ao mesmo tempo, projetam-se sobre os indivíduos quase ao ponto de “esquemematizar” suas vidas completamente, de acordo com aquela racionalidade. Tanto quanto por meio do caráter técnico, teórico e preciso da matemática a dominação se faz efetiva e *a priori*, é também esse caráter que permite ao ser humano ir além da

dominação, em meio a ela, assim como planejar e realizar, dentro das condições objetivas de produção. Tal caráter, também fornece à matemática uma aplicação no planejamento em instituições, empresas, na própria vida dos homens e no controle da natureza. Em seu emprego, essa ciência, apresenta as chances tanto para a dominação presente e futura desses âmbitos quanto para sua libertação. A previsão de uma catástrofe natural, e a antecipação a ela, ou os recursos necessários a uma vida confortável, podem ser igualmente calculados. No entanto, neste último caso, sob a organização capitalista da produção e reprodução da vida, o possível cálculo individual se mantém apenas como possibilidade, porque é bloqueado por aquilo que foi anterior e socialmente delineado pelos planos realizados e futuros de desenvolvimento do capital. Se, para alguns e em determinados momentos, a vida confortável se concretiza – e durante os séculos ela teve momentos de se alastrar até para boa parte do planeta – é a razão do lucro se realizando em sua contradição, já contida na própria lógica capitalista, se objetivando como uma “natureza” do capital, que não permite a esse conforto se estender a todos.

Um dos primeiros serviços prestados pelas empresas capitalistas é a determinação do trabalho e da vida do homem como uma dominação estabelecida antecipadamente a ele. Se em tempos passados o ser humano podia, até certo ponto, saber e decidir quanto tempo de sua vida ele dedicaria a reprodução dela mesma e qual seria o tempo para o descanso ou a festa, sob a tecnologia produtora do capital, o cálculo rigoroso do fazer mais com menos, utilizando os últimos recursos em nanotecnologia, decidem antes de qualquer humano qual será a entrega deste último ao trabalho ou ao descanso – transformado em consumo de mercadorias. Essa entrega dependerá do nível tecnológico socialmente alcançado e da distribuição do conhecimento dele dentro da sociedade. A distribuição segue o rigor da desigualdade de classes e da demanda da produção do capital. O esquematismo da produção, oriundo da tecnologia e mediante a precisão matemática, não apenas prevê e controla o tempo das atividades humanas – que nos locais de trabalho passam a se repetir e se realizar de maneira quase tão acurada quanto os ponteiros de um relógio registram cada segundo – como também as antecipa e fornece, bem como, seus instrumentos, conhecimento, quantidade e formação de mão de obra necessária para executá-las. Assim, não é possível estabelecer uma relação direta entre crescimento da economia e aumento no nível de emprego; há de se considerar, nessa relação, a variável tecnológica em sua

aplicação no esquematismo com fins de redução prevista de custos e aumento de produtividade gerando o lucro previsto.

O esquema de produção exerce também a função de uma metacultura, ou uma metalinguística, a pré-condicionar os sentidos dos indivíduos de acordo com suas categorias. Por mais ilógico que possa parecer, a percepção acaba se antecipando a ela mesma; acontece antes do objeto a ser percebido. Se o homem tem a capacidade de perceber, a sensação proporcionada por essa capacidade não nasce com o indivíduo, ela é proveniente da experiência, sem, ao mesmo tempo, derivar imediatamente dela. Esse, segundo Kant (1994, p. 37), é o conceito de conhecimento *a priori*:

Na verdade, costuma dizer-se de alguns conhecimentos, provenientes de fontes da experiência, que deles somos capazes ou os possuímos *a priori*, porque os não derivamos imediatamente da experiência, mas de uma regra geral, que todavia fomos buscar à experiência.

Essa antecipação não é descolada do real, não sendo, também, o “ingênuo” real imediato. Sob o modo de produção capitalista industrial, a percepção, em sua antecipação, é construída sobre a reificação do mundo, sobre a “regra geral” que medeia a experiência. É por isso que Adorno e Horkheimer (2006, p.73), em uma das primeiras considerações sobre o esquematismo, utilizando o conceito e não diretamente a palavra, puderam dizer que “Kant antecipou intuitivamente aquilo que Hollywood realizou conscientemente.”:

Os sentidos já estão condicionados pelo aparelho conceitual antes que a percepção ocorra, o cidadão vê a priori o mundo como a matéria com a qual ele o produz para si próprio. Kant antecipou intuitivamente o que só Hollywood realizou conscientemente: as imagens já são pré-censuradas por ocasião de sua própria produção segundo os padrões do entendimento que decidirá depois como devem ser vistas (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 73)

Um pouco antes, esses autores apresentam a relação entre o esquematismo de Kant e o interesse industrial: “A verdadeira natureza do esquematismo, que consiste em harmonizar exteriormente o universal e o particular, o conceito e a instância singular, acaba por se revelar na ciência atual como o interesse da sociedade industrial.” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 73) Mais do que “harmonizar”, a ciência e a indústria possuem como fim identificar a “coisa” – o fenômeno, o particular, enfim, o objeto – ao conceito, ao universal, ou, digamos, aos interesses do capital. Nisso, Kant, adianta racionalmente não só o que “Hollywood realizou [na prática] conscientemente”, como Adorno e Horkheimer assinalaram (2006, p. 73), como também e anteriormente àquele local de produção de filmes, a indústria – financiando e comprando patentes de inventos científicos e desenvolvendo tanto a esteira rolante para a produção quanto a administração científica desta.

Em um segundo momento, na mesma obra, uma passagem mais longa se faz necessária e, nessa, eles afirmam:

A função que o esquematismo kantiano ainda atribuía ao sujeito, a saber, referir de antemão a multiplicidade sensível aos conceitos fundamentais, é tomada ao sujeito pela indústria. O esquematismo é o primeiro serviço prestado por ela ao cliente. Na alma devia atuar um mecanismo secreto destinado a preparar os dados imediatos de modo a se ajustarem ao sistema da razão pura. Mas o segredo está hoje decifrado. Muito embora o planejamento do mecanismo pelos organizadores dos dados, isto é, pela indústria cultural, seja imposto a esta pelo peso da sociedade que permanece irracional apesar de toda racionalização, essa tendência fatal é transformada em sua passagem pelas agências do capital de modo a aparecer como o sábio desígnio dessas agências. Para o consumidor não há mais nada a classificar que não tenha sido antecipado no esquematismo da produção. (Adorno; Horkheimer, p. 103)

Pensamento e ação individuais são coarctados pela produção social da indústria. Os sentidos são seveciados por um aparelho conceitual erigido mediante um mundo construído sob o do ganho e lucro, intensificados por meio da racionalidade técnica e consubstanciados na ação do homem que se mutila. Todo o real passa a, existindo de forma empírica ou não, ser reduzido àquele conceitual, aquilo que se enquadra no esquema de categorias fundado na produção industrial. Mediante a lógica produtiva baseada na racionalidade técnica, desaparece o incalculável no mundo e no humano. O mundo inteiro deve passar pelo filtro mensurável da produção e que reduz sujeito e objeto ao mesmo, quando os iguala segundo praticamente um desenho técnico conceitual que a tudo transforma em objeto passível de ser trocado. A originalidade da vida individualmente concebida sob os auspícios de uma relação social propícia àquela originalidade é, no máximo, um ideal que desaparece sob um cotidiano rigidamente controlado, burocratizado. Porém, a aparência daquela originalidade é realizada ante o esquema determinado *a priori* pelo modo tecnológico da produção empresarial capitalista e que invade as relações sociais fora do trabalho. Utilizando os cálculos matemáticos até para escolher suas relações pessoais, o ser humano, inconscientemente, adapta-se àquela racionalidade e a tecnologia que a engloba, havendo uma ascendência da forma matemática e lucrativa sobre os juízos humanos. Essa forma acaba, também, por participar do delineamento do mundo e das relações sociais, e por pré formar percepção e entendimento dos homens sobre os objetos daquele delineamento, identificando-os anteriormente ao seu contato. Se a dinâmica da relação com o mundo é dada antecipadamente, e implica em todos terem de base a mesma referência – o esquema do lucro – a aparência da vida original vem do resultado, já previsto no próprio esquema, contudo, realizado com pequenas diferenças, cujo realce sustenta aquela aparência. A diferença acaba sendo proporcionada pelo igual: o lucro que alguns conseguem mais que outros. O lucro, no capitalismo, acaba se tornando uma segunda natureza, a única forma de autoconservação, e não o que realmente é: o produto de um sistema econômico e social historicamente determinado. A racionalidade técnica é a maneira de potencializar os lucros porque foi previamente realizada para isso. Toda e qualquer tecnologia é, de antemão, aprovada se demonstrar esse potencial. O esquema do lucro encarcera o desenvolvimento da tecnologia quase a antecipando, permitindo-a subsistir apenas naquele esquema. No capitalismo, o que deve existir, e seu lugar no mundo, são fornecidos antes do existente e não pela tecnologia, porque ela mesma

participa como produto e produtor desse processo. A capacidade de reproduzir o próprio capital é o primeiro critério, fornecido previamente, para o existente, de modo que o útil é reificado – porque, para que a indústria produza o objeto, este não deve ser necessariamente útil e, sim, lucrativo. Assim, para a empresa capitalista, o útil é o lucro. Esse é um plano de fundo objetivamente existente, e, praticamente, anterior a qualquer plano, o que empresta a ele um caráter metafísico cuja função é atuar como uma ideia estruturante, definidora, que decide e aprova de antemão todo real antes de sua produção. É uma “metafísica real”, uma metafísica não só a determinar a produção da realidade, mas a antecipá-la segundo sua demarcação. Conta com a técnica e a tecnologia para tornar o objeto produzido útil para o consumidor que aprendeu – na produção, comércio ou serviços – a sempre tentar obter o maior ganho com o menor dispêndio, assimilou o esquema e somente consegue perceber e entender o mundo dessa maneira, aceitando, sem conhecer, qualquer mercadoria que prometa satisfazê-lo porque se encaixa naquele plano metafísico que assola o real em sua constituição capitalista, principalmente industrial.

As condições criadas pela racionalidade técnica e pela tecnologia para a formação do indivíduo são, então, criadas para ele sem se importar com ele, porque têm sua origem antes e alhures dele sem deixar de utilizá-lo como meio para produção dessas condições. Essas antecipam o ser humano real em um modelo “virtual” que se restringe ao produtor de capital mediando e sendo mediado pela técnica e pela tecnologia. Porém, tal modelo tem o assentimento do próprio indivíduo sem que ele o “experencie” porque é socialmente estabelecido para ele – em uma sociedade que, devido à forte influência de uma forma econômica única para produção e reprodução da vida, não permite espaços às decisões do indivíduo fora dessa forma – como único possível, correspondendo àquele necessário e imposto em uma verdadeira relação de mutualismo com a metafísica que se torna real, o esquema do lucro. Pois, então, o delineamento do indivíduo é fornecido de antemão pelo esquematismo da produção construído sob a determinação da racionalidade técnica. Esta é utilizada pelo capitalismo na criação do esquema de produção não apenas para satisfazer o que ele permite ao indivíduo desenvolver ou desejar, como também para previamente estabelecer, por meio da relação entre sua própria estrutura técnica em relação recíproca com a lógica do capital. Em meio às relações de produção e consumo capitalistas, o ser humano deixa de ser considerado quase que completamente em razão de seu status

humano e passa a ser sua atividade laboral e sua capacidade de consumo. O indivíduo é obnubilado em seu desenvolvimento e padronizado em suas ações antes mesmo de realiza-las e internalizá-las pelo aprendizado da técnica; seu raciocínio cumpre as determinações desta última até se tornar automático e o próprio humano agir de maneira semelhante a uma máquina.

“Mas, no período, contemporâneo, os controles tecnológicos parecem ser a própria personificação da Razão.” (Marcuse, 1967, p. 30) Se a razão “migra” do sujeito para o processo tecnológico, e a razão constitui a subjetividade do homem, o sujeito racional, em meio à produção tecnológica, é aquele sem subjetividade e em perfeita sintonia com tal produção. O rigoroso processo mimético a que é submetido o humano mediante essa dinâmica de produção e consumo é fruto daquela falta de subjetividade, e escancara a regressão interna do esclarecimento que deveria proporcionar a superação da mimese como pura imitação, cópia que não recebe um traço sequer daquele que copia porque este foi, anteriormente a sua ação no mundo, identificado não àquilo que deve ser copiado, e, sim, ao formato dessa cópia, um formato que define tanto o objeto quanto o sujeito. Para o sujeito destituído de subjetividade se torna impossível a ação, o pensamento ou a categorização original, elas são sempre antecipadas por outro – o sujeito transcendental (capital) ou o esquema de produção industrial tecnológico. Tal identificação é precisamente a ação, recrudescida pela racionalidade técnica e tecnológica, da forma social sobre os seres humanos, intensificando sobre eles a determinação previa de sua percepção e categorização do mundo, por meio da antecipação desta última já na produção, para que sejam aceitos nele. O entendimento do mundo – sua organização – acaba antecedendo o próprio mundo na configuração econômica e social capitalista, porque esta transforma a ciência em um instrumento, a racionalidade técnica, que se volta não à investigação propriamente do objeto, e, sim, a conformá-lo à imagem e semelhança do sujeito, no caso, daquilo que é útil ao capital para sua reprodução. Para garantir essa reprodução, o capital, por meio daquela racionalidade, coloca a forma antes e sobre o conteúdo, praticamente neutralizando a relação entre esses dois elementos (conteúdo e forma), porque nesta o conteúdo poderia vir a “explodir” a forma. O esquematismo da produção, quando alcançado um determinado nível tecnológico – como o que temos hoje, por exemplo –, se encarrega de expurgar qualquer conteúdo incompatível com aquela forma antes mesmo que ele exista; mas, se mesmo assim, algum conteúdo ainda existir, ou ele será imperceptível ou

terá sempre algo daquela forma, caso contrário, perecerá. A vida de cada ser humano recebe um direcionamento antes mesmo de vir ao mundo, não mais esquematizado pela tradição ou pela religião, e, sim, fornecido pela “metafísica do lucro” realizado por meio da realidade do esquema racional de produção industrial de mercadorias. A própria religião é subsumida à racionalidade do capital se tornando um negócio e disputando de forma acirrada seus clientes. Tradição, em um mundo que padroniza o descartável, é a fugacidade do uso contínuo de objetos substituíveis. A vida sai do campo enganoso das crenças, mitos e contos de fadas e cai em um deserto destituído de qualquer encanto.

Porém, em ambos os momentos (de um mundo “encantado” por crenças e mitos e outro desencantado pela ciência) a troca se faz presente, com a diferença que na sociedade produtora de mercadorias nada é desfrutado como ele mesmo. Desde os tempos míticos, sacrifica-se o presente pelo futuro, praticamente como uma fórmula racional, um esquema pré definido, que para garantir os tempos vindouros institui o sacrifício, a troca como algo mais que um produto social, uma “segunda natureza” que, ao fim, nada mais é que uma “metafísica” que se torna real, um modelo já estabelecido e que define uma conduta básica do ser humano para existir, para autoconservar-se: sacrificar-se. Todavia, se “só o pensamento que se faz violência a si mesmo é suficientemente duro para destruir os mitos” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 18), Ulisses se sacrifica para que não haja mais a necessidade de se sacrificar, “ele é ao mesmo tempo uma vítima que se sacrifica pela abolição do sacrifício.” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 54) A irracionalidade presente na razão atual, então, está em continuar a haver sacrifício. Se os mitos eram “falsa objetividade”, porque “criação do sujeito” sem a utilização de “conceitos adequados” (Horkheimer, 2003, p. 16), o sacrifício se torna ineficaz quando os mitos retornam por meio de uma razão formalizada, e séculos depois ainda dominam os seres humanos na sociedade contemporânea. Isso acontece, talvez porque, “toda tentativa de romper as imposições da natureza rompendo a natureza, resulta numa submissão ainda mais profunda às imposições da natureza.” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 24)

Se conceituarmos a técnica como uma maneira específica do indivíduo singular para realizar determinada atividade ou tarefa que de tanto ser repetida aumenta a perícia do executor em sua execução, então, estaremos tratando de técnica em um determinado tempo e espaço específicos, a saber, naquele cujo ser humano individual ainda não era

assaltado por disposições impessoais na totalidade de suas atividades, em um tempo em que o trabalho ainda não era padronizado em sua totalidade por meio da utilização de máquinas e condutas pré estabelecidas cientificamente para cada trabalhador. Nessa fase da produção, a técnica estava resumida ao nível de astúcia no manuseio de alguma ferramenta pelo trabalhador. Nesse momento ainda se preserva certa subjetividade do sujeito, uma pessoalidade fornecida e realizada por meio da produção, o sujeito se realiza ao realizar, se forma ao dar forma ao objeto segundo sua interpretação, nada lhe é rigidamente pré concebido; é o contrário daquilo que ocorre com o ser humano sob as condições da produção industrial. A racionalização empregada pelo capitalismo industrial faz a técnica utilizada de maneira individual e autônoma – a simples produção artesanal – progredir a ferramentas específicas e meios técnicos, a saber: máquinas e processos produtivos complexos que, por si só, impedem a atitude pessoal (individual) deste ou daquele sujeito. O homem se torna um prolongamento de sua ferramenta e da máquina que opera, e não o contrário. A alienação que, ao mesmo tempo separa o trabalhador das decisões sobre seu trabalho, paradoxalmente, está tão próximo dele que causa mudanças em sua biologia e psique: “uma razão importante para a alienação foi o fato de o ser humano ter cedido a sua individualidade biológica ao aparato técnico (...) o caráter deformante da profissão era ao mesmo tempo psíquico e somático.” (Simondon, 1958, p. 103, apud Marcuse, 1967, p. 43) A rigor, o sujeito sem subjetividade facilmente cede sua individualidade e, em uma organização social em que há uma única forma de garantir a sobrevivência, a individualidade de cada um é cedida de antemão e o que sobra dela não é nem mesmo uma pálida sombra daquilo que ela poderia ser se houvesse para ela um espaço livre da tecnologia, algo que esta última tem toda capacidade de propiciar, mas que não lhe é permitida devido à forma econômica que a reveste e a medeia. Assim, devemos inverter o pensamento de Simondon (1958, p. 103, apud Marcuse, 1967, p. 43) quando afirma: “as unidades técnicas não podiam ser criadas sem incorporar em si o homem”, porque, na verdade, é o homem que se incorpora à unidade técnica, é ele que encontra maneiras de adequação à máquina, à racionalidade técnica – que só recebe uma conformação anatômica se isso gerar uma produtividade maior e suprir com boa margem os custos de sua produção –, chegando mesmo ao ponto de quase nascer incorporado, adaptado, à unidade técnica. Desse modo, se a técnica em outras épocas pode ser ligada ao exclusivo domínio do uso de ferramentas, hoje, estamos em uma fase em que as indústrias praticamente não se

utilizam mais de ferramentas e dispensam a “astúcia” e a espontaneidade do trabalhador, trocando-a pelo movimento preciso da máquina e por determinações científicas e racionais para a produção que antecipam cada ação do trabalhador dispensando-o de concebê-la, de modo que não é mais possível pensar ou relacionar o conceito de técnica a ação, experiência, conhecimento ou destreza do trabalhador. A rigor, o controle e determinação científicos da produção, distribuição e venda, foram desenvolvidos para reduzir ao máximo os custos de produção e intensificar a produtividade e os ganhos. Para chegar a isso, reduziu-se completamente a dependência da empresa àquela “astúcia” (ou experiência) do trabalhador. Tal astúcia retorna à razão para compor o esquema da produção industrial, enquanto, este último, determina, para o trabalhador, a sua não astúcia: o que ele não deve julgar ou fazer por meio da rigorosa definição daquilo que lhe é permitido e exigido, até o momento em que essa definição já quase não é mais necessária ou apenas em suas mínimas diferenças entre um emprego e outro, porque o próprio trabalhador, ao assimilar e ser assimilado pelo esquematismo da produção, expressa, antes mesmo de exercer a atividade, aquela não astúcia.

Não há como o administrador contar com algo como um bom senso ou somente com a experiência profissional de seus funcionários; menos ainda, com uma “presença de espírito”, já que só restam coisas num mundo totalmente esclarecido, e coisas não possuem alma. Não obstante, se as chamadas “coisas” são os seres da natureza, e estes, um dia, tiveram alma, hoje, estas estão “congeladas”, paralisadas, aguardando para poderem retornar e retomar elas próprias aquela “arte oculta” a que Kant (1994, p. 183-184) se referiu no processo de esquematização que cabe a cada indivíduo e não à produção, disse ele: “Este esquematismo de nosso entendimento, em relação aos fenômenos e à sua mera forma, é uma arte oculta nas profundezas da alma humana.” Se a abordagem científica, com fins de esclarecimento do mundo, desdenha da alma e anima a exposição dos corpos resumidos a nervos, músculos e órgãos internos, é dessa maneira que serão tratados tanto o ser humano quanto o pensamento: meras coisas, instrumentos de produção e reprodução do capital: “O animismo havia dotado a coisa de uma alma, o industrialismo coisifica as almas.” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 35) Basear-se em esquemas lógico formais criados pela razão subjetiva é a maneira do sujeito abordar o mundo com fins de dominação, é seu método. É assim, tentando desenvolver um método científico rigoroso para as ciências sociais, que o pensamento positivista aborda como coisas até as situações e relações humanas: “os fenômenos

sociais são coisas e devem ser tratados como coisas. (...) Na verdade, é coisa tudo que é dado, tudo que se oferece ou, antes, se impõe à observação.” (Durkheim, 1971, p. 24) A ciência que fornece as bases para a razão tecnológica, transforma o próprio pensamento sobre o social em uma coisa, um não pensamento, porque já pensado a priori pelo esquematismo lógico formal, cuja função é encontrar os fatos a serem observados e descritos em suas leis naturais, contra as quais nada há que se fazer para alterá-las. A descrição de Durkheim do fato social, talvez ilustre melhor a coisificação do pensamento, tornado instrumento daquela racionalidade:

É fato social toda maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter. (Durkheim, 1971, p. 11)

Ora, foi com a utilização da argumentação que coisifica a natureza que os cristãos europeus dizimaram os nativos da América no século XVI, e é assim que a ciência e a indústria dizimam as almas dos pobres cristãos, racionalizados: “A expulsão do pensamento da lógica ratifica na sala de aula a coisificação do homem na fábrica e no escritório.” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 37) A impessoalidade é a disposição de espírito exigida, pela racionalidade técnica, de cada trabalhador e do próprio trabalho realizado. Talvez não haja nem mais a necessidade do trabalhador reprimir seu impulso a ser sujeito – a colocar algo “seu” no produto ou no trabalho – e a tomar decisões por si mesmo, porque essas decisões correspondem ao esquema lógico conceitual e sua subjetividade foi suspensa, entrando em seu lugar o mesmo “desenho” lógico. Ao final, sua contribuição, mesmo originada dele, daquele indivíduo, já está dada, ela não é de um sujeito de si mesmo, e se for, não será aceita. Tal contribuição é concebida pelo sistema e para o sistema, o trabalhador é apenas seu portador. A indústria fornece as perguntas para as quais ela já tem a resposta e, tacitamente, as insere em cada ser humano de modo a fazê-lo acreditar que são suas. A espontaneidade só tende a diminuir com o aumento da tecnologia e de sua eficiência: “Aquele que seguir as instruções será mais bem sucedido, subordinando sua espontaneidade à sabedoria anônima que ordenou

tudo para ele.” (Marcuse, 1999, p. 80) Isso porque o processo todo de produção já é pensado e organizado prematuramente e em detalhes para atingir o máximo de produtividade com o mínimo gasto de energia para conseguir a alta lucratividade. Em busca dessa lucratividade, a técnica como um recurso, um meio, e a tecnologia como um sistema que engloba esse meio, acabam sendo empregadas de maneira a tornar bastante razoável e conveniente o seu uso não unicamente na produção, como na vida cotidiana e em algumas atividades de lazer. A racionalidade crítica foi transformada em “uma força de ajuste e submissão” (Marcuse, 1999, p. 84) que dispensa o uso da força por meio do “enquadramento” dos sentidos em uma “eficiente submissão à sequência predeterminada de meios e fins” (Marcuse, 1999, p. 80) que, todavia, parece perfeitamente aceitável, dadas as consequências imediatas dessa submissão à tecnologia, as quais, entre outras, podemos citar: diminuição do esforço humano para inúmeras tarefas, conforto e eficiência na produção. Por isso, podemos dizer que há uma pré disposição dos sentidos àquele enquadramento, ao esquematismo “vindo de cima” e com o qual seus realizadores, os de “baixo”, estão de acordo.

Pode-se pensar o indivíduo como o ser humano socialmente constituído que encontra liberdade nessa socialização para afirmar sua individualidade por meio da diferença em relação a esta última, sem, porém, deixar de fazer parte dela, o sujeito é aquele homem que vive em sociedade e que determina suas diferenças individuais por meio da dominação autônoma de sua conduta e sentidos. Assim, percebemos que para ambos a organização econômica, ao gerar a organização social, é fundamental. Com o capitalismo industrial e monopolista, indivíduo e sujeito deixam de coincidir em liberdade e autonomia para encontrarem-se na sujeição e na heteronomia de um mundo conceitual e realmente organizado *a priori* para eles e que se materializa exatamente por meio dessa sujeição e heteronomia. O controle sobre esse sujeito, que foi em outras épocas relativamente livre, acontece para evitar “sutilezas anímicas ou antropomórficas, interpretações quase pessoais dos fenômenos observados e suas inter-relações.” (Veblen, 1922, p. 306, apud Marcuse, 1999, p. 79) A sujeição exigida, tanto na produção quanto no consumo, é aceita antes mesmo da exigência. Chega-se ao ponto de exigir a exigência. A sujeição à reação já prescrita, determinada pela máquina e pelo cálculo racional da produção ou pela racionalidade burocrática no escritório. A repetição da reação exigida no trabalho ou no consumo se encarrega de habituá-lo, convertendo a energia, capaz de transformá-lo em sujeito, em submissão e conformismo

aos esquemas técnicos de produção e reprodução da vida. Essa reação é adquirida por meio dos treinamentos proporcionados pelas indústrias e outros estabelecimentos capitalistas, como também pela própria impossibilidade de experiência, adquirida por anos a fio reagindo de acordo com o aparato constituído por máquinas e processos racionalizados de produção, consumo, controle e administração.

Herbert Marcuse (1999, p. 77), citando Lewis Mumford, diz que este último caracteriza o ser humano do capitalismo industrial como “alguém que aprendeu a transferir toda espontaneidade subjetiva à maquinaria que serve, a subordinar sua vida à ‘factualidade’ de um mundo em que a máquina é o fator e ele o instrumento”. Essa afirmação de Mumford sobre a “máquina ser o fator” e o ser humano o “instrumento”, é mais uma percepção da situação de dominação da técnica e da tecnologia sobre o ser humano. Com base nesses argumentos de Marcuse e Mumford, diríamos que, atualmente, vamos além dessa situação em que o oleiro se transforma em escravo do seu próprio barro para conseguir o vaso de que precisa. A forma final do barro e os processos produtivos que direcionarão o trabalho do oleiro para chegar a tal forma, já foram estabelecidos de maneira que precedem ao oleiro e ao barro, essa é a própria condição do sucesso da produção. O mundo, organizado desse modo, como que prepara os sentidos antes mesmo de o homem sentir, a fim de autopreservar-se de maneira racional. Viver se torna um aceitar de antemão ter as suas energias já direcionadas para aquilo que a sociedade estabeleceu como sua pretensão, porém, sem a participação da vida. A racionalização, com fins de lucratividade, antecede de forma tácita e insidiosa o ser humano, formando-o ao materializar-se por meio da construção técnica e tecnológica do mundo que será apreendido por ele. O máximo desempenho humano na produção é o conceito que forja aquele que ainda está por vir, que se pretende, adaptando e ajustando àquilo que necessita a máquina ou que prescreve a racionalização, compreendida como a busca por uma estratégica padronização do processo de trabalho e de descanso por meio da quantificação do desempenho humano nesse processo para gerar a máxima produtividade até do desfrute dos momentos de não trabalho. “A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação. Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada de si mesma.” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 100) Como a sociedade é formada por homens, são os homens alienados de si mesmos vítimas e algozes de si mesmos por meio da racionalidade técnica e da tecnologia que dominou suas vidas, quase como um “inconsciente”, que age sobre a percepção do

homem, sem que este perceba, a efetivar aquilo que está prescrito a cada aperto de botão ou acionamento de alavanca. Assim como “os fatos são previstos a partir do sistema, assim também os fatos devem por sua vez confirmá-lo” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 72), a configuração do pequeno aparelho eletrônico de comunicação ou da gigantesca máquina que constrói suas iguais direciona os movimentos de seu controlador, sancionando a eficácia de seu sistema, e não o contrário como comumente é aceito ou erroneamente percebido. A individualidade parece sucumbir a um conjunto específico de normas e regras estabelecidas pelas relações de produção capitalistas em sua forma tecnológica, uma padronização que vai além da moralidade e define previamente, mas com o aval do trabalhador, os comportamentos dentro e fora dos locais de trabalho, da banalidade do comportamento cotidiano até as decisões mais importantes sobre a produção, tornando-os complementares, entrelaçando-os.

A “unidimensionalidade”, percebida por Marcuse (1967) na sociedade industrial, parece se realizar antes mesmo de vir ao mundo. O sistema tanto está pronto para atuar sobre o indivíduo, antecedendo a ação deste último sobre o mundo, quanto apenas se realiza com essa atuação do indivíduo. O “cerco” do capital ao indivíduo não pode ser quebrado apenas pela vontade individual deste último, ao mesmo tempo em que esta vontade é imprescindível para aquela quebra. Percebendo que a alienação do indivíduo de sua própria vida – como fruto de um processo econômico e social produzido pelo indivíduo, mas que escapa ao seu controle e acaba por controlar seu produtor – chega ao pensamento, fazendo com que se perca o “poder crítico da Razão” (Marcuse, 1967, p. 31), Adorno e Horkheimer (2006, p. 33) escrevem: “O pensar reifica-se num processo automático e autônomo, emulando a máquina que ele próprio produz para que ela possa finalmente substituí-lo”. Marcuse (1967, p. 42) identifica esta substituição: “A mecanização está reduzindo cada vez mais a quantidade e a intensidade da energia física consumida no trabalho.” Com base nessas afirmações desses três autores, podemos dizer que é um pensamento já pensado, um pensamento sem sujeito, “transcendental”, uma metafísica, mediada pelo lucro, que estabelece *a priori* o mundo, incluindo o próprio sujeito de carne, osso, músculos e cérebro. Este processo de automação das máquinas poderia libertar os trabalhadores do infortúnio do trabalho, entretanto, sob a dominação da produção do capital, ele somente gera mais dominação. A produção do capital está em uma relação de interdependência com o “processo automático e autônomo do pensamento”, configurando o quadro tecnológico, e funcionando como

um limite lógico e externo ao avanço técnico, controlando-o para não permitir a efetivação do que este avanço já tornou possível, a saber, a diminuição e até a libertação do trabalhador de seu infortúnio triunfal: o trabalho. No entanto, enquanto o capital continuar a alimentar o pensamento alienado dos seres humanos, como que em um processo “automático e autônomo”, mais sujeitados ao capital eles estarão e menos donos de suas próprias vidas se tornarão. Quanto menos se torna necessário o esforço físico do trabalhador individual em suas atividades – em razão do aumento social da produção fornecido pelo avanço tecnológico – mais aumenta o tempo de trabalho daqueles que se mantêm empregados havendo uma piora generalizada nas condições de trabalho e salário. E se a fadiga muscular diminui, ela é substituída pela pressão por produtividade e alcance de metas em uma situação de trabalho com quadros exíguos de funcionários, fato que aumenta a tensão nervosa e emocional:

No seio do conjunto tecnológico, o trabalho mecanizado no qual reações automáticas e semi automáticas preenchem a maior parte (senão o todo) do tempo de trabalho continua sendo, como uma ocupação para toda a vida, uma escravização exaustiva, entorpecedora, desumana – ainda mais exaustiva por causa do aumento na velocidade do trabalho, controle dos operadores de máquinas (em vez do produto) e isolamento dos trabalhadores uns dos outros. (...) Este tipo de escravização magistral não é essencialmente diferente da escravização da datilógrafa, do contador bancário, do vendedor eficiente e do locutor de televisão. A padronização e a rotina assimilam as ocupações produtivas e não produtivas. (Marcuse, 1967, p. 43)

Trata-se de uma dinâmica interna ao processo racionalizador técnico da produção que cada vez mais demanda de antemão ao trabalhador apenas algumas habilidades estabelecidas previamente pela racionalidade técnica de produção como critérios técnicos indispensáveis àquele capaz de se enquadrar no processo do esquematismo, e que tanto coíbem quanto qualificam o ser humano antes mesmo que este as desenvolva. Aquelas habilidades são tidas como ideais de formação que são perseguidos por todos porque garantem a relação social com o mundo, antecipando o

próprio mundo ao determinar sua percepção, quase garantindo o futuro daquele que se forma segundo aqueles ideais. O desenvolvimento da tecnologia, se expandindo desde a produção até outros âmbitos da vida, criou tanto para o capital quanto para o ser humano uma extrema dependência dela. Há uma sujeição social não apenas pelas mercadorias com alta tecnologia, como também pela estrutura produtiva – as forças produtivas – inaugurada e em mudança constante com tal tecnologia, em razão da possibilidade produtiva em altas quantidades que foi conseguida com essa tecnologia. Mais do que isso, o “mundo tecnológico” fez os sentidos dos seres humanos serem pré moldados, quase que pré programados, para aceitarem e entenderem somente o jargão da técnica. A ação humana fica, então, limitada e, ao mesmo tempo, iniciada de um determinado ponto, planejada e direcionada antes de acontecer, pois tudo que exija um conhecimento, percepção ou ação fora dos padrões técnicos e tecnológicos socialmente determinados naquele momento não será aceito sem resistência pelo próprio humano, muitas vezes, de maneira inconsciente. A racionalidade técnica é “positivizada”, impedindo o negativo até de ser pensado, como se ele fosse regressivo, nostálgico. Se tanto a racionalidade técnica quanto a tecnologia que a engloba, e cuja distinção entre ambas apontamos no início do capítulo, conseguem encurtar processos e simplificá-los, tornando simples o que é complexo, a experiência da realização do complexo que está inserido nesses processos é perdida. No entanto, tal perda é vista, racional e adequadamente, como positiva e seus críticos como inimigos do progresso.

Podemos analisar a aceitação e a crítica de tal perda a partir de uma asserção de Marcuse (1967, p. 144): “O verdadeiro conhecimento e a verdadeira razão exigem o domínio sobre os sentidos, se não mesmo a libertação deles.” No campo da aceitação, quando consciente, ela é defendida como um preço a ser pago pelas comodidades alcançadas. Os sentidos previamente conformados pelas exigências da produção são esse preço. Com isso, a “promessa de felicidade” se esvai, porque a “libertação deles” se torna impossível. Desse modo, se seguirmos o raciocínio de Marcuse e nossas análises estiverem corretas, podemos dizer que, sob o atual sistema social de produção, nem conhecimento nem razão podem ser verdadeiros. A felicidade que as pessoas sentem é, neste caso, falsa. Para que ela fosse verdadeira, e aí passamos a analisar o lado da crítica, a relação social deveria possibilitar aos homens desenvolver seus sentidos em franca liberdade, conscientemente, “alargando” os sentidos que lhe conviessem a partir do contato com os objetos para produzir ele mesmo seu conhecimento. Não seria o caso

de uma defesa do retorno a fases anteriores do trabalho e, sim, o fim da mediação que impede o contato direto do sujeito com o objeto e o realiza por ele. Os sentidos acabam por não sentir porque a própria produção (o sistema produtivo, o esquema da produção) “sente” pelo indivíduo, prenuncia as suas sensações ao determinar, sob aquela metafísica do lucro intensificada pelo processo técnico industrial de produção, o que, como e porque algo será produzido, de modo que tanto a natureza do objeto quanto a do ser humano são alteradas, ambos se sujeitando a quase serem pulverizados e recriados segundo os conceitos operacionais do sistema produtivo que instrumentalizou a ciência. Sobre essa possível destruição da materialidade dos objetos, Marcuse (1967, p. 146), citando Quine (1953, p. 44), diz: “o mito dos objetos físicos é epistemologicamente superior ‘pelo fato de ter provado ser mais eficaz do que outros mitos como um dispositivo para incorporar uma estrutura controlável ao fluxo da experiência.’ A avaliação do conceito físico em termos de ‘eficaz’, ‘dispositivo’ e ‘controlável’ revela os seus elementos manipulativo-tecnológicos.” Mais do que controlável, a conversão técnico científica do objeto em energia, ou em puro conceito, transforma-o em algo possível de ser previsto, projetado, antecipado conforme as demandas do capital antes de ser materializado pela produção industrial, também erigida nos mesmos moldes, naquilo em que, como já dissemos, os sentidos conformados pelo conceito são capazes de perceber.

A objetividade, conformada por aquela metafísica do lucro e mediada em sua produção pela racionalidade técnica, estabelece a percepção antes mesmo dela se realizar, ao produzir os objetos enquadrados em categorias pré existentes, criadas pelo padrão da produção. A percepção individual se desenvolve conforme é menos utilizada pelo indivíduo e mais categorizada pelas demandas sociais do trabalho e do consumo, dando aval àquilo que é delineado pela produção, antes mesmo que se materialize. A técnica, na sociedade industrial, acaba sendo o rigor com que o trabalhador, o músico, o pintor ou o escritor, seguem, se adaptam, se submetem, enfim, imitam o padrão previamente dado a eles pelo esquema da racionalidade técnica com fins de ganho e lucro e, antes que lhe seja pedido e até percebido, age como uma máquina bem ajustada, calibrada de forma precisa para alcançar a máxima produção e o máximo lucro. Assim, podemos considerar que quanto mais ajustado mais técnico, exatamente porque menos indivíduo, menos espontâneo e mais submetido à racionalidade técnica.

A pressão consiste na coerção contínua que as modernas condições sociais exercem sobre cada um; e a mudança pode ser ilustrada pela diferença entre um artesão do velho tipo, que escolhia o instrumento adequado para uma elaboração delicada, e o trabalhador de hoje, que deve decidir rapidamente qual das muitas alavancas ou comutadores deve puxar. (Horkheimer, 2003, p. 102)

Por outro lado, quanto mais sujeitado à racionalidade técnica e à tecnologia for o pseudo sujeito mais eficiente ele se torna, porque assimilou as categorias com que opera o sistema de produção, e com habilidade utiliza-o como um instrumento para além da produção. Tudo isso faz dele um ser humano, no capitalismo, digno desse nome e em conformidade com o conceito estipulado na “linha de produção” e confirmado pelo trabalhador ainda antes de sê-lo, porque mais lucrativo. Atualmente, na fábrica, escritório, comércio, serviços ou sala de aula, a maioria de nós apenas confirma e assente aquilo que o capital prenuncia. No capitalismo, o belo, o bom e o justo, aquilo que merece viver ou não, está inserido internamente ao esquema lógico da produção lucrativa; desse modo, o futuro, o novo, a coisa nova, já está definida de antemão dentro daquele esquema. Devido à condição de todo ente ter de ser lucrativo para existir, isso – essa condição esquemática de produção industrial – não permite que esse novo o seja totalmente. De modo que aquilo que se apresenta como novo é um falso novo, contudo, já aprovado porque correspondendo àquilo que se espera dele: que mantenha a possibilidade de lucro e que seja facilmente alienável a outro produto. Essa última característica, a da equivalência da mercadoria, bastante afetada pela tecnologia. Se o lucro é imanente ao processo de troca, a possibilidade de aumentá-lo de maneira exponencial é apenas conseguida por meio do avanço técnico chegando a um processo tecnológico de produção. A racionalidade técnica e a tecnologia ajudam a manter o objeto em sua imanência sob um “disfarce” de transcendência, o velho disfarçado de novo, sem ter quase nada disso e, por ser, antigo, se manter no terreno seguro do conhecido, desfrutar da aprovação antecipada do objeto ou da certeza de que o trabalhador possui as competências técnicas e sociais para produzi-lo. Sua capacidade de sujeição depende de sua possibilidade de aceitação a tornar-se uma coisa, um

instrumento. Tanto quanto a razão se torna um instrumento capaz de produzir outros instrumentos, o próprio humano adquire esse status. A racionalidade técnica e a tecnologia agem como um conceito que esquematiza a produção do mundo, esquematizando o próprio mundo antes de sua percepção, assim, o entendimento dá a forma da percepção dispensando-a de ocorrer. Antes de cada aparelho eletrônico ou mecânico – tecnicamente racionalizado em sua própria constituição – funcionar como um transmissor dos conteúdos produzidos de forma racionalmente técnica, como também da forma dessa racionalidade, os próprios sentidos estão racionalizados pela forma racional. Um objeto altamente dotado de técnica e tecnologia, como o veículo automotor, realiza mais do que obrigar o ser humano a direcionar sua libido para ele. Tal veículo exige e obriga o ser humano a desenvolver um determinado comportamento e capacidades técnicas que lhe serão úteis não apenas na condução do veículo, como também nas atividades laborais na indústria ou no lazer proporcionado pelos aparelhos eletrônicos. Além disso, por mais que um automóvel possa habilitar um homem a reduzir distâncias e, dotado dos recursos necessários, conhecer o mundo, o condutor do automóvel somente consegue sê-lo porque teve antes sua percepção e entendimento completamente afetados e preparados para serem desenvolvidos por este objeto técnico. As capacidades humanas, para além daquelas exigidas pela racionalidade técnica na produção e no consumo, não chegam nem a ser enrijecidas, pois sequer são vislumbradas, acabando por ser previamente reprimidas.

O verdadeiro poder de duplicação dos objetos, conseguido por meio do avanço técnico, faz com que qualquer diferença ou detalhe que valha a pena ser chamado de rebelde sucumba ao todo ou à indiferença de sentidos impossibilitados de captá-los. Se podemos considerar a antecipação intuitiva de Kant daquilo que só Hollywood realizou com consciência, como afirmaram Adorno e Horkheimer (2006, p. 73) – por nós aludida anteriormente –, com “as imagens sendo já pré censuradas por ocasião de sua própria produção segundo os padrões do entendimento que decidirá depois como eles devem ser vistas” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 73), é na produção, utilizando a ciência como instrumento racional e técnico, que a maior antecipação vai ocorrer. Dada a possibilidade da destruição da dicotomia – e a um só tempo, de sua manutenção, marcando a distinção que permite tal destruição – entre *res extensa* e *res cogitans*, por meio da manipulação matemática da matéria, que o juízo público vai ser confirmado pela percepção antes mesmo de existir. É com a possibilidade de converter em objeto

sensível aquilo que foi antecipado pelo pensamento e, com isso, antecipar o próprio juízo dos homens – que se faz por meio da percepção (experiência) – que funciona o esquema da produção. Concordando com Adorno e Horkheimer (2006) quando criticam a harmonização realizada pela razão kantiana quando esta passa a funcionar como “mera ciência sistemática” para nivelar por meio das diferenças o “interesse idêntico” dos homens; e também no momento em que criticam essa razão por conter um lado “formalizador” ou “formatador” *a priori* que forneceria espaço para determinar e identificar, utilizando os interesses a que estamos submetidos, reduzindo, assim, as diferenças: “Ninguém é diferente daquilo em que se converteu, um membro útil, bem sucedido ou fracassado de grupos profissionais ou nacionais.” (Adorno; Horkheimer, p. 73) Desse modo, a ciência submete-se e identifica-se, em parte, aos interesses da indústria, que aproveita os interesses dos homens para também identifica-los de forma sub-reptícia à produção do capital. Ainda, assim, não diríamos apenas que a razão “nivela com essas diferenças justamente o interesse idêntico” dos homens, (Adorno e Horkheimer, 2006, p. 73), e, sim, que o esquema da produção, mediado pelo lucro e pela razão que operacionaliza a ciência transformando parte dela em tecnologia, não apenas realiza aquele nivelamento, como também e de forma precípua, pré determina aqueles interesses, identificando previamente os homens a despeito, até certo ponto, de sua classe social e poder econômico, quando já erige – na bancada do projetista, do designer ou nas pesquisas do cientista – aquilo em que o ser humano deve se transformar em reflexo, porém que já está dentro dele existindo como vontade aparentemente sua, porém, verdadeiramente, vinda de fora, consubstanciando uma dinâmica de inversão, de reificação, de experiência falsa e que aparenta ser verdadeira: “Lo que al sujeto le aparece como su próprio ser, y en lo que cre poseerse a si mismo frente a las necesidades sociales alienadas, es, medido segun essas necesidades, mera ilusión.” (Adorno, 2004, p. 61)

Não há como não dizer que o mundo dominado pela tecnologia mediada pelo capital não contribua sobremaneira para essa experiência falsa. Desse modo, mesmo que aparente o contrário, o burguês é, também, o assalariado empregado de uma grande indústria, sujeitado à padronização e quantificação da produção de um objeto que muitas vezes ele não tem a menor ideia do que seja e nem de que parte do objeto esteja produzindo, não obstante, como um imperativo anteposto a ele como sua condição de existência, ele produz. Este é o pseudo sujeito, um ser humano que tem seus sentidos e

outras capacidades não desenvolvidas na sua relação com o mundo, mas, sim, ajustadas de maneira prévia ao esquema da produção: a racionalidade técnica, à qual é submetido de antemão com fins de expansão do capital. Por isso, sua participação no processo fechado da tecnologia é de aceitação ou completa marginalidade – esta última significando, na maioria dos casos, provavelmente, viver uma situação de miséria material. O jargão administrativo vulgar do fazer parte do *team* da empresa existe como símbolo dessa aceitação e ajuste de uma forma particular de trabalho à forma racionalizada, esquematizada. O empregado que “veste a camisa da empresa”, com certeza faz parte de outra categoria bastante em moda: a dos incluídos. Tão falso quanto o que “veste a camisa” é a tranquilidade daquele que se sente seguro porque estável em sua posição no mundo do trabalho, já que seguiu a “cartilha” pré determinada para chegar a tal posição: “a substituíbilidade é o veículo do progresso, e ao mesmo tempo da regressão. Na situação dada, estar excluído do trabalho também significa mutilação, tanto para os desempregados, quanto para os que estão no polo social oposto.” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 40) O jargão da inclusão, nada mais é que um recurso ideológico utilizado pela racionalidade técnica para tornar instrumento os trabalhadores sob seu domínio, desde que eles possam contribuir para a tecnologia gerando ganho e lucro. Os não incluídos (ou, excluídos, como manda o jargão) são aqueles não adequados à racionalidade ou impossíveis de serem racionalizados devido aos limites da própria constituição tecnológica do capital. Tal constituição traz em si mesma tanto a inclusão quanto a exclusão, é da natureza dessa forma econômica, sendo o número de pessoas nessas condições alterado apenas a cada novo momento tecnológico, crise ou expansão econômica, e não por esforços educativos como advogam os ideólogos do capitalismo. Em um sistema de produção e reprodução da vida, fundado na exploração, no lucro e na tecnologia, a educação escolar é insuficiente, senão inócua e inadequada para mudar a condição material das pessoas. Não obstante, tais esforços são imprescindíveis à formação do ser humano, e perdem sua força na forma social que reifica os humanos transformando-os em rentáveis e não rentáveis. Se entendimento e percepção sociais se sobrepõem aos individuais, tais excluídos não deixam de possuir condutas similares, universais, racionalizadas e mediadas pelo ganho e lucro – mesmo sem efetivamente participar efetivamente do processo de produção do capital –, podem até estar mais agarrados àquela ideia de mediação que os próprios incluídos. No que se refere a um revestimento e a uma internalização nos indivíduos, o capitalismo parece não deixar

ninguém de fora, e por meio do esquematismo da metafísica do lucro como uma metacultura, como já dissemos, inclui-se até nos excluídos, por meio de sua anterioridade à percepção, conformando esta última mediante a demanda da racionalidade técnica, deixando os excluídos no “banco de reservas”, já que, mesmo que suas condições objetivas de vida sejam diferentes daqueles que estão empregados, podem – graças àquela metacultura – e, até certo ponto, pensar e agir como qualquer incluído economicamente.

No entanto, podemos analisar o mecanismo dessa inclusão de maneira a encontrar nele algo de metafísico. No mundo da razão formalizada, a verdade é confundida com a matemática, que possui como função na configuração econômica social em questão ser fundamento da racionalização. Desse modo, a matéria prima da indústria capitalista e o trabalho do ser humano devem ser racionalizados, ou podemos dizer “matematizados”, quantificados: “A natureza é, antes e depois da teoria quântica, o que deve ser apreendido matematicamente”, pois “através da identificação antecipatória do mundo totalmente matematizado com a verdade, o esclarecimento acredita estar a salvo do retorno do mítico.” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 32-33) O mítico retorna de forma insidiosa no esclarecimento: por meio do maior recurso disponível à racionalização, provavelmente seu núcleo duro, a matemática “transformada na instância absoluta.” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 33) – que seria o mesmo que dizer: transformada em fetiche. Seguindo rigorosamente esse raciocínio, podemos concluir que quem estiver incluído estará, portanto, mais próximo da verdade – a metafísica transformada em realidade pela produção capitalista – do que os excluídos, porque deixou seu estado de apenas natureza e se tornou racionalidade, foi “apreendido matematicamente”, se tornou um meio e passou a fazer parte do sistema tecnológico, enfim, foi civilizado. Marcuse (1981, p. 57), analisando o conceito burguês de liberdade, compreendido desde a Reforma até a época atual, percebe a cisão acontecida nesse conceito e vivida como um reino interno e externo:

O reino da liberdade passa a ser considerado como o “íntimo” da pessoa como membro do reino da razão ou de Deus (como “Cristo”, como “coisa em si”, como coisa inteligível), ao passo que todo “mundo exterior”, a pessoa como membro do reino natural ou, então, do mundo

da concupiscência, caído em desgraça (como “homem”, como “fenômeno”), é transformado em sítio da não liberdade. (Marcuse, 1981, p. 57)

Marcuse, no texto acima, verifica a liberdade no incipiente mundo burguês como uma possibilidade somente do íntimo do indivíduo – porque incluído no reino de Deus ou da razão – ficando o seu exterior identificado à não liberdade, porque submetido à natureza – “a pessoa como membro do reino natural” –, mergulhada em um reino de desejos incontrolláveis (“concupiscência”) que não o deixam livre. No entanto, com o avanço da produção industrializada a atuação do esquematismo dessa produção parece ir bem além daquele “primeiro serviço prestado” aludido por Adorno e Horkheimer (2006, p. 103), e conformar *a priori*, criando, porém, a um só tempo em um mesmo movimento destruindo, a intimidade e a “interioridade” dos indivíduos. Ora, e como se daria essa libertação? A matemática funcionaria, praticamente, como uma ascensão da matéria impura aos céus do conceito puro, a libertação do “casulo” da matéria. O incluído seria aquele que antes de receber as “bênçãos” já as aceitou, configurando previamente não apenas o seu espírito como também a sua carne (ossos, músculos e cérebro) ao esquema da produção, convertendo-se ao reino da razão (da produção racionalmente técnica) e abandonando o invólucro pagão da produção individual, praticamente identificada aos tempos míticos ou das comunidades Amish que existem ainda hoje. Pois com a industrialização e o processo técnico exigindo reações pré-determinadas dos trabalhadores – conformadas não apenas às máquinas, como também à tecnologia – a esquematização da racionalização parece se colocar sobre e formatar tanto o interior quanto o âmbito exterior do (e ao) indivíduo, configurando todo o seu ser e não apenas sua interioridade e sua intimidade. Esta última, em verdade, quase desaparece com o acirramento das relações de produção capitalistas e o crescimento dos dispositivos eletrônicos de comunicação criando a conduta do não privado, da exposição em redes sociais de toda intimidade. Tal conduta é esquematizada, ou pré aprovada, para o seu usuário, não no consumo dessas mercadorias eletrônicas, e, sim, em sua produção ou, podemos dizer, já em seu conceito, em seu projeto. O assentimento do usuário – sua percepção adequada perfeitamente àquilo que o objeto exige dela erigindo seu entendimento – existe praticamente precedendo seu uso, o ser humano a tem em potencial, intrínseca a si, mas não a exerce de acordo com sua livre interação

com o mundo. O sucesso do produto tem como razão a sua produção intensiva, como também confirma a existência dessa anterioridade, a “pré” preparação dos sentidos do indivíduo para o produto, fornecida pelo conceito se materializando por meio do esquema da produção tecnológica. Quanto mais esquematizado, mais antecipado em sua produção e consumo. A socialização total, o fechamento de qualquer espaço para o indivíduo, é obra da produção industrial intensificada pela racionalidade técnica e pela tecnologia industrial capazes de conceber fielmente a duplicação do mundo, pensado por aquela “metafísica do lucro”. A assertividade parece fazer parte daquele esquema e de tudo que é antecipado pela ideologia capitalista como uma fórmula matemática para se ter sucesso. Se quiserem sobreviver neste mundo, as pessoas devem ser assertivas e acreditar no poder do pensamento positivo que já prefigura como crença. É um modelo conceitual que classifica o sujeito, fazendo com que ele seja sujeitado de antemão às percepções que fazem parte do entendimento produtivo do mundo que é demandado à sua classe social sem ao menos perceber isso. “A característica novel é a racionalidade irresistível nessa empresa irracional, é a profundidade do condicionamento que molda os impulsos e as aspirações instintivas dos indivíduos e obscurece a diferença entre consciência falsa e verdadeira” (Marcuse, 1967, p. 49)

Esse obscurecimento, ao qual se refere Marcuse, talvez esteja ligado ao polo contraditório da falsa liberdade – cristã racionalizada – que vive o incluído enquanto “besta de trabalho.” (Adorno, 2002, p. 105) A aproximação dos ditos incluídos com o “reino da liberdade” parece-me clara se considerarmos a razão, a racionalidade, em ambos os casos (incluídos e reino da liberdade), como praticamente uma comunhão com o absoluto (Deus ou a matemática), quase uma conversão do reino da natureza para o da racionalidade técnica, passível de acontecer nos “templos” desse tipo de racionalidade. Os próprios locais de trabalho são esses “templos” – principalmente as fábricas, mas também os escritórios; e, hoje, se desconsiderarmos o maquinário, os comércios e serviços operam com a mesma forma tecnológica das primeiras citadas. Aliadas a esses locais de pseudoformação estão as escolas de todos os níveis, tanto públicas quanto privadas, elas seriam os espaços oficializados de se encarregar da pseudoformação dos pseudo sujeitos. A rigor, a pseudoformação é premeditada pelo próprio esquema da produção racional, por isso o conhecimento nas escolas é neutralizado em seu potencial crítico e de desenvolvimento humano, porque, mesmo com seu potencial de libertação, deve sua existência à mesquinha utilitária (Adorno, 1964) da produção em massa

para alimentar o capital. A voracidade pela utilidade prática do conhecimento adquirido – que quase todas as pessoas apresentam hoje, incluídos os alunos e alunas das instituições formais de ensino – não emerge das próprias pessoas, existe antes delas moldando as circunstâncias não escolares que determinam a teoria e a prática de produção e reprodução da vida, e procuram uma finalidade em todo aprendizado, sendo a principal a profissionalização. A finalidade dos estudos é reificada e fornecida *a priori* para o estudante, que já sabe de tal finalidade antes de inicia-los. As descobertas realizadas por aquele que estuda acabam, então, sendo não descobertas, porque apenas confirmam aquilo que prefigura o universo do esquema de produção industrial. O modo de produção capitalista profissionaliza o conhecimento, tentando retirar do currículo de ensino formal e informal tudo aquilo que não seja socialmente útil aos seus interesses. Essa profissionalização pré condiciona uma produção de mutilados intelectualmente para dar conta da demanda produtiva social. O próprio indivíduo para se autoconservar segue as determinações sociais da produção econômica e vai à busca apenas de sua profissionalização. Tudo aquilo que ele possa adquirir para além dessa profissionalização, por meio de seus estudos profissionalizantes, é conscientemente reprimido, porque socialmente inútil. O indivíduo formado quase que exclusivamente para executar determinada atividade laboral deixa de desenvolver inúmeras outras de suas capacidades e soçobra pseudoformado: “Na manufatura, o enriquecimento do trabalhador coletivo e, por isso, do capital, em forças produtivas sociais, realiza-se às custas do empobrecimento do trabalhador em forças produtivas individuais.” (Marx, 1989, p. 414) É tão verdade que o esquematismo da produção industrial dita ao indivíduo suas características pessoais antes dele desenvolvê-las obrigando-o a incrementá-las que há registros na história do desenvolvimento da produção industrial de manufaturas já terem utilizado como estratégia a contratação de indivíduos “meio idiotas” para realizar atividades vitais na confecção de um produto, exatamente para preservar o “segredo da fabricação”: “em meados do século XVIII, algumas manufaturas empregavam de preferência indivíduos meio idiotas em certas operações simples que constituíam segredos de fabricação.” (Marx, 1989, p. 414). Adam Smith, tratando deste assunto em sua obra: “*Wealth of Nations*” (Livro V, cap. I, art. II, apud: Marx, 1989, p. 414 - 415), diz:

A compreensão da maior parte das pessoas se forma necessariamente através de suas ocupações ordinárias. Um homem que despende toda a sua vida na execução de algumas operações simples (...) não tem oportunidade de exercitar sua inteligência (...) Geralmente ele se torna tão estúpido e ignorante quanto se pode tornar uma criatura humana.

A pseudoformação é, então, oriunda das condições concretas e históricas de produção de vida de uma sociedade inteira. Se a consciência tomba frente à realidade, é a forma produtiva atual, o modo de produzir e reproduzir concretamente a vida, que deve ser alterada para que a formação falsa seja banida. Sem negligenciar a participação da consciência na produção da realidade, deve-se lembrar de que são aquelas condições que se sobrepõe à consciência determinando-a. A maior batalha pela formação se localiza fora dos campos culturais, residindo anteriormente a eles e mesmo assim com eles, ela está fincada no modo de produção, distribuição e organização material da vida. A importante democratização da cultura e do conhecimento deixa de ser tão importante quando seu esquema de produção e seus fins são demarcados acima de tudo pelo lucro obtido com produtos culturais de consumo fácil para trabalhadores cansados e o alívio de suas tensões, em vez do desenvolvimento de suas capacidades humanas.

1.2 - Racionalidade técnica e sujeição do sujeito no processo de produção de mercadorias

Mediante a fetichização dos meios técnicos, oriunda do fetiche da mercadoria, a própria técnica passa a preceder, como necessidade, as necessidades, ações e relações humanas, formulando-as. Isso resulta em uma adaptação preliminar dos sentidos não apenas à forma estabelecida para o conteúdo do mundo, como, também, ao método para obtê-los. O ser humano, cada vez mais cedo, deixa a ação, a experiência, e se habitua a reagir de acordo com as exigências e imposições das máquinas e da racionalidade técnica que abarcou o mundo e as relações sociais. O esquematismo da produção institui a reação dispensando tanto a ação quanto o pensamento, de modo que toda reação já

esteja, assim, prevista, facilitando o controle. Com os aparelhos eletrônicos portáteis de comunicação e entretenimento, chegamos a um ponto não só de o humano trocar a ação pela reação à demanda da máquina em seu trabalho ou quando chega a sua casa, como também de realizar essa reação em todo momento de sua vida aumentando a dependência desses aparelhos pelo seu uso contínuo. Seus usuários chegam a ter verdadeiras crises de abstinência ao serem impedidos do contato com seus celulares e smartphones por algum período. Como uma “ilusão de óptica”, aquilo que pesquisamos ou fazemos por meio da tecnologia parece-nos como nossa obra, no entanto, em verdade, aquilo está preliminarmente realizado para nós, que aceitamos como nosso em razão da previa adaptação dos sentidos à forma da racionalidade técnica. A racionalidade técnica, materializada em máquinas e processos produtivos mediados pelo capital, fornece não somente a abordagem do mundo, como ele próprio. Tal abordagem não é submetida à verificação, e, sim, aceita previamente a seus resultados. O filme e a rua se tornam a mesma coisa por meio da racionalidade técnica, criando a aparência de que nada mais há além daquilo produzido e vivido por essa organização produtiva social, dando a entender que se chegara a um “fim da História” e a sociedade alcançara seus limites com sua organização pelo sistema capitalista de produção. O real perfeitamente aceito é aquele completamente entendido, aquele que foi confeccionado pela técnica produtiva, que corresponde ao formato que se assenhorou do entendimento determinando a percepção que o ser humano deve ter do mundo antes que ela ocorra.

No momento em que ora estamos, cada aparelho eletrônico foi convertido em item pessoal e, neles, aparecem, em curtos espaços de tempo, as ordens, os valores e os conceitos os quais cada usuário deve seguir e assumir como seus sem que para isso precise formulá-los. Se, para a maioria maciça dos seres humanos, já não havia anteriormente a esses aparelhos algum minúsculo espaço, objeto ou tempo em que podia, ou demandasse dele, uma percepção, raciocínio e entendimento para organizar e resolver por si mesmo alguma questão ou solucionar algum problema fora da lógica da racionalidade técnica, hoje, com os aparelhos microeletrônicos portáteis essa situação recrudesciu. Lembrando a argumentação de Adorno e Horkheimer (2006, p. 41), que inicia fazendo alusão a um tema que trataremos em capítulo posterior, a saber, a forma social e econômica que mantém os seres humanos em uma condição de imaturidade, podemos ilustrar o que estamos querendo dizer:

É da imaturidade dos dominados que se nutre a hipermaturidade da sociedade. Quanto mais complicada e mais refinada a aparelhagem social, econômica e científica, para cujo manejo o corpo já há muito foi ajustado pelo sistema de produção, tanto mais empobrecidas as vivências de que ele é capaz. Graças aos modos de trabalho racionalizados, a eliminação das qualidades e sua conversão em funções transferem-se da ciência para o mundo da experiência dos povos e tende a assemelhá-lo de novo ao mundo dos anfíbios. A regressão das massas, de que hoje se fala, nada mais é senão a incapacidade de poder ouvir o imediato com os próprios ouvidos, de poder tocar o intocado com as próprias mãos: a nova forma de ofuscamento que vem a substituir as formas míticas superadas.

Daí, todos os sentidos do ser humano, imersos no atual mundo da tecnologia da imagem virtual proporcionada pela microeletrônica, adequam-se às demandas dessa tecnologia e de sua constante utilização. Na fase industrial de desenvolvimento altamente tecnológico de produção capitalista, a mediação do lucro faz com que as capacidades humanas de percepção, criação, raciocínio, entendimento e análise se desenvolvam conforme os estímulos tecnicamente produzidos por esses aparelhos e conteúdos culturais, conforme os esquemas prévios e esses limites técnicos, difundidos por meio deles. Com isso, aquelas capacidades acabam por se “formatar” a esses esquemas, e essa “formatação” se torna a “porta de entrada”, o assentimento (a que já nos referimos) fornecido antecipadamente pelo cliente aos produtos da indústria, porém, estimulado e desenvolvido por essa própria indústria. Deste modo, entendemos que faltou a Adorno e Horkheimer irem um pouco mais adiante e registrar que a indústria cultural não somente fornece um primeiro serviço ao cliente como também a ela mesma ao esquematizar o mundo para seus consumidores por meio da produção empírica dele, não um empírico imediato, e, sim, mediado por aquela metafísica do lucro, a qual determina também tanto o esquema quanto a tecnologia de produção. Se nos anos 40 do século passado, quando os autores escreveram a *Dialética do Esclarecimento*, no capítulo sobre a “Indústria Cultural” eles puderam dizer: “Tudo o que vem a público está tão profundamente marcado que nada pode surgir sem exhibir de antemão os traços

do jargão e sem se credenciar à aprovação ao primeiro olhar.” (Adorno, Horkheimer, 2006, p. 106) Nos dias de hoje, a necessidade do “primeiro olhar” para a aprovação foi dispensada. A percepção e o entendimento são gerados e aprovados antes mesmo do objeto a ser percebido e entendido – seja ele empírico ou não.

Com a indústria, o ritmo da vida cotidiana é acelerado de forma semelhante à velocidade imposta pelo capital à produção e ao consumo. Esse ritmo ganha reforço com a indústria cultural e a criação de técnicas para pulsar as imagens estáticas de maneira veloz fazendo-as ganhar movimento, ou, então, a serem utilizadas para gerar as imagens no aparelho de televisão – que consiste na junção de várias linhas também pulsando em ritmo acelerado ao ponto da pulsação ficar imperceptível e fornecer ao telespectador a ilusão de imagens contínuas, que são transmitidas de outro local. A capacidade técnica de captar a imagem do existente e fielmente duplica-la, se por um lado aproxima o distante, por outro, reduz a necessidade de pensa-la, re-criá-la, de lembrar aquele momento, porque ela se apresenta como cópia fiel do objeto e nada há nela a ser pensado, acrescentado ou descoberto. Exatamente como o filme de cinema que premedita a realidade ao se identificar a ela e “vender” a ilusão de que não existe ilusão, há apenas aquilo que ele vende: a realidade projetada na tela, idêntica àquela fora das telas: “A velha experiência do espectador de cinema, que percebe a rua como um prolongamento do filme que acabou e ver, porque este pretende ele próprio reproduzir rigorosamente o mundo da percepção cotidiana, tornou-se a norma da produção.” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 104) A racionalidade técnica, com fins e mediada pelo ganho e lucro, produz o mundo e sua imagem, formatando a imagem conforme seu nível técnico e, com isso, praticamente criando a imagem, dando ao real a permissão ao que pode aparecer. Ao final, o indivíduo não vê propriamente a imagem, e, sim, o esquema técnico de sua reprodução – rigorosamente desenvolvido conforme as demandas do capital – que, de certo modo, a pré configura, a condiciona de forma preliminar a ser captada. Como a própria técnica corresponde a um desenvolvimento consoante às determinações daquela metafísica do lucro, ao fim, o real é precedido pelo esquema de produção com fins de lucro até em suas cópias. Mais do que a imagem, vemos uma imagem formatada pela produção do capital, quase que a materialização do lucro e não o real. É como se a imagem já viesse “pensada” como um serviço prestado àquele que deseja vê-la, e, porque, de outro modo, ele nem a perceberia, dado o seu entendimento pré concebido pela forma. Para assegurar a venda da imagem, ou da

notícia a qual ela ilustra – antecipando seu entendimento por meio do formato em que essas notícias se apresentam para o consumidor e, a um só tempo, dominando-o – alcança-se uma fase em que quase toda foto em jornais, revistas, sites e livros, toda ilustração, deve necessariamente vir acompanhada de sua respectiva legenda explicativa, porque é assim racionalizada que o cliente a deseja, única forma de sua percepção captá-la. Muito tempo em um ambiente assim constituído dispensa grandes elaborações ideológicas da indústria para evitar a reflexão ou as divagações e interpretações individuais, elas já são de antemão suspensas pelo hábito. Quanto mais racionalizadas forem as mercadorias em sua confecção, quanto mais elas estiverem corretamente esquematizadas conforme a tendência lucrativa e tecnológica de uma época quando elas se tornarem realidade, menos probabilidade de fracassar elas têm. A proposta das fotos e ilustrações em jornais e revistas, com textos cada vez menores e mais descritivos, sejam eles impressos ou não, é exatamente acompanhar tal tendência – “informar” por meio da desinformação –, e não desenvolver a reflexão, a imaginação, a criatividade ou qualquer outra capacidade no ser humano. Sobre isso, afirma Benjamin (1984, p. 174-175):

desde o seu surgimento, a fotografia, e mais tarde o cinema, as revistas ilustradas e os jornais tiveram como características a pré-formação da percepção das pessoas, como um requisito necessário para a compreensão do sentido por eles pretendido. Segundo ele, “essas fotos [de Atget] orientam a recepção num sentido predeterminado. A contemplação livre não lhes é adequada. Elas inquietam o observador, que pressente que deve seguir um caminho definido para se aproximar delas. Ao mesmo tempo, as revistas ilustradas começam a mostrar-lhe indicadores de caminho – verdadeiros ou falsos, pouco importa. Nas revistas, as legendas explicativas se tornam, pela primeira vez, obrigatórias. É evidente que esses textos têm um caráter completamente distinto dos títulos de um quadro. As ilustrações que o observador recebe dos jornais ilustrados através das legendas se tornarão, em seguida, ainda mais precisas e imperiosas no cinema, em que a compreensão de cada imagem é condicionada pela seqüência de todas as imagens anteriores”.

A imagem duplicada pela câmera fotográfica ou pela filmadora é produto da técnica não livremente desenvolvida. Embora seja possível alegar esse início livre e sem a mediação do capital à técnica, ela é logo cooptada pelo capitalismo e transformada em racionalidade técnica, organizada em um esquema a produzir imagens para serem “consumidas” como mercadorias. A organização econômica e social se encarrega de previamente decidir a própria conformação do aparelho técnico e sua aprovação pelo usuário, definindo para o humano que quanto mais fácil e rápido for a operação do produto – facilidade obtida por sua racionalidade –, mais rápido ele vai comprá-lo, seja esse a câmera capaz de captar e reproduzir a imagem com maior nitidez e fidelidade ao que foi captado, a máquina a ser operada ou o formulário a ser preenchido. Na reprodução técnica, o encantamento desaparece consoante ao sujeito. Em seu lugar aparece o falso e infantil encantamento de luzes e cores da imagem produzida para substituir se identificando e indo além do opaco real. O homem, diante das circunstâncias reais colocadas de antemão para sua sobrevivência, na medida em que aceita essa situação e a *sales talk* para vender aparelhos capazes da reprodução imagética cada vez em conformidade maior ao existente, como também propondo-o à luz de técnicas erigidas como produtos, sem perceber, “suspende-se” enquanto sujeito, e demonstra desejar desaparecer como tal quando aspira a não precisar pensar para relembrar – reconstruindo aquele momento – ao ter em mãos algo que lembre o seu passado, deixando para a sociedade, todo o espaço o qual ela já reivindicava e ele, em sua posição de não sujeito, exige que ela assuma. Tanto o real quanto suas capacidades se reduzem ao falso imediatismo trazido pela foto, como se não houvesse – não tivesse havido – nada a mais do que aquilo que os olhos contemplam na imagem produzida pelo processo técnico. A mediação técnica passa despercebida pelo ser humano porque sua percepção foi configurada por aquela técnica, dessa forma é urdido o engano do imediatismo. O esforço do indivíduo consiste em evitar o esforço em um mundo que já demanda dele o desgaste de muita energia pessoal para sobreviver. É exatamente porque a originalidade não mais existe que ela é tão falada; a inversão fez com que os pontos de vista não sejam mais dados pelo sujeito e nem mesmo pelo objeto, é a mediação que “olha”, que assume o controle da visão, o indivíduo, recebe tudo “já visto”. Não obstante, aprova essa “pré visão” porque utiliza as mesmas “lentes” fornecidas a ele antes que abra os olhos sozinho. A “sociedade unidimensional” não ocorre sobrepondo-

se ao indivíduo, e, sim, antecipando-se a ele e pré definindo o mundo e o próprio indivíduo para este último naquilo que ele é, como também é capaz de não ser para ser mais do que é, entretanto, o negativo é negado a ele pelo esquema de produção social com fins de assegurar o lucro permanente.

A linguagem vai sendo anunciada em seu conteúdo e forma antes de ser pronunciada. Palavras e sintaxe se submetem à racionalidade técnica e a tecnologia a serviço de processos produtivos e produtos cada vez mais eficientes ao lucro. A produção se torna uma fábrica de termos e conceitos definidos e organizados de acordo com suas necessidades e seus produtos. A forma de falar, os assuntos, os termos utilizados e seu respectivo encadeamento são adiantados nas empresas, principalmente as agências de publicidade, menos por sua utilização nesses locais e mais por sua formatação. Essa forma se consolida, por exemplo, em produtos com configurações análogas ao esquema produtivo, cujo avanço tecnológico faz com que seja realizado uma redução no tempo de produção de algum produto, eliminando a consciente participação humana e, a um só tempo, a pré estabelecendo. A redução do pensar a formatos pré concebidos pela racionalidade técnica, e que se iniciou na produção, é reforçado na esfera do consumo por meio das mercadorias. A linguagem reduzida, indissociada de sua técnica, é difundida e defendida como moderna pelos seus usuários, que passam a ter dificuldades com a linguagem estabelecida como formal, e o entendimento do mundo fora do formato redutor dado pela técnica estabelecida pelos aparelhos eletrônicos de comunicação. Aquilo que, muitas vezes, necessita de várias páginas para ser, de forma menos inverdadeira possível, comunicado, com a tecnologia eletrônica utilizando a técnica dos chamados ícones – indicadores geralmente de emoções do ser humano –, passa a ser resumido em um desenho. A farsa da democracia cultural, por meio da técnica e da tecnologia da comunicação, se estampa em letras garrafais e reluzentes quanto mais a ditadura da tecnologia, com o objetivo de vender mercadorias, se estabelece ordenando aos consumidores, antes deles sequer abrirem os olhos, os assuntos com os quais devem se preocupar, como se sentir frente ao mundo, suas palavras e não palavras, seus sentimentos e como comunica-los.

As máquinas, a técnica e a tecnologia, que fornecem à humanidade a possibilidade de emancipação das condições da pseudo formação – o que inclui a formação unicamente para o trabalho – e “a libertação da ditadura dos meios e da

estúpida e mesquinha utilidade” (Adorno, 1964, p. 147), sob as determinações do sistema organizacional econômico e social da estupidez dos meios e da mesquinha utilidade, escravizam os seres humanos. Do mesmo modo, como já apontamos, que as funções de trabalho presumem esquemas inflexíveis de ações, atitudes e juízos pré configurados e assentidos por aqueles que vão executá-las antes mesmo que isso ocorra, os objetos materializados por tais funções também fazem o mesmo com seus usuários. Nas atuais circunstâncias de totalização dos aparelhos portáteis de áudio e vídeo e contumaz socialização por meio deles, e extrema debilidade do “eu” (assunto que discutiremos adiante), para o pseudo sujeito que porta um aparelho dotado de câmera de vídeo, suas atitudes já estão dadas por este aparelho: mais interessa registrar o desespero da vítima que ir ao auxílio dela. No ambiente do capital produzido e reproduzido pela tecnologia, os objetos trazem neles mesmos, prenunciando, as ações e os sentidos dos indivíduos. Assim, podemos dizer que a frieza daquele que registra o desespero é prognosticada por meio de seus objetos – ansiosamente esperados e recebidos de “braços abertos”. Tal prognóstico se inicia antes mesmo do consumo, no projeto e na produção daquele objeto. Atualmente, os indivíduos, sem contar com um “espaço” interior e exterior (condições objetivas) pertencente a eles mesmos, o que redundaria em uma necessária alienação entre estes últimos e os objetos desde a sua produção, demonstram uma pré disposição a realizar exatamente aquilo que o sistema produtivo ou o objeto produzido se propõe, seguindo rigorosamente o esquema. Os avanços reais na concretude industrial que levaram à liquidação do mito produziram e continuam a produzir também o obscurecimento da realidade por meio do véu ideológico, a metafísica que não permite ao ser humano o esclarecimento: “O fato de que o espaço higiênico da fábrica e tudo o que acompanha isso, o Volkswagen e o Palácio dos Esportes, levem a uma liquidação estúpida da metafísica, ainda seria indiferente, mas que eles próprios se tornem, no interior do todo social, a metafísica, a cortina ideológica atrás da qual se concentra a desgraça real não é indiferente” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 14-15), é o próprio “iluminismo como mistificação [ou logro] das massas” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 95). É a situação constituída pelo fetiche da mercadoria: a relação social invertida, aquela em que os objetos e sua produção dominam seus produtores e consumidores, ditando neles as capacidades a serem desenvolvidas. O processo de produção cada vez mais tecnológico se fecha em sistemas dinâmicos impeditivos ao pensamento teórico crítico ou especulativo das ciências humanas,

transforma os descontentes pensadores em outsiders: isolados professores ou intelectuais de rendimento autônomo. “Não há lugar para um sábio numa fábrica, e para o intelectual o papel de sábio é, compreensivelmente, mais gratificante que o de técnico.” (Ringer, 2000, p. 20) Tal processo produtivo, igualmente suspende qualquer criação cultural superior em seu refinamento crítico quando faz desaparecer, de maneira simultânea e em relação de reciprocidade, as bases materiais para tal criação e o público apreciador dessa cultura. Tanto quanto as condições objetivas obrigam à integração aquele que quer resistir, a crítica só é possível ao não adaptado, conhecedor das razões, critérios e demandas da adaptação. Por isso, e pelas condições mínimas de sobrevivência, o sujeito sujeito aceita essa condição e “deixa-se levar” pelas determinações sociais que se impõem como uma tempestade sobre ele, mas que, ao fim, acabam lhe trazendo benefícios reificados: “uma falta de liberdade confortável, suave, razoável e democrática prevalece na civilização industrial desenvolvida, um testemunho de progresso técnico.” (Marcuse, 1967, p. 23)

Se é verdade que essas redes e tecnologias de comunicação possuem uma técnica eficaz para nos informar e entreter, em consonância com o vazio de nossa época elas apenas fornecem acesso a conteúdo de entretenimento e pseudo informação para preencher tal vazio até o momento de se voltar ao trabalho, contribuindo ainda mais para a manutenção, controle, dominação e destituição da subjetividade do sujeito. A informação se torna mercadoria e, como tal, é reduzida a um esquema antecipado pela lógica do lucro. Cada informação nesse esquema corresponde àquilo que o leitor, telespectador ou ouvinte já espera, caso contrário, o fracasso daquele que informa é iminente. A rigor, a informação proliferada pelas empresas de comunicação corresponde à forma produtora de seu conteúdo, uma mensagem previamente maculada por aquela forma e pelo meio técnico em que é produzida e veiculada. Tal caráter de mercadoria, a possibilidade de ser trocada por outra mercadoria, é o principal critério das tão faladas “informações” na ora sociedade da informação. Essas são trocadas pelo tempo do consumidor de notícias. O tempo que ele gasta dedicando-se a tornar-se uma pessoa informada, assistindo ou ouvindo as notícias. Esse caráter é seu esquema porque, acima de tudo, as empresas de comunicação e informação são exatamente isso: empresas. A mediação da forma mercadoria, decidindo o conteúdo da informação, associada à forma técnica de sua transmissão, convertem qualquer tipo de interesse informativo de seus veículos, mesmo informando seus consumidores, em falsidade, pois não exatamente

informação, a rigor, quase puro entretenimento, coisas capazes de fixar a atenção de seus consumidores por certo tempo para que, durante esse tempo, possam veicular anúncios. Essas informações são construídas e veiculadas por empresas e, como tal, têm como objetivo o ganho e o lucro, a formação de capital. No ponto em que estamos do desenvolvimento do capital, até as informações que podem ser contrárias ao mundo da mercadoria se transformam em mercadoria.

Mantendo-nos na descrição de Marcuse (1999, p. 73) para técnica e tecnologia, podemos dizer que hoje, mais do que em tempos anteriores, cada minuto potencialmente proporcionado pela máquina ao humano para permitir a este último se aproximar da liberdade acaba por distanciá-lo dela porque é usado em mais controle ainda na forma da tecnologia sobre ele – isso inclui, lembramos, a própria máquina. Pois “assim como mal podemos dar um passo fora do período de trabalho sem tropeçar em uma manifestação da indústria cultural,” (Adorno, 1975, p. 346) devido ao constante assédio da indústria cultural em nossas horas de não trabalho, não conseguimos dar um passo fora do trabalho e não encontrar algo similar a ele, com seus mesmos fins, sua mesma lógica. O esquema do trabalho se insere no lazer, todavia, não de supetão, e, sim, de forma esperada e necessária, renunciando-o, para que lazer já prepare para o trabalho, demande-o, antecipe-o para sua própria existência e de seu polo contrário, e vice-versa. É um processo de retro alimentação do capital que ganha intensidade e velocidade com o acréscimo de tecnologia. O tempo livre, antes desconhecido para muitos, inclusive aqueles criadores, vem à tona com a totalização do tempo de trabalho. Esse fato gerou o seguinte pensamento de Adorno (2007, p. 104): “o tempo livre tende em direção contrária à de seu próprio conceito, tornando-se paródia deste. Esse tempo somente pode ser pensado como mercadoria, portanto, produção. Nele se prolonga a não liberdade, tão desconhecida da maioria das pessoas não livres como a sua não liberdade em si mesma.” Sartre (1960, p. 290; APUD Marcuse, 1967, p. 44 – 45) chega a dar a entender que as máquinas foram internalizadas pelos trabalhadores:

Pouco após a adoção das máquinas semiautomáticas, as investigações mostraram que as operárias especializadas se deixavam, enquanto trabalhavam, levar por um sonho de ordem sexual; elas recordavam o

quarto, a cama, a noite e tudo o que dizia respeito apenas a um casal a sós. Mas era a máquina existente nelas que sonhava com carinhos.

Se não podemos dizer, retornando à observação de Marcuse (1999, p. 78), que com o uso intensivo e extensivo da máquina no período industrial a individualidade tenha desaparecido, e, sim, que o produtor econômico, sob a ação da “razão tecnológica” (Marcuse, 1999, p. 77) e dos grandes conglomerados empresariais, tenha sido obrigado a transformar-se em um indivíduo padronizado, “coletivizado” em suas ações de produção. Esta é mais uma prova daquilo a que já aludimos, e que não nos custa retornar: o distanciamento ocorrido entre sujeito e indivíduo – que antes da produção majoritariamente industrial e monopolizada constituíam o mesmo ser humano, estavam juntos numa relação mútua –, como também a perda, pelo indivíduo, tanto da condição de sujeito, quanto de livre e radicado em si mesmo deste último. O processo econômico que funda os monopólios como forma mais segura de sobrevivência no capitalismo vai além das indústrias, e por isso atinge tanto o comércio quanto o indivíduo, a “pequena empresa psicológica” (Adorno; Horkheimer 2006, p. 167), que é destruído em sua unidade consigo mesmo, sendo obrigado a submeter sua capacidade de elaborar juízos àqueles já produzidos pela reprodução material da sociedade:

a competição acabou por impor a forma centralizada mais eficaz do comércio varejista, que é a loja de departamentos. Com a pequena empresa psicológica, isto é, com o indivíduo, as coisas não se passam diferentemente. Ele surgira como uma célula dinâmica de atividade econômica. Emancipado da tutela imposta em fases econômicas anteriores, ele cuidava de si mesmo: como proletário assalariando-se no mercado de trabalho e adaptando-se continuamente às novas condições técnicas, ou como empresário, realizando incansavelmente o tipo ideal do *homo oeconomicus*. (Adorno, Horkheimer, 2006, p. 167)

A perda da condição de sujeito não é fruto apenas das demandas da racionalidade técnica para o ser humano conseguir fazer parte das novas forças

produtivas – que fornecem toda capacidade de ultrapassagem das relações de produção que ora vivemos –, mas derrubam, sim, a iniciativa e o pensamento inerentes ao sujeito econômico livre no novo ambiente de trabalho mediado pela tecnologia e pela racionalidade técnica. Sob a nova organização tecnológica monopolista do capitalismo a aparelhagem psíquica retroage. Antes dessa organização essa aparelhagem, coetânea à forma social de produção e distribuição, mantinha o indivíduo ainda sujeito de si mesmo e de suas convicções, mesmo como mônada, atuante como responsável individualmente pelo progresso social. Enredado em condições de produção avessas à empresa individual, se torna impossível e retrógrado para o indivíduo autoconservar-se de modo a atuar, produzir, conceber ou realizar satisfatória e de forma original as demandas sociais:

A psicanálise apresentou a pequena empresa interior que assim se constituiu como uma dinâmica complicada do inconsciente e do consciente, do id, ego e superego. (...) Não obstante, a complicada aparelhagem psíquica possibilitou a cooperação relativamente livre dos sujeitos em que se apoiava a economia de mercado. Mas, na era das grandes corporações e das guerras mundiais, a mediação do processo social através das inúmeras mônadas mostra-se retrógrada. Os sujeitos da economia pulsional são expropriados psicologicamente e essa economia é gerida mais racionalmente pela própria sociedade. (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 167)

Os esquemas lógicos formais da racionalidade técnica de produção das mercadorias e de seu consumo, ao premeditarem em sua operação a atitude do trabalhador, consciente ou não, e se encarregarem de fazer o homem ativamente expropriar-se de sua individualidade e de sua subjetividade, racionalizando-a e mantendo as “portas” abertas de si mesmo para a sociedade – que produz os indivíduos que demanda – fazem com que esse homem regrida à falsa mimese – aquela que não permite sua negação, sua superação, porque constitui fonte de poder, dominação e riqueza. A falsa mimese é o esquema da repetição com fins de ganho e lucro: “O escandaloso, hoje, é o caráter extemporâneo desses impulsos. Eles parecem retraduzir as

relações humanas reificadas em relações pessoais de poderio, amolecendo o comprador com lisonjas, o devedor com ameaças, o credor com súplicas.” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 150) Por isso, não devemos dizer que apenas “eternamente sorriem os mesmos bebês nas revistas” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 123), mas, sim, que o sorriso faz parte do esquema de produção da venda, ele é pré requisito da boa venda, já está pré assentido por vendedores e clientes, como um ritual tão sem importância quanto importante. Da mesma forma, idosos, jovens, adolescentes, casais e famílias inteiras sorriem eternamente e não somente nas capas de revistas, como também em comerciais televisivos e na internet, folhetos, banners, cartazes e outdoors. Todos esses “canais de comunicação” foram acrescentados ao mesmo esquema de propaganda e venda por meio da verdadeira falsidade de sorrisos trocados por moedas. Essa falsa mimese conduz à “excessiva coerência paranoica, esse mau infinito que é o juízo sempre igual” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 160), porque sem juízo verdadeiramente realizado já que aceito de antemão. A falsa mimese é a certeza sem a necessária dúvida, pois esta, apesar de projetada de dentro do indivíduo, foi colocada nele por meio das próprias condições objetivas de produção e reprodução da vida que fundaram a civilização e são reprimidas por essa mesma civilização, o que inclui a cultura e seu esquema de produção e difusão no capitalismo. Uma regressão a fases filogenéticas em que o ser humano ainda não tinha a percepção de si – percepção cujo preço é altíssimo, principalmente a Descartes. E quanto mais a indústria faz isso, mais o indivíduo anseia por esse serviço, ao ponto desse esquema social já ter se tornado natural. A reificação do social em natural, a coincidência dos dois, é o produto ideológico e real da ciência e da racionalidade técnica a serviço do capitalismo. Se a falsa projeção é o esquema da paranoia, o esquematismo da produção instala a paranoia coletiva. Isso acontece porque o capital para completar seu ciclo necessita vender sua mercadoria e “o paranoico se aferra a pretensão que levou seu juízo ao fracasso.” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 160) Sendo a racionalidade técnica, sob o domínio capitalista, o próprio esquematismo, sua função é não permitir tal juízo, e colocar em seu lugar aquele esquematismo, mas se ele porventura mostrar sinais possíveis de acontecer, deve imediatamente ser levado ao fracasso. “Pois a reflexão que, na pessoa sadia, rompe o poder da imediatidade nunca é tão convincente como a aparência que ela suprime.” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 160) A palavra “sadia”, nessa frase dos autores, talvez tenha sido colocada já, naqueles tempos, como a prova de que eles viviam em círculos restritos e bem protegidos da

pseudoformação. Ora, quando eles se referem ao fato de Orson Welles ter narrado pelo rádio uma suposta invasão do planeta Terra por extraterrestres e causado histeria coletiva porque as pessoas acreditaram em tal fato, nos municiam de dados para perceber que aquela possibilidade de instalar a paranoia coletiva, que já existia desde aqueles tempos, hoje isso recrudesceu muito, graças à intensificação dos canais de difusão da pseudocultura. A “pessoa sadia”, aquela capaz da dúvida, da negação, “do pensamento [capaz] de atingir essa negatividade, em que consiste, diferentemente do juízo consolidado, o verdadeiro pensamento” (Adorno, Horkheimer, 2006, p. 160) teria que ser – insistimos neste fato – a rigor, a pessoa de certo modo distante da racionalidade técnica, “protegida” das relações de produção capitalistas, do esquema de produção industrial, seja qual for o produto. Desse modo, é praticamente impossível a “pessoa sadia” em meio ao capitalismo. O afastamento da racionalidade técnica, a que nos referimos, funcionaria como uma “terapia”, pois permitiria a ela ser crítica o bastante para, de posse da razão, da ciência, da arte e da técnica, realizar por si mesma o esquematismo, se mantendo abrigada da degeneração da cultura e não aceitar de antemão a verdade urdida pelo valor de troca.

O homem médio dirá que as coisas racionais são as que se mostram obviamente úteis, e que se presume que todo homem racional é capaz de decidir o que é útil para ele. (...) Mas a força que basicamente torna possíveis as ações racionais é a faculdade de classificação, inferência e dedução, não importando qual o conteúdo específico dessas ações: ou seja, o funcionamento abstrato do mecanismo do pensamento. Este tipo de razão pode ser chamado de razão subjetiva. Relaciona-se essencialmente com meios e fins, com a adequação de procedimentos a propósitos mais ou menos tidos como certos e que se presumem auto explicativos. Concede pouca importância à indagação de se os propósitos como tais são racionais. (...) A ideia de que um objetivo possa ser racional por si mesmo – fundamentada nas qualidades que se podem discernir dentro dele – sem referência a qualquer espécie de lucro ou vantagem para o sujeito, é inteiramente alheia à razão subjetiva (Horkheimer, 2003, p. 13-14)

1.3 – Racionalidade técnica, capital e pseudoformação: as “personalidades autoritárias”

Como “desencantar o mundo é destruir seu animismo” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 18), a mercadoria, como representante da razão formalizada e materializada pelo capital, é também produto desta, uma obra científica do capitalismo racional e industrial; representa o triunfo da ciência – sorrateiramente sob os mandos e desmandos da metafísica do lucro – sobre a natureza e também sobre quaisquer devaneios místicos ou mágicos, se encarregando de retirar qualquer sacralidade dos objetos antes sagrados dos nativos – ou de quem quer que seja –, e torná-los coisas, adornos, enfeites ou objetos com determinada utilidade. No entanto, como o processo de racionalização do mundo tomou um rumo de dominação, e a razão tornou-se formalizada, subjetiva, o objeto continuou velado porque a razão só encontra a ela mesma. A “coisa em si” (Kant, 1994) e o animismo continuaram intactos. Daí que, de forma concomitante a essa característica científica da mercadoria – seu processo racionalmente técnico e científico de desenvolvimento, produção, administração e distribuição – ela, em seu duplo caráter, a saber, como valor de uso e valor de troca, ainda possui seus “poderes mágicos” e domina o ser humano desde seu processo de produção até quando ele a adquire e consome regaladamente. É, portanto, um processo de produção, distribuição e consumo, em que o objeto sem vida, inerte, toma a frente do ser humano, controlando-o por meio de compensações como também pelo uso implícito, tácito, da ameaça existente da possibilidade de sucumbir, fracassar, amargando uma situação de desemprego ou falência. Assim, o homem da ciência, adiante ao “Século das Luzes”, paradoxalmente regride e, enredado em um sistema produtivo com uma tendência imanente a se tornar universal, deixa enfeitiçar-se pelo processo social tecnológico de produção de mercadorias e por elas próprias. A fórmula básica do esquematismo da produção é aquela em que o trabalho “morto” (pretérito), cristalizado nas máquinas, antecede ao vivo (o gasto humano de sua energia) determinando-o. Os trabalhadores, com sua integração ao mercado consumidor e ao processo racionalmente técnico de trabalho não

conseguem mais viver sem essa antecendência do trabalho morto, pelo contrário, como vimos afirmando até aqui, eles são dominados por esse tipo de trabalho. Marx (1989, p. 81), percebe tal regressão e nomeia o processo como fetichista. O fetiche é oriundo desse processo social de produção que, a um só tempo, esconde as características sociais de tal processo, colocando em seu lugar a própria materialidade dos objetos – que no capitalismo industrial são produtos do trabalho pretérito, científica ou esquematicamente executado – que ganham autonomia, recebida exatamente do processo social, em suas relações:

Há uma relação física entre coisas físicas. Mas, a forma e a relação de valor entre os produtos do trabalho, a qual caracteriza essa forma, nada têm a ver com a natureza física desses produtos nem com as relações materiais dela decorrentes. Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos de recorrer à região nebulosa da crença. Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo a isto de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias. (Marx, 1989, p. 81)

Se os seres humanos não conseguem perceber a inverdade da relação social “formatada” como coisa, invertida, ou mesmo percebendo, simplesmente aceitam tal inversão em sua condição de falácia com fins de dominação, então o projeto formativo do liberalismo fracassou, já que, segundo Adorno (1964, p. 147):

En la medida en que en la idea de formación resuenan momentos de finalidad, estós deberían, de conformidad con ella, capacitar en cualquier caso a las personas singulares para mantenerse razonables en una sociedad razonable y libres en una sociedad libre; e incluso, de

acuerdo com el modelo liberal, tal cosa habría de conseguirse del mejor modo posible cuando cada uno estuviera formado para si mismo. Y cuanto menos honor hagan a esta promesa las circunstancias sociales, en especial las diferencias económicas, tanto más enérgicamente prohibido estará pensar en las relaciones de finalidad de la formación cultural

Nesse sentido, “la formación tenía que ser lo que tocasse (...) al individuo libre y radicado em su propia consciência, aunque no hubiese ejado e actuar em la sociedade y que sublimasse sus impulsos; e implicitamente se la tenía por condición de uma sociedade autónoma: cuanto más lúcido fuese el singular, más lúcido sería el todo” (Adorno, 1964, p. 146) Essa condição é fundamental para o florescimento da subjetividade porque possibilita ao indivíduo o conhecimento proporcionado pelo todo e, ao mesmo tempo, por meio desse conhecimento, a defesa desse todo, a garantia da relação entre indivíduo e sociedade. A finalidade da formação cultural deveria ser a libertação dos fins impostos pela sociedade, galgando a realização individual de fins sociais. Para isso, a formação cultural isolada não é o bastante e, muito menos, somente o indispensável ato volitivo do indivíduo em direção à formação cultural. O intuito social da formação cultural implica em uma organização da produção social concreta da vida capaz de garantir o espaço e o desenvolvimento do indivíduo consciente na sociedade. Não com a presunçosa intenção de submeter o mundo aos desejos humanos, mantendo as relações de dominação, e, sim, de preservar a individualidade em uma relação consciente entre seres diferentes. Então, com o capitalismo, a formação cultural foi abortada em sua estrutura, em sua viga mestra, a saber: a produção e reprodução material da vida.

Adorno (2004, p. 36), em seu texto sobre a relação entre psicologia e sociologia, afirma que “las masas apenas se dejarían atrapar por una propaganda torpe, parpadeante y falsa si algo em ellas mismas no acogiera los llamados al sacrificio y la vida peligrosa”. Esse “algo em ellas mismas” é um “resto” de subjetividade – natureza em sua constituição histórica – reprimida socialmente e igualmente utilizada como um canal para acolher no (e pelo) indivíduo as propostas sociais e culturais – sejam do Führer, da indústria cultural, do líder fascista de algum sindicato ou de um sistema

econômico e social. As respostas psicológicas aos estímulos da propaganda fascista ou da indústria cultural são produtos mais que somente psicológicos, derivam da situação social objetiva. A inclinação do indivíduo a aceitar facilmente certas tendências sociais não é produto somente dele mesmo ou unicamente social. Contudo, as condições reais para produzir e reproduzir a vida no modo de produção capitalista consubstanciam, como componente cultural, a formação tanto dessas tendências quanto das inclinações ao não permitir a internalização e superação do supereu. Segundo Adorno (1965, p. 712), o “guapo” é seu “representante extremo” e compõem as hordas de psicopatas e rebeldes, como representantes da “Síndrome do rebelde e do psicopata”:

El representante extremo de este síndrome es el “Guapo”, el “Psicópata” em términos psiquiátricos. Em estos individuos, el superyo parece haber quedado completamente atrofiado a consecuencia de la resolución del conflicto de Edipo, consistente en la regresión a la fantasía de omnipotencia de la primeirísima infancia. Dichos sujetos son los más “infantiles” de todos: han sido totalmente incapaces de “desarrollarse”, la civilización no ha logrado moldearlos para nada. (...) En ellos, los impulsos destructivos pasan a primer plano de modo franco, no racionalizado. (...) Se describe al psicópata como el individuo “rebelde, que desobedece religiosamente todos los códigos y las normas imperantes”, cuya característica principal es el no poder esperar, “no poder diferir los placeres de la gratificación” incapacidad ésta que sugiere que, además del escasso desarrollo del superyo, la formación del yo también há quedado a médio caminho, a pesar del impertinente “egotismo” de estas personas.

Na continuação, essa é a descrição que Adorno (1965, p. 713) faz desse tipo: “no es un psicótico y, en cierto sentido, se comporta de modo muy ‘realista’. A ello se agrega que, por vivir completamente ‘en el momento’, por carecer de identidad del yo, puede adaptarse con buen éxito a una situación.” Essas palavras só aumentam as provas de que este tipo é o pseudoformado “clássico”. A vida sem história (somente no momento presente) e a falta de identidade são características daquele tipo. O “se

comporta de modo muy realista”, denota um comportamento idêntico à realidade, uma percepção oriunda do existente erigido a partir do conceito originado pelas condições econômicas concretas da reprodução material da vida em correspondência àquilo que existe no indivíduo devido a exatamente tais condições imediatas e mediadas social e historicamente. Neste caso, há e não há indivíduo: ele existe como o portador das relações sociais de produção que existem anteriormente a ele, e nada mais; uma ponte rompida, um objeto sem objetividade, porque as densas malhas das condições de produção – incluído aqui o esquematismo com o qual ele produz o mundo para si mesmo – que se antecipam a ele não o permitem desenvolver nada dele mesmo e, em seu vazio, não possui nada para acrescentar ao mundo, objetivando-o; mas, caso possua, ele o reprime para que possa se socializar, ser aceito. Ele somente “replica” aquilo que a organização econômica e social “aplica” nele. Quando pensa ter expressado, registrado, concebido ou produzido algo genuinamente seu, na maioria das vezes, trata-se de uma “ilusão de óptica”, franca aparência permitida pelo esquema para iludir o indivíduo. O esquematismo da produção já determina objetivamente o aceitável – aquilo que é vendável – e subjetivamente no indivíduo quando antecipa os seus sentidos. Assim como é impensável utilizar aparelhos analógicos na era digital, seja na produção ou no entretenimento, se torna inaceitável aquilo que a indústria cultural determinar, e completamente aceitável as questionáveis informações veiculadas por essa indústria.

Chegamos, assim, ao segundo caso relacionado à assimilação, ou não, da autoridade: aquele em que o supereu é “interiorizado de maneira irracional”. A irracionalidade reside em uma dinâmica em que “el sujeto sólo logra su propia adaptación social encontrando placer en la obediencia y la subordinación” (Adorno, 1965, p. 708). É o ser humano perfeito para o esquematismo da produção. Essa “interiorização de maneira irracional” acontece devido a uma internalização da figura paterna por meio de uma resolução específica do complexo de Édipo a qual gera – no movimento psicodinâmico, nunca completamente bem resolvido, de conversão do ódio ao pai em amor a este – um sentimento masoquista contra si mesmo e sádico em relação aos outros com os quais o indivíduo não se identifica. É, nitidamente, o sujeito conformista, enrijecido na adaptação, com um “eu” débil, impedido de se constituir pelas próprias condições sociais opressivas agindo para não permitir diferenciá-lo e que praticamente obrigam as energias psíquicas, capazes de produzir o humano por meio de sua dessemelhança, a encontrar outra saída quando reprimidas. Aprender a enganar-se

num falso prazer pela obediência nunca superada é uma saída realizada, provavelmente, pelos indivíduos participantes das tropas de assalto nazifascistas e pelos fãs das músicas de massa, capazes de se revoltar contra seus líderes quando esses não lhes dão as ordens que gostariam de receber. O “esquemático” fã, fiel soldado da tropa fascista ou consumidor dos produtos da indústria cultural, debilitado em seu “eu”, é quase incapaz de dar um passo sequer por si mesmo. O mundo para ele é antecipado, esquematizado, por seu Führer, seu chefe ou seu ídolo – o qual para ele está aprovado de antemão em tudo que faz desde que esse se mantenha em conformidade aquilo que seu fã ou subordinado espera dele, ou seja, o que é previsto pelo esquema. A possibilidade de diferenciar-se é aterradora, por isso ele não consegue se mover. Ele aguarda e anseia pelos bem vindos esquemas fornecidos por seus líderes que nem sempre são de carne e osso. Sua catexia se vincula também a marcas e objetos que o submetem. Orgulha-se de se enquadrar perfeitamente naquilo que definiram para ele como conceito dele (si) mesmo. A certeza do seu prazer não está em seu próprio corpo, mas alhures, nos esquemas engenhosamente elaborados pelas agências de propaganda que criam comerciais cinematográficos para vender uma caixa de fósforos ou nas mãos do produtor musical que organiza a composição conforme o modelo já consagrado. Nem a perda do dinheiro pago por um ingresso poderia explicar o tamanho e a intensidade da agressividade, manifestada em destruição, dos fãs de uma banda ou músico de massas quando esta ou este cancelam uma apresentação para a qual aqueles já estavam esperando no local. Não podemos creditar a tal destruição uma violência de responsabilidade apenas dos indivíduos, oriunda apenas deles e não de sua relação social. Essa situação se configura no momento em que a cultura e o ser humano passam a ser “refratários” entre si, porque mesmo sendo a primeira produto do segundo, ela é produção alienada do último, subsumida à sociedade e não internalizada por aquele. Isso acontece quando toda a sociedade sucumbe a uma forma produtiva que faz a cultura, ao ser produzida industrialmente como mercadoria, perder sua capacidade social formativa do indivíduo porque se converte em puro entretenimento, como também seguindo uma técnica eficiente em obrigar o consumidor cultural a sempre comprar o novo produto, por mais parecido que ele seja com o anterior, aliás, a semelhança é condição *sine qua non* das mercadorias.

A pergunta lembrada por Marcuse (1967, p. 56): “quem educa os educadores” – cuja alusão imediatamente recorda Marx (1991, p. 12), quando este afirma que “o

educador deve ser educado” – é respondida pela falta de liberdade imperante na sociedade que fez da metafísica do lucro aquilo que, de forma redundante, está antes e depois de qualquer objetivo, predefinindo-o. Para que os homens possam educar-se entre si, faz-se necessário um espaço de autonomia, semelhante à ideia dialética para a libertação dos escravos: “os escravos devem estar livres para a sua libertação antes de poderem tornar-se livres, e em que o fim deve ser operante nos meios para atingi-los.” (Marcuse, 1967, p. 56) A antecipação da liberdade para que esta possa se efetivar foi destruída com a tecnologia a serviço e construída por aquela metafísica para abarcar toda a realidade. Essa “dinâmica da metafísica” a realizar uma malha que enreda a todo o real, não permite aqueles espaços de antecipação da liberdade – o espaço do negativo – e, assim, educa os educadores. A educação emancipatória, talvez só possa ser possível onde e quando já não seja mais necessária. Dando continuidade a essa investigação, no próximo capítulo vamos discutir mais um impedimento da formação por meio da expansão do processo industrial de produção que leva o esquematismo da produção à cultura.

2º Capítulo

Capitalismo industrial e esquematismo da indústria cultural

Consideramos que Marx (1989), em sua análise da constituição do capital, descobre sob a aparência da mercadoria, seja ela oriunda da imensa indústria ou das pequenas oficinas, uma alteração realizada no trabalho humano: o trabalho específico e concreto realizado por marceneiros, fiandeiros e outros profissionais, apesar de continuar a existir, perde o valor por sua especificidade e concretude. O caráter útil de cada objeto não é mais seu principal elemento de valorização, e, sim, o tempo de trabalho gasto em sua confecção. Os objetos construídos pela atividade laboral começam a ser valorizados unicamente conforme um elemento comum a todos eles, o tempo utilizado em sua produção, e não mais por sua necessidade. Com base nessa medida, o trabalho passa a ser considerado como uma atividade abstrata, um elemento comum presente em todos os objetos. É esse elemento comum, colocado pelos homens nos objetos ao confeccioná-los, que no modo de produção capitalista tornará os produtos alienáveis, permutáveis uns pelos outros. São trabalhos subsumidos à unidade de tempo, organizados e catalogados para serem todos redutíveis ao mesmo denominador (tempo médio social de produção) e, assim, fornecerem às mercadorias produzidas o elemento que as torna igualmente alienáveis. Apesar de continuar a existir a atividade concreta de cada trabalhador, todos os trabalhos em sua concretude desaparecem, restando apenas o trabalho humano abstrato.

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos nele corporificados, desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato. (Marx, 1989, p. 44-45)

Este desvanecimento das diferentes formas concretas de trabalho torna-se mais intenso e plenamente exercido com o aparecimento do trabalho industrial e com o uso da esteira rolante na produção. As mudanças provocam a divisão quase infinitesimal tanto dos objetos realizados nas fábricas quanto das atividades executadas pelos trabalhadores na confecção desses objetos. Se aceitarmos a ideia de uma possível formação por meio do trabalho em razão do metabolismo do ser humano com a natureza para produzir e reproduzir sua vida, não há como negar que com a subsunção dos diversos trabalhos concretos ao abstrato se enfraquece a possibilidade de experiências individuais imprescindíveis à formação. Nas palavras do próprio Marx (1989, p. 413), ainda analisando essa situação na manufatura:

O camponês e o artesão independentes desenvolvem, embora modestamente, os conhecimentos, a sagacidade e a vontade, como o selvagem que exerce as artes da guerra apurando sua astúcia pessoal. No período manufatureiro, essas faculdades passam a ser exigidas apenas pela oficina em seu conjunto. As forças intelectuais da produção só se desenvolvem num sentido, por ficarem inibidas em relação a tudo que não se enquadre em sua unilateralidade. O que perdem os trabalhadores parciais, concentra-se no capital que se confronta com eles. (...) Esse processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, reduzindo-o a uma fração de si mesmo, e completa-se na indústria moderna, que faz da ciência uma força produtiva independente de trabalho, recrutando-a para servir ao capital.

O reconhecimento do trabalho artesanal ou do camponês como “desenvolvedores de conhecimentos, embora modestamente,” não significa a defesa nostálgica de antigas formas de trabalho, e muito menos o trabalho como essencialmente formativo, eternizando-o, e, sim, a reflexão que percebe e entende o trabalho abstrato (abstraido de seu conteúdo) como também destituído de processos formativos porque seu objetivo não é contentar o ser humano, apesar de seus produtos satisfazerem as necessidades humanas, esse é apenas um meio. Seu objetivo é a realização do capital, consistindo aí, nesta inversão de prioridades – do ser humano para o capital – o núcleo do processo de produção do “fetichismo da mercadoria” (Marx,

1989, p. 79). Como o processo de produção do capital é essencialmente social – feito e produzido em pequenas partes desde a manufatura até a indústria –, o indivíduo é desvalorizado e minimizado em sua constituição, em seu desenvolvimento intelectual. Determinado por seu objetivo de expansão do capital, o processo fetichista de produção de mercadorias determina de forma previa e racionalmente uma “atuação” para cada função exercida pelos trabalhadores, fazendo-os, com isso, perderem o controle sobre suas próprias atividades de produção, formação, desenvolvimento intelectual e, no limite, suas próprias vidas, permitindo ao próprio processo produtivo assumir tal controle. Por outro lado, em cada fábrica, escritório, loja ou outro local de trabalho, são os processos racionalmente prontos para cada atividade a ser executada que os trabalhadores esperam encontrar. Então, antes mesmo da indústria “prestar um serviço” ao ser humano enquanto seu cliente, como registram Adorno e Horkheimer (2006, p. 103), passagem já citada por nós em capítulo anterior, ela já o realiza em sua função laboral, reduzindo-a aos ditames da indústria com fins capitalistas, esquematizando minuciosamente – por meio de cálculos rigorosos de tempo, gestos e forma da atividade exercida – cada ato, respiração ou passo do indivíduo com o objetivo de rentabilizá-lo ao máximo.

Não obstante, temos de reconhecer que o avanço do capitalismo em termos de maior produção acontece por meio desse esquematismo da racionalidade técnica. Foi retirando a produção da decisão e do esforço de cada trabalhador e entregando-a à racionalidade mecanizada que o aumento da produção foi conseguido, resultando nas mercadorias tendo seu preço reduzido graças ao ganho obtido pela escala produtiva (o aumento na produção). Isso fornece ao trabalhador o acesso a um número maior de bens materiais. Esse acesso proporciona alguma melhora de vida e conforto a ele. Consoante a essa melhora, está a possibilidade de sua dispensa de jornadas e atividades embrutecedoras. Possibilidade tornada uma realidade factível, embora não realizada completamente devido à própria lógica interna do capital que, para se constituir, exige sempre trabalho. No campo da formação, se formos nos referir especificamente ao desenvolvimento humano mediado pela função laboral, o capitalismo gera uma redução das possibilidades formativas do trabalhador, já que os “caminhos” e as necessidades educativas se reduzem a determinações do próprio processo produtivo de mercadorias com objetivo de expansão do capital. A formação cultural do trabalhador, suas habilidades e competências (tão em voga no meio educacional), são decididas e

configuradas (esquemáticas) muito longe dele, pela produção do capital; ela corresponde a essa produção, não de forma imediata, ao invés de ser engendrada pelo próprio trabalhador. As mediações de tal formação, além de se constituírem como mercadorias, apesar de tentarem preparar o trabalhador conforme a demanda racional daquele momento, muitas vezes não conseguem corresponder exatamente àquela especificidade requerida. Quando isso acontece, a própria empresa tem de dar conta do treinamento de seu trabalhador, como uma peça a ser redesenhada, colocando-o dentro da geometria exigida, existente anteriormente até ao próprio treinador.

A indústria se torna uma verdadeira força social de produção, concentrando em si todas as condições para a produção e reprodução da vida. O indivíduo, nessas condições de produção, se torna quase que um escravo do capital porque este teve – e continua a ter – a liberdade para se expandir por meio do primeiro, controlando-o de forma a não permitir a este último o desenvolvimento de suas forças produtivas individuais e, sim, a diminuição delas, pois subsumidas a uma produção social que define de antemão e segundo as necessidades dessa produção a formação daquelas forças produtivas individuais. Estas, a rigor, ficam em suspenso, aguardando a possibilidade de retornarem. A concentração da produção dos bens necessários à vida nos moldes primeiro da manufatura e depois da indústria, conforme mostrou Marx, acaba por definir previamente para o trabalhador qual deve ser sua participação na produção, limitando o seu conhecimento, suas capacidades imaginativas, perceptivas, cognitivas e de realização a essa participação (seu ofício). Assim, podemos dizer que antes mesmo de atingir o ser humano em sua função consumidora e com os produtos da indústria cultural, o esquematismo da produção exige a correspondência desse humano a ele como trabalhador, fornecendo as condições concretas antecipadamente, cujo trabalhador deve estar apto a se adaptar. A definição de sua atividade produtiva é, a um só tempo, real e fixada por aquela metafísica do lucro, a que já aludimos, e fornece *a priori* para o trabalhador a percepção categorizada do mundo, em suma, o seu entendimento, não permitindo a este último elaborá-lo em sua convivência social.

Essas não são condições adequadas para desenvolvimento humano, muito menos para segurança, tranquilidade e garantia incondicional de conforto eterno. Pelo contrário, a existência potencial de uma diminuição na jornada de trabalho, dada pelo avanço da técnica e da tecnologia, é neutralizada mediante os interesses imanescentes de expansão do capital que sempre utiliza todos os recursos disponíveis para aumentar sua

produção, potencializando seus ganhos e lucros, transformando a possibilidade de diminuição do tempo de trabalho em um aumento tanto do tempo quanto do alcance da produção industrial de mercadorias que avança sobre outros âmbitos da vida, por exemplo, a cultura. Assim, a antiga promessa de felicidade, guardada na arte, mesmo com todas as condições para se realizar, fica suspensa, talvez esperando o pensamento partir em seu auxílio e resgatá-la. Mas o pensamento necessita de condições materiais e imateriais para nascer e se desenvolver. Urge ao pensamento, tanto ultrapassar a limitação dada a ele pela “organização” e pela “administração” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 41), quanto utilizá-las para um projeto de sociedade que liberte o pensamento de ficar confinado a elas, e permita o desenvolvimento em sua subjetividade. Porém, “o inimigo que se combate é o inimigo que já está derrotado, o sujeito pensante” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 123); o objetivo do capitalismo consiste unicamente na produção e reprodução do capital, alcançada por meio da exploração do tempo de trabalho não pago aos trabalhadores na produção de mercadorias. Aquele objetivo deixa o desenvolvimento do pensamento e o acesso à arte ainda mais distante considerando-se o fato de que a expansão incessante do capitalismo inclui a esfera composta pelos produtos do espírito e também a submete totalmente à produção de mercadorias. Esse fato circunscreve a cultura àquela metafísica do lucro, por nós aludida no capítulo anterior, o que a torna refém do esquematismo da produção industrial e, desse modo, limitada e passível de ser prevista, já que deve corresponder a um modelo, um conceito, um desenho pré definido do produto por sua produção previamente determinada em cada detalhe para alcançar a máxima eficiência em termos de lucro.

Isso leva à arte produzida neste período um fenômeno idêntico ao ocorrido com o trabalho e os produtos dele derivados: a redução de todos os diferentes “produtos do espírito” a um mesmo denominador comum, colocando todos sob a mesma categoria intitulada cultura. O que torna tanto a cultura quanto seus produtos, esses “produtos do espírito” a que estamos nos referindo, capazes de ter seus elementos conhecidos antes mesmo do contato com eles. A asserção de Adorno e Horkheimer (2006, p. 108), segundo a qual: “Falar em cultura foi sempre contrário à cultura” é inteligível quando consideramos o produto cultural como uma mercadoria, como algo inteiramente definível por um conceito como se fosse quase imóvel. A arte séria, um elemento da cultura, portanto, parece não caber nesse conceito e, como tal, tentar “explodi-lo”, exatamente por seu movimento interno, e em relação ao objeto que tenta expressar. A

verdadeira expressão artística parece não caber em um conceito, principalmente em um que ela deva se adequar, erigido antes dela. Por isso, os autores, ao utilizarem a palavra “sempre”, indicam que esse estado da “cultura contra a cultura” não se restringe apenas à fase histórica da organização da produção humana pelo sistema capitalista. É que a cultura, constituída pelos “produtos do espírito humano”, sempre carregou dentro de si o seu contrário, a saber: a materialidade. A cultura em sua forma espiritualizada somente consegue sugerir tal forma graças à possibilidade daqueles que a produzem se afastarem da produção material de sua própria vida, garantida por aqueles que nestas circunstâncias sociais são “atados” à produção material. As formas sociais, desde sempre, ao impor a um grupo o compromisso com a produção material da vida, condenou-o ao distanciamento da cultura e, ao mesmo tempo, tais formas por meio daquela imposição, proporcionaram o afastamento das condições materiais ao grupo produtor da cultura. Assim, o distanciamento da produção material pelo grupo produtor da cultura foi sempre possível graças ao afastamento da cultura do grupo produtor da materialidade. A cultura sempre deveu sua existência ao suor alheio e, sem exageros, as criações do espírito sempre estiveram respingadas pelo sangue do sacrifício dos aliados espiritualmente. Desde a Antiguidade houve a relação entre a “arte inferior” (Adorno, 2011b, p. 86) e a elevada, porém, não uma síntese realizada para o sujeito daquilo que seria cultura. Naquele momento, a pressão econômica e psíquica sobre os seres humanos submetidos a um estado de “cruza natural” (Adorno, 2011b p. 86), dado pelas condições de trabalho, os separava daquilo que fora estabelecido como cultura. A organização, ao separar arte elevada e inferior, é o elemento praticamente fundante da cultura, pois para aqueles que:

foram repelidos pelo que se estabeleceu como cultura e cujo mal estar na civilização reproduz, de maneira incessante e amplificada, a crueza do estado natural. Sua arte inferior achava-se eivada de restos daquela essência embriagante-orgiástica que a arte elevada apartou de si sob o signo de um progressivo domínio da natureza e da logicidade. De maneira inversa, enquanto o espírito objetivo ainda não havia sido completamente planejado e conduzido pelos centros administrativos, a arte elevada sempre absorvia, involuntária ou propositadamente elementos da música inferior, em memória à

injustiça contra os muitos que se conservaram no próprio princípio, bem como por necessidade de uma alteridade capaz de se opor à vontade estética formativa e na qual esta pudesse dar mostras de si mesma. (Adorno, 2011b, p. 86)

A essas palavras, Adorno segue com uma série de exemplos a demonstrar, por meio da análise de obras musicais de homens como Bach, Beethoven, Haydn e Mozart, o contato entre a música séria e melodias ou textos populares; e, também, o contrário, como na paródia, o “expediente de colocar palavras religiosas em melodias profanas” (Adorno, 2011b, p. 86). A mediação social e econômica que causa a seleção e administração das obras em esferas separadas parece provocar tanto o empobrecimento dessas obras quanto a definição da categoria cultura: “Até o fim do século XIX, a música ligeira ainda era, às vezes, possível com integridade. A fase de seu declínio estético coincide com a dissociação irrevogável e a falta de mútua relação entre os dois âmbitos.” (Adorno, 2011b, p. 86) Esse autor, juntamente com Horkheimer, reconhecendo a recíproca relação de determinação entre espírito e materialidade, percebe e apresenta esse fenômeno ocorrido com as obras de arte sintetizadas em cultura a partir do avanço do capitalismo, entrando em sua fase monopolista, como um acontecimento no campo oposto à materialidade, não obstante, igualmente fruto do desenvolvimento capitalista e nitidamente semelhante àquele processo acontecido com o trabalho. Se lembrarmos que, como já examinamos, segundo Marx (1989, p. 44-45), sob o capitalismo, para produzir qualquer objeto, as atividades laborais concretas dos seres humanos tiveram que ser abstraídas da sua realização concreta e apreendidas somente naquilo cujo teor era passível de ser encontrado em todas elas – como se sofressem uma esquematização/racionalização *a priori*, de base, para serem mercadorias –, a saber, o trabalho humano esvaziado de sua objetividade, originalidade e concretude, transformado também, neste processo, em mercadoria, com as diferentes obras de arte acontece o mesmo. Quando as obras de arte são subsumidas ao processo de produção de mercadorias, deixam de se tornar especificamente a música, a narrativa, o conto ou o romance, e passam a ser produzidas sob a forma única de produtos do trabalho abstrato gerador de valor, ou poderíamos dizer diretamente: mercadoria. Uma mercadoria produzida de modo um pouco diferente daquela realizada pelos inúmeros operários das fábricas, mas necessariamente esquematizada, padronizada, catalogada, mensurável e,

por isso, capaz de ser igualada a outras, comparada e trocada no mercado cultural, nas feiras livres das obras de arte que deixaram de sê-las. Trata-se de um esquema de produção que não parte de um objeto a ser captado e expressado por um sujeito, e, sim, de uma expressão anterior ao objeto e ao sujeito, devido às condições concretas de sua realização. Aqui, a nosso ver, somente cabe com a metafísica, realmente, essa “expressão não expressada”, ou, expressão destituída de expressão, pois já expressada pelo modo de produção. Se podemos dizer que a razão subjetiva é a expressão ideal do sistema capitalista real, a intensificação desse sistema, fornecido a ele pela ciência e pela racionalidade técnica, faz com estejamos praticamente diante de um renascimento da metafísica a se realizar concretamente em seus limites terrenos por meio do capitalismo. Planejamento mediado pelo lucro em correspondência às condições concretas para realiza-lo são constituintes do esquematismo da produção industrial a premeditar até a cultura, ao produzir seus objetos segundo tal metafísica. O problema aqui também consiste no verdadeiro disfarce colocado sobre a cultura pela indústria cultural, tentando lograr o consumidor, espiritualizando aquilo que é produzido nos moldes da materialidade industrial. Neste caso, de forma análoga, podemos nos referir à cultura como um “valor” (Adorno, 1964, p.143), fundada em si mesma, construindo um conteúdo relativamente neutro e sem interesse na “implantación de cosas humanas” (Adorno, 1964, 143); uma cultura “impotente”. Esse é o tipo de cultura a que se referiu Adorno (1964, 143) ao lembrar que: “Max Frisch há hecho notar que personas que habían participado algunas veces con pasión y comprensión em los llamados bienes culturales se han podido encargar tranquilamente de la *práxis* asesina del nacional socialismo.” Esta, segundo Adorno (1964, p. 143) seria a pseudoformação, porque é “la formación que se desentende de esto, que descansa em si misma e se absolutiza”. Então, com base em Max Frisch e na argumentação de Adorno, podemos dizer que a pseudoformação já era encontrada entre os nazistas e é distribuída como produto da estratégia de venda da indústria cultural.

A própria cultura carrega em si tanto os elementos da adequação a uma dada sociedade, quanto aqueles cujas propriedades fornecem ao homem o impulso para ir além do imediatamente dado. Os produtos do espírito são produzidos exatamente como alívio à tensão daquela “porção” natureza que tem de ser reprimida para que o convívio social possa existir. Uma cultura desgarrada de seu “momento” material ou entendida como “natural” – como ações comportamentos e pensamentos característicos de uma

determinada idade sempre manifestados qualquer que seja a situação social concreta vivida – é falsa cultura porque permite que os homens cometam a violência. Tal cultura explode em barbárie. O mesmo pode-se dizer da cultura (pragmatista) do conformar-se à vida real, ao imediatamente dado, ao positivo, ao melhor adaptado, o mais agressivo, enfim o mais forte. A indústria cultural, reconhecendo seus produtos como mercadorias, tenta velar exatamente esse caráter contraditório de mercadoria da cultura: “Os que sucumbem à ideologia são exatamente os que ocultam a contradição, em vez de acolhê-la na consciência de sua própria produção, como Beethoven.” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 130) Diante desses argumentos, parece-nos que a transformação da arte em mercadoria cultural é, de certo modo, uma reificação da primeira, é a sua mudança de status, a suspensão de sua autenticidade, ou, nas palavras de Walter Benjamin (1996, p. 169), a “destruição de sua aura”¹. É o que podemos depreender das considerações abaixo, proferidas por Adorno e Horkheimer (2006, p. 108): a cultura está intimamente ligada à mercadoria:

A barbárie estética consoma hoje a ameaça que sempre pairou sobre as criações do espírito **desde que foram reunidas e neutralizadas a título de cultura.** (...) O denominador comum “cultura” já contém virtualmente o levantamento estatístico, a catalogação, a classificação que introduz a cultura no domínio da administração. Só a subsunção industrializada e consequente é inteiramente adequada a esse conceito de cultura. (Grifo nosso)

Nessa citação, as palavras proferidas pelos autores indicam a subsunção da qualidade ao mundo da quantidade esvaziada de conteúdo e avassalando também as criações do espírito. É a percepção da diferença se submetendo à identificação, possível graças à fundamentação de toda a produção à racionalidade instrumental do cálculo numérico. Cálculo e submissão que tanto originam quanto, mediante as condições do capitalismo industrial, destroem a grande música. Conforme já mencionamos, a

¹ Benjamin (1996, p. 170), descreve a “aura” da seguinte forma: “É uma figura singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que esteja. Observar, em repouso, numa tarde de verão, uma cadeia de montanhas no horizonte, ou um galho, que projeta sua sombra sobre nós, significa respirar a aura dessas montanhas, desse galho.”

mensuração e a conversão de todo diferente ao igual é um expediente da razão para a historicamente necessária, e ao mesmo tempo condenável, dominação da natureza. De forma semelhante ao trabalho abstrato, a cultura é o denominador comum, não apenas uma simplificação do produto cultural, mas a forma prescrita a que foram submetidas as “obras do espírito” a fim de se tornarem alienáveis como mercadorias. A Indústria Cultural produz as falsas obras do espírito, aquelas cuja espontaneidade foi perdida não espontaneamente, e, sim, premida pela razão na sociedade totalmente administrada: o processo produtivo industrial de mercadorias. E, além disso, obriga as verdadeiras – a arte séria – a passar pelo “filtro da indústria cultural” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 104), a serem esquematizadas e se converterem àquela forma dada (antes do objeto) que é o modelo para cada produto dessa indústria. Desse modo, mesmo a arte séria, tal como uma sinfonia ou um texto clássico, sofre modificações em sua estrutura e organização (sofrendo recortes, sendo apresentados em segmentos ou ganhando explicações inadequadas) a fim de serem facilitadas em seu entendimento, conformadas ao modelo pré concebido da indústria cultural e aceito pelo consumidor, para poderem se tornar rentáveis, lucrativas. Daí o ganho ou intensificação das características mensuráveis pelas obras subsumidas à cultura industrial. Esse termo contraria o seu próprio conteúdo quando submete as “criações do espírito humano”, específicas e impossíveis de serem igualadas, às operações matemáticas características da administração. A harmonia e a identificação exata não são características da obra de arte. Ela não é mera cópia, exatamente porque carrega sempre o sujeito criador consigo. Falar em estilo de uma obra de arte é apontar porque ela tende sempre a ser única e, no máximo, assemelhar-se às outras por meio dessa unicidade, rompendo o limite estilístico. As obras de arte, mesmo pertencendo a uma mesma categoria, não se identificam nem entre si e muito menos com outras, caracterizando-se pela diferença. Tal diferença pode ser considerada o “índice de verdade” dessas obras:

O elemento graças ao qual a obra de arte transcende a realidade, de fato, é inseparável do estilo. Contudo, ele não consiste na realização da harmonia – a unidade problemática da forma e do conteúdo, do interior e do exterior, do indivíduo e da sociedade –, mas nos traços em que aparece a discrepância, no necessário fracasso do esforço apaixonado em busca da identidade. Ao invés de se expor a esse fracasso, no qual o

estilo da grande obra de arte sempre se negou, a obra medíocre sempre se ateve à semelhança com outras, isto é, ao sucedâneo da identidade. A indústria cultural acaba por colocar a imitação como algo de absoluto. (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 108)

Temos que atentar também a um importante detalhe expressado por esses pensadores no trecho acima. A “barbárie estética” nem sempre acompanhou as criações do espírito como um “veneno” interno às próprias obras desde a sua existência ancestral. Lowenthal (1975, p. 301) argumenta: “O conceito oposto à cultura popular é a arte.” Os autores são muito claros ao afirmar a existência de uma “ameaça que sempre pairou sobre as criações do espírito”; porém, o termo “sempre” diz respeito a um determinado período: aquele em que as “criações do espírito foram reunidas e neutralizadas a título de cultura”, tal qual um inventário. É como se as obras perdessem sua identidade interna, sua objetividade, sua originalidade conseguida por meio da relação entre sujeito e objeto para construí-la a partir do esforço desse sujeito para a percepção, entendimento e crítica do mundo, colocados na obra. O declínio das criações do espírito em barbárie estética, portanto, pertence a um determinado período da história da humanidade e não a todo ele. Adorno e Horkheimer não se referem a essas criações como passíveis de degenerar em qualquer momento na história de sua existência, por única e simplesmente carregar dentro delas mesmas esse embrião da degenerescência, mas, sim, concernem a condições externas às criações os elementos que as submetem a isso, sintetizando-as em cultura. É extremamente importante entender isso para não incidir em erro, nos deixando levar por reflexões idealistas modeladas pela teleologia fatalista, apresentando internamente um movimento lógico autônomo, sem relação de conteúdo com o objeto em sua existência real. Esta implica em condições específicas para seu desenvolvimento; porém, não podemos também nos referir apenas a estas últimas e nos esquecer do objeto sob elas, trocando o objeto pelas condições a que está submetido. E muito menos devemos subjetivar o objeto, reduzindo-o a uma forma lógica a delinear-lo, movimentá-lo e manipulá-lo conforme si mesma, independente do próprio objeto, dispensando-o e colocando-se no lugar dele. Assim, podemos dizer que a música, a literatura, a pintura se transformaram em mercadoria (cultura) não devido a um fatalismo inelutável dado por um movimento interno capaz de produzir um *telos* inescapável, e, sim, devido ao fatal movimento lógico do capital em busca de expansão

que, em função disso, as retirou das mãos unicamente de seus autores como que as produzindo para eles por meio de uma configuração previamente determinada pelos produtores da indústria cultural com base na possibilidade de auferir o maior lucro possível gastando o menos possível utilizando-se da racionalidade técnica disponível para isso e para vendê-las de forma massiva. As próprias condições impostas pela indústria cultural a esses artistas os obrigava a aceitar o esquematismo da produção. Analisando as informações contidas no documentário *Down the tracks: the music that influenced Led Zeppelin* (2015), é possível dizer que os próprios músicos, sob as condições econômicas do princípio da indústria fonográfica, ao criarem o próprio esquema para darem conta de uma produção quase em série de obras, – já que a indústria pagava pouco a cada uma delas e eles, para sobreviver, eram obrigados a produzir muitas em um curto espaço de tempo – contribuíram para a criação do esquema que se sobrepôs a eles mesmos e passou a vigorar antecipando os próprios “talentos”: “Os talentos já pertencem à indústria muito antes de serem apresentados por [e a] ela: de outro modo não se integrariam tão fervorosamente.” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 101) Nessa situação, os músicos de blues no princípio do século XX², por exemplo, ao receber das gravadoras poucos dólares por composição, precisavam compor o máximo possível e com instrumentos rudimentares, daí mantinham a estrutura da música e alteravam minimamente elementos na melodia, ritmo ou harmonia, tornando-as muito iguais como também estruturadas sempre sobre a mesma fórmula para facilitar a rápida composição. Isso possibilita até ao ouvinte antecipar a música que será ouvida por ele, bem como outros produtos da indústria cultural.

Neste capítulo, investiga-se a esquematização que a indústria cultural realiza na produção principalmente da música, praticamente compondo-a *a priori* a seus compositores para sua transformação em mercadoria. Tal esquematização inclui a infantilização das composições musicais como ilustração da estratégia da reprodução do capital na indústria cultural; a padronização e simplificação de seus produtos como necessidades pungentes para a alteração que transforma a arte de um produto do “espírito” humano – propriamente espontâneo e constituído pela utilização de uma racionalidade crítica, enfim, arte – a outro orientado em sua confecção por regras unicamente capitalistas, racionalizadas, da produção de mercadorias apoiadas em fins de

² O documentário “Down the tracks: the music that influenced Led Zeppelin” foi nossa fonte nesta argumentação. Este documentário foi exibido pelo canal BIS em 14/06/2015 às 21:30.

produção e reprodução do capital por meio do entretenimento. Nesta situação, a cultura reforça aquele estado já mencionado por nós em capítulo anterior do enfraquecimento do ego como fruto da organização econômica e social do capitalismo monopolista. Considera-se a importância desses elementos analisados e investigados para entender a construção na contemporaneidade de uma subjetividade fragilizada que aceita e produz a “pseudoformación” (Adorno, 1964), estabelecendo com essa última uma relação de interdependência a gerar uma expansão ainda maior do capital.

2.1 – O esquema da indústria cultural e a música

O principal logro da indústria cultural sobre as massas é exatamente fazer com que elas acreditem que o que lhes é imposto é originário delas como um produto espontâneo do grupo ou classe à qual pertencem, e que praticamente pertence a sua “natureza” – reduzindo cada pessoa àquela “crua natureza” a que se referiu Adorno anteriormente – aquilo que a indústria como um todo, mas principalmente a cultural, cria e ensina a cada ser humano aceitar, gostar, imitar, desejar e pautar sua vida como única alternativa ao tempo de trabalho – ou o deslocamento até ele. Se por um lado, nas condições do capital industrial monopolista, essa é realmente a única alternativa, por outro, não constitui alternativa alguma, pois na verdade é o outro lado da mesma moeda. Trata-se do ócio que acompanha como uma sombra o trabalho; uma criação do mesmo sistema que triunfa sobre o ser humano e também o nutre. Desse modo, nesse sistema, quanto mais tempo livre o trabalhador tiver, mais o perderá se afundando no próprio trabalho para consegui-lo. A perda é aceita como ganho quando as atividades e produtos oferecidos pela indústria cultural aos seres humanos para diversão e entretenimento são tidos como prazerosos porque a falsa sensação de liberdade do homem, já tão exigido e preso no cárcere do trabalho, advém da situação em que ele, em seu tempo livre, adormece em frente a seu aparelho de televisão após trocar livremente inúmeras vezes de canal. O esquema de produção dos produtos da indústria cultural possibilita ao seu consumidor antecipar cada cena do filme, letra e acorde da música, como também história contada no livro de romance ou frase assertiva naquele de “auto ajuda”. Além disso, em seu tempo livre, assim como em seu trabalho, coisa alguma é exigida de seu intelecto que já não esteja intelectualmente resolvido para ele pela racionalidade técnica.

A verdadeira atenção, aquela que cresce e exige do intelecto, desse modo, é dispensada: “Os próprios produtos (...) são feitos de tal forma que sua apreensão adequada exige, é verdade, presteza, dom de observação, conhecimentos específicos, mas também de tal sorte que proíbem a atividade intelectual do espectador se ele não quiser perder os fatos que desfilam velozmente diante de seus olhos.” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 105)

Os produtos da indústria são anunciados por meio da insistente repetição de suas características em campanhas publicitárias ou, como é o caso da música, sua execução constante. Adorno e Simpson (1986a, p. 138), falando sobre o “mecanismo psicológico” envolvido para uma música se transformar em um *hit* – a música produzida pela indústria cultural e estrategicamente transformada em sucesso –, afirma: “se alguma música é tocada sempre de novo no rádio, o ouvinte começa a pensar que ela já é um sucesso.” A ininterrupta veiculação de um produto tem como intuito quebrar a resistência e conquistar um consumidor alienado da produção de si mesmo e que, por meio dessa alienação, ajuda a participar da produção de si mesmo sem si mesmo (como já dissemos), quando aceita e aprova aquilo que é produzido para de forma completa e antecipada de modo a dispensá-lo totalmente de qualquer envolvimento, chegando mesmo a reclamar seus direitos quando aquela antecipação não está concretizada e requer dele algum esforço. Isso, fatalmente, redundará no fracasso do produto. A rigor, esse tipo de produto não mais existe, porque sua produção já fracassou com o aparecimento do esquematismo industrial. Com esse esquematismo, o consumidor recebe aquilo que nunca imaginou necessitar, mas que antes mesmo de usar percebe que não pode viver sem, passa a carecer a partir do momento em que o produto, cultural ou não, ganha fama e notoriedade por meio do empenho das equipes de marketing das grandes empresas a realizar cinematográficas campanhas publicitárias e as negociações para a reiterada aparição dos produtos em veículos de propaganda da indústria cultural. Porém, segundo Adorno e Simpson (1986a, p. 143), o ser humano, diante da intensidade da veiculação dos produtos culturais, ou não culturais, pelos meios de comunicação, com o objetivo de gerar sua aceitação pelo produto, não perde a capacidade de resistência a eles, e, sim, a reprime. Esta capacidade vai ser enviada às profundezas da psique. Quanto mais a veiculação de determinado produto ou comportamento atinge o consumidor, mais o indivíduo reprime sua capacidade de resistir; são condições concretas específicas que acabam por deixá-lo completamente vulnerável ao veículo

social de comunicação, assim como ao produto, no que tange à produção de suas demandas, juízos e comportamento, prevendo-os e prescrevendo-os em comum acordo com o indivíduo, porém sem sua participação. É como se o esquema de produção da indústria, cultural ou não, previamente entrega-se em um “pacote” ao ser humano o próprio ser humano: “Ninguém é diferente daquilo em que se converteu: um membro útil, bem sucedido ou fracassado de grupos profissionais e nacionais” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 73). Esse é um processo que podemos denominar racionalizante ou racionalizador do indivíduo, um desencantamento daquelas que antes eram, praticamente, suas necessidades, por assim dizer, originais, nascidas em sua comunidade. A ação individual de mobilizar as energias repressoras do indivíduo contra o seu poder de resistência, pode ser desencadeado também por um grupo de pessoas com a qual convive e que teve, antes dele, racionalizadas as condutas de sua vida. As energias psicológicas do indivíduo ativamente se invertem e funcionam ajudando a quebrar a resistência àquilo que lhe é imposto até o ponto em que não haja mais a necessidade de imposição, ficando a cargo do próprio consumidor a exigência, à indústria, daquilo que sempre teve. Sua resistência invertida se direciona àquilo que antes amava e que agora se transforma em algo digno de ódio e passível destruição. É uma troca daquilo que a indústria estabelece como ultrapassado pelo que ela apresenta como novo. O mesmo ocorre na produção, pois se a racionalidade instrumental corresponde ao motivo de ganho e lucro capitalista determinando o esquematismo de produção e “engessando” o trabalhador e o “artista” em sua capacidade criativa – com isso dominando e, como que “paralisando” sujeito e objeto – a demanda, por parte do consumidor, de um objeto “sempre igual”, reforça tal esquema. Portanto, o indivíduo é ativo até no consentimento, na aceitação daquilo que lhe é impingido:

Quando a música popular é repetida a ponto de não parecer mais um procedimento, mas antes um elemento inerente ao mundo natural, a resistência assume um aspecto diferente porque a unidade da individualidade começa a se quebrar. É claro que isso não implica a absoluta eliminação da resistência. Mas ela é levada a estratos cada vez mais profundos da estrutura psicológica. A energia psicológica precisa ser investida diretamente afim de que se supere a resistência. Pois essa resistência não desaparece completamente na rendição a forças

externas, mas mantém-se viva dentro do indivíduo e continua sobrevivendo até mesmo no exato momento do consentimento. (Adorno e Simpson, 1986a, p. 143)

O processo de produção capitalista de mercadorias é coercitivo para o indivíduo, conduzindo-o a socialização total e “vinda de cima”, porque a mercadoria somente se realiza socialmente. A estratégia de produção, para alcançar altos níveis de lucro por meio da intensa reprodução do produto, divide cada objeto produzido em tantas partes forem necessárias. “E que é que caracteriza a divisão manufatureira do trabalho? Não construir o trabalhador parcial nenhuma mercadoria. Só o produto coletivo dos trabalhadores parciais transforma-se em mercadoria.” (Marx, 1989, p. 406-407). Aquela necessária divisão da construção da mercadoria é determinada pela gestão científica de produção mediada pelos fins de lucratividade máxima. Assim, se tal processo, por um lado, inunda o mundo com mercadorias – objetos facilmente utilizáveis e que deixam os afazeres da vida menos desgastantes –, por outro, causam já, no produtor, uma deficiência no desenvolvimento de suas capacidades e uma dependência total do processo produtivo, principalmente quando esse tipo de produção se totaliza, mas, também, porque cada atividade do indivíduo é pré estabelecida para ele pela indústria. E mesmo que na industrial cultural da música, por exemplo, a composição, produção e gravação de qualquer uma delas não seja exatamente igual a produção segmentada (realizada em partes) da indústria de outros produtos “não culturais”, a composição, em sua estrutura rítmica, melódica e harmônica, já está pré definida por aquela indústria, pelo esquema de produção – o exemplo disso está nos compositores de blues do início do século XX na América do Norte, e foi anteriormente apresentado neste texto. A multiplicidade sensível é premeditada em conceitos, determinados pela indústria, tanto na produção de uma escova de dentes quanto na de uma música ou um filme, e com a ordem para produzi-los, cada etapa de sua produção, ocorre o mesmo. E quando só existe para toda a vida humana a possibilidade de se reproduzir mediante a produção empresarial, o destino do indivíduo fica atado a essa produção restando a ele uma adequação previa a todo conceito e forma oriundos dessa produção.

Diante da magnitude corporativa de produção, tanto o trabalhador quanto o consumidor encontram-se em uma situação de fragilidade, dada a sua alienação em

relação à produção e reprodução do seu próprio mundo e vida. Essa fragilidade demonstra que é falsa a crença do consumidor em seu poder de decisão sobre os produtos confeccionados pela indústria. Tal “crença” é construída pela propaganda, ela cria a ilusão do ‘*almighty customer*’ – consumidor todo poderoso. Se for verdade que as necessidades dos consumidores não são todas oriundas e nem se resumem àquelas fornecidas pelos produtos criados pela indústria como um todo, também não podemos dizer que cada necessidade existente de cada consumidor não seja satisfeita por um produto advindo daquelas indústrias. Também é verdade que hoje os desejos não são mais por alimento ou abrigo, e, sim, por específicos alimentos e abrigos. Aquilo que esquematismo da produção da indústria cultural fornece aos indivíduos para satisfazer suas necessidades já é demandado pelos sentidos esquematizados ou racionalizados desses próprios consumidores, como se o próprio produto, não apenas racional e técnico, e, sim, lucrativo (aquele que mais vende, porque é mais visto, escutado ou lido) tivesse se tornado o comandante dos sentidos. Daí que, tal qual os lotófagos, que ao provar do lótus “perdem a vontade” (Cf. Adorno; Horkheimer, 2006, p. 59), o consumidor alienado também pode estar sentindo um prazer alienado proporcionado pelos produtos confeccionados para que ele simule um desfrute deles, já que, em breve, esse produto será substituído por outro recém produzido. É um prazer que se realiza não como objetivo último, principal, e, sim, como efeito colateral da produção do capital, por exemplo, como a mercadoria entretenimento. “Quem ainda se diverte realmente hoje num local de diversão?”, pergunta Aldous Huxley citado por Adorno (1999, p. 67). O *fun*, o “banho medicinal que a indústria do prazer prescreve constantemente” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 116) na sociedade do sacrifício e do trabalho duro e monótono, possibilita, como compensação, um prazer completamente desembaraçado da necessidade mínima de esforço da capacidade sensível e do entendimento dos seres humanos para obtê-lo. É por isso que há em nossa época uma decadência da obra de arte e uma preponderância da mercadoria cultural produzida pela indústria: “A alegria pelo consumo, por aquilo que, de acordo com sua linguagem, a música lhe dá, prepondera sobre a alegria consoante à própria obra de arte e que esta lhe exige.” (Adorno, 2011a, p. 64) Ao contrário da obra de arte – cujos esquemas de produção pertencem a cada uma internamente, cabendo ao sujeito que as aprecia, por meio de seu esquema, “reconstruir” a obra –, o mínimo esforço para o consumo de uma mercadoria é o esquema de sua produção para que ela realize o seu objetivo principal, a saber, a formação de capital. Para isso, se torna de suma importância a identificação prévia entre percepção e

entendimento do consumidor e do produtor, sendo essa a função do esquematismo da indústria. Nesse item, formação de capital, produção cultural e não cultural se identificam; porém, isso não quer dizer que elas sejam absolutamente idênticas em todos os aspectos, ficando tal identidade na produção cultural ao âmbito da reprodução e da distribuição daquilo que é produzido por um grupo restrito de pessoas.

Tratando-se de mercadorias culturais, a característica de serem facilmente consumíveis é trazida por meio de seu entendimento. Pré-digeridas por sua produção, pertencendo rigorosamente a uma categoria desgastada de tão repetida, elas dispensam qualquer tipo de esforço do consumidor para entendê-las, estas são marcas dos produtos industriais e têm como finalidade desarmar qualquer resistência e negatividade por parte dos consumidores que, acostumados a determinadas categorias, tanto as aprova de antemão quanto rejeita qualquer coisa diferente delas. São mercadorias culturais realizadas para o consumo irrefletido, imediato, destituído de dificuldades, prático, sendo que até o prazer acaba englobado pela praticidade e utilidade da mercadoria. Todavia, com isso não queremos dizer que o prazer e a verdadeira cultura devam vir apenas de obras herméticas acessíveis somente a iniciados, mas que a irreflexão e a ojeriza pela análise, constituem sinais da pseudoformação. Se a consciência é a negatividade, a fabricação de objetos para um uso irrefletido é a destituição da necessidade de consciência por meio da produção de mercadorias. Como Adorno (2011a, p. 76) registra ao analisar o “ouvinte do entretenimento”: “No caso extremo deste tipo, é possível que nem mesmo os estímulos atomizados sejam degustados, de sorte que a música já não é mais apreciada a partir de algum sentido inteligível.” O uso alienado dos objetos é, no limite, um uso sem uso verdadeiro (consciente) do objeto, cultural ou não. É um uso inercial, digamos; praticamente um reflexo. O ser humano torna-se imune à experiência do objeto; sua alteração o leva ao puro subjetivismo, e o objeto se aproxima do puro nada, descartável como a mercadoria deve ser no processo de produção e consumo. É no descarte que reside a utilidade da mercadoria para o capital. Assim, a possibilidade de experiência, pelo ser humano, é suspensa, tanto em suas condições quanto em relação às demandas sensíveis para alcançá-la. O objeto já é “experenciado” em sua produção. A mediação da técnica é um dos fatores nesse “eclipse” da experiência. Ela é, sob a lógica da produção de mercadorias, a responsável pelas “novas formas de ofuscamento que vêm substituir as formas míticas superadas” (Adorno, 2011a, p. 41) distanciando ao invés de aproximar e transformando o avanço

em regresso, como os autores da *Dialética do Esclarecimento* vão evidenciar: “A maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 35). O esquema da produção industrial impede a experiência quando a adianta em determinações daquilo que (e como) vai ser produzido, induzindo seu consumidor ao seu uso e reposição conforme aquelas determinações que a ele (consumidor) não são estranhas. Na música produzida pela indústria cultural, por exemplo, é de se esperar, na total falta de trato com a coisa por parte do ouvinte do entretenimento extremo, que seu próprio mundo interior seja totalmente vazio, abstrato e indeterminado. Quanto menos o ser humano é capaz de dar de si aos objetos, quanto mais incapaz de realizar seus esquemas, mais a determinação do esquematismo da produção se coloca sobre ele e menos objetivos se tornam os objetos, inclusive ele mesmo, seres humanos, pois “na fraqueza deles, a sociedade reconhece sua própria força e lhes confere uma parte delas” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 127).

É munido de uma “fórmula”, oriunda de uma análise da arte alienada e produzida para o consumo imediato, dando a entender a completa dispensa do esforço desenvolvidor do pensamento, que Adorno (1999, p. 70-71) encontra o antídoto a essa situação de paralisia cultural. Este é um remédio amargo, mas necessário contra o *fun* contencioso em relação à elaboração conceitual:

A força de sedução do encanto e do prazer sobrevive somente onde as forças de renúncia são maiores, ou seja: na dissonância, que nega a fé à fraude da harmonia existente. (...) Se em outros tempos a ascese derrotou as exigências estéticas reacionárias, nos dias que ocorrem ela se transformou em característica e bandeira da arte avançada. Obviamente tal não acontece em virtude de sua deficiência arcaizante de meios, na qual a miséria, a pobreza são enaltecidas, mas antes por rigorosa exclusão de tudo o que é culinariamente gostoso e que deseja ser consumido de imediato.

2.2 – O esquematismo da música transformada em mercadoria e a infantilização do ouvinte

Podemos utilizar a música, como produto da indústria cultural, para exemplificar a transformação das “criações do espírito” e do sujeito sob os efeitos do esquematismo da produção. Na música, o fenômeno de seu declínio à pura mercadoria se inicia pela mudança estrutural em sua composição, um esquema ao qual ela deve rigorosamente seguir e é determinado pelas condições de produção e reprodução técnica, tornando-a simplificada e padronizada para facilitar seu consumo e ampliar seu espectro de venda. Se utilizarmos o jazz como exemplo para análise desse fenômeno, nos baseando nas afirmações de Adorno, veremos que ele, ao comparar esse estilo musical a antigos *hits*, reconhece à técnica jazzística certa sofisticação e, em relação à antiga música sentimental, apresenta uma função social ainda mais libertária, pois contrária à repressão erótica e satisfação dos desejos. Porém, o jazz possui um esquema em sua composição caracterizado pela simplificação e estereotipia, o que demanda menos trabalho para o ouvinte. Isso quer dizer que seu esquema facilita a audição conforme as necessidades da infantilizada audição moderna:

Por um lado, a técnica do jazz é definitivamente mais sofisticada que a técnica de hits mais antigos, e sua função total em nossa vida social está mais próxima às ideias de liberdade erótica e satisfação real de desejos que as do antigo material sentimental. Por outro lado, o jazz claramente expõe traços infantis que são considerados ligados muito intimamente à audição moderna. Além disso, o jazz é muito mais estereotipado que os hits mais antigos que frequentemente mostram mais espontaneidade musical em sua estrutura e dessa forma, demandam uma maior atividade do ouvinte. (Adorno 1938, p. 63-64; apud Carone, 2014, p. 273)

Os *hits* somente alcançam essa categoria porque carregam em si o esquema da preferência dos ouvintes. Desse modo, se torna bastante claro o que afirmamos anteriormente sobre o jazz, a saber: o esquema de toda música popular ou de massas já a deixa pré composta para seu compositor, e pré escutada, ou pré digerida, para seu ouvinte. Isso ocorre também com outros produtos e não apenas com a música. Indo além de uma simples característica do esquema de produção da indústria cultural, esse próprio esquema, ao utilizar tal característica em uma interação entre os objetos, compõe-se tanto da primeira quanto da última (característica e interação) na produção de suas mercadorias, formando, assim, um esquema sólido e coeso de multiplicação de capital resolvendo os problemas de qualquer produto a partir de outro, identificando a todos entre si e à percepção do público, erigida pelo entendimento antes mesmo do produto:

Quando um ramo artístico segue a mesma receita usada por outro muito afastado dele quanto aos recursos e ao conteúdo; quando, finalmente, os conflitos dramáticos das novelas radiofônicas tornam-se o exemplo pedagógico para a solução de dificuldades técnicas, que, à maneira do *jam*, são dominadas do mesmo modo que nos pontos culminantes da vida jazzística; ou quando a “adaptação” deturpada de um movimento de Beethoven se efetua do mesmo modo que um romance de Tolstoi pelo cinema, o recurso aos desejos espontâneos do público torna-se uma desculpa esfarrapada. (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 101)

Ao continuarmos analisando a produção musical da indústria cultural, perceberemos que além dessas características nos *hits* e na música padronizada como um todo existe, também, a repetição de um determinado verso ou trecho da letra. Esses tipos de música, em si, são formados por repetições de um número limitado de acordes, tons, melodias e nenhuma sofisticação harmônica dada por uma elaborada progressão de acordes ou da escala cromática que, provavelmente, dificultaria o trabalho de audição para os ouvintes leigos. Trata-se de mais aspectos da música infantilizada, pueril, limitada como o vocabulário e a sintaxe de uma criança.

A música, bem como a letra, tende a fingir tal linguagem de crianças. (...) a limitação de muitas melodias a bem poucos tons, comparável ao modo de uma criancinha falar antes de dispor de todo o alfabeto; harmonia propositadamente errônea, lembrando o modo de criancinhas se expressarem com uma gramática incorreta; também certos coloridos musicais superadocicados, funcionando como doces e bombons musicais. Tratar adultos como crianças está envolvido nessa representação de divertimento que é buscada para relaxar o esforço diante de suas responsabilidades de adultos. (Adorno; Simpson, 1986a, p. 128-129)

Para a criança ainda em um estágio incipiente de desenvolvimento, facilita-se tudo que ela necessitar para o seu entendimento e consumo. A facilitação da música, ou de qualquer outro produto artístico destinado a adultos, por meio da redução de sua complexidade, compreendendo a este um modelo padrão, expõe claramente o interesse comercial envolvido: “Não somente os tipos das canções de sucesso, os astros, as novelas ressurgem ciclicamente como invariantes fixos, mas o conteúdo específico do espetáculo é ele próprio derivado deles e só varia na aparência.” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 103) Esse “modo de produção dos produtos culturais” prevê e determina o leigo como alvo. É o filme, a música ou o livro para aquele que não possui tempo para a contemplação ou concentração, e pelas condições de trabalho que vive deseja apenas a distração e, que, ao mesmo tempo, deixa-se influenciar pela celebridade, o astro ou a estrela do filme ou da novela e a personagem do conto ou do romance. Busca se tornar igual, sabendo de antemão que nunca será, mantendo, assim, a posição muito acima, sempre inalcançável, não o astro ou a *starlet* em carne e osso, mas, sim, aquilo que eles representam. Esta é uma forma aquém e além da materialidade, e que permanecerá assim enquanto houver a necessidade pelo capitalismo.

O desinteresse pela música, em verdadeiramente entendê-la, não é apenas fruto do esquema de sua produção, é, também, antecipado por ele porque tal esquema “entende” a música pelo ouvinte – algo que, como já dissemos, também foi feita pelo compositor. Isso acontece com o objetivo de um consumo massivo dessa música, e não como uma fase propedêutica de um pretenso projeto de democratização da música séria. Esta fica distante do consumidor de mercadorias culturais devido ao próprio esquema de

vida estabelecida pela produção social da materialidade e seu consumo. As responsabilidades, os compromissos e os sacrifícios do homem, transformado em mercadoria para poder sobreviver, exigem compensações. “Assim como o Pato Donald nos *cartoons*, assim também os desgraçados na vida real recebem a sua sova para que os espectadores possam se acostumar com a que eles próprios recebem” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 114) – e de tão acostumado a essa “sova”, muitas vezes, passa a exigí-la: todo verdadeiro trabalho deve calejar as mãos, desgastar fisicamente o corpo e o cérebro, enfim, embrutecer, assim como a consciência moral só pode ser erigida por meio do sacrifício daquele que já se encontra em uma situação de desamparo e, exatamente em razão dessa situação se dispõe a sacrificar-se. Esses “desgraçados”, os adultos produtores e consumidores de mercadorias, vivem uma condição que coloca em mútua correspondência a imposição e a preferência pela compensação na forma estilizada de um sonho onde é possível retornar à infância esquecendo-se dos problemas, impossibilitado pelas condições de pseudoformação de agir como adulto (o indivíduo formado, plenamente desenvolvido), entendendo-os em sua fonte e renunciando à falsidade da compensação. Essa renúncia somente é possível de ser alcançada por meio da destruição do sacrifício desnecessário do trabalho e do consumo embrutecedores, sendo ambos, no caso em questão, impeditivos do desenvolvimento humano.

Da mesma forma que o filme dispensa a intelectualidade do indivíduo, a música de massas serve para não ser verdadeiramente escutada, pois esse ato implica em concentração, conhecimento e dedicação. A música infantilizada funciona como um fundo musical: como música ambiente, tocada em um elevador ou supermercado criando um clima dito agradável para as compras; ou igualmente descompromissada com o intelecto, relaxante, pura distração para descarregar as tensões reprimindo-as. Assim como outros produtos da indústria cultural, a música infantilizada é produzida para o trabalhador da indústria, do comércio ou do escritório, de forma análoga à motilidade, livrar-se do acúmulo de tensões, devido ao trabalho e a vida nas grandes cidades e, também, poder expressar emoções. “Consomem música para terem permissão para chorar” (Adorno e Simpson, 1986, p. 140). O esquema de sua produção corresponde ao que é dado ao ouvinte esperar dela: uma música que vai além do apenas sentir, ela serve para provocar emoções, evocando o passado não com o intuito de revivê-las, lembrando-as como algo que cresceu a ele, como uma verdadeira

experiência, mas em uma fórmula substitutiva. O indivíduo recorda, chora, e não vai além disso, nada é agregado ou desenvolvido por ele através dessa audição.

Já a obra de arte, mais que possibilita, ela exige sempre que algo seja devolvido pelo e ao sujeito, tanto em seu produtor quanto em seu apreciador, porque a relação entre sujeito e objeto – a experiência – é a essência dessa obra. Como as condições de produção e reprodução da vida são voltadas unicamente ao capital, impedem tanto a existência da obra de arte quanto a sua experiência. Vivemos de sorver os escombros das grandes obras do passado que continuam a existir. Pois, a maneira com que tais obras são percebidas e entendidas na contemporaneidade, em razão da falta de condições para a experiência, cria uma reciprocidade com o declínio de sua experiência. Adorno (1938, p.104, apud Carone, 2014, p. 282), ao dizer que não se sabe “em que sentido a música é uma espécie de substituto para uma real satisfação de pulsões sexuais”, sugere que este tipo de música pode corresponder para seu ouvinte a uma espécie de substituição da experiência concreta que o congela em sua busca por uma real satisfação possível no mundo. Não propriamente uma sublimação e, sim, uma repressão. Já que há uma substituição da experiência própria do indivíduo anterior a essa experiência, antecipada para ele como obra do esquematismo da produção ao impedir o esquematismo do indivíduo, não existe conteúdo a ser preservado e ao mesmo tempo desviado. Disso, podemos ter, por meio da mediação que transforma a música em produto cultural, um efeito narcotizante nos indivíduos petrificados em momentos anteriores de suas vidas em vez de uma experiência consciente com os desejos e pulsões por intermédio da música que estimula sua livre satisfação. Ora, mesmo que a relação dos seres humanos com a música ou outro tipo de obra de arte aconteça por meio dos sentidos, isso não significa que ela deva se encerrar apenas neles. É isso que Adorno (1999, p. 65) lembra quando se refere à arte séria: “A arte responsável orienta-se por critérios que se aproximam muito dos do conhecimento: o lógico e o ilógico, o verdadeiro e o falso.” Essa arte expressa o mundo como crítica a ele, realiza aquilo que ele não realiza, apresenta-o como poderia ser. É quando a música, ou qualquer outra criação do espírito, é assimilada por um esquema dado *a priori* pela indústria cultural que tal criação deixa de ser arte. Pois, nesse momento, é obrigada a expressar sempre as mesmas coisas, descolar-se da realidade e ancorar-se a um virtuosismo técnico vazio para vender milhões de cópias ou de ingressos, se tornando apenas mercadoria e uma fonte unicamente capaz de fazer vir à tona os sentimentos dos ouvintes consumidores,

ou aquele condicionamento moral a que nos referimos anteriormente, como um elemento muitas vezes capaz de fazê-los praticamente canalizar todas as suas energias naquele momento e realizar um movimento de “motilidade sentimental” capaz de conformar o indivíduo ao reprimir seu desejo.

A simplificação é um fato real a que vimos balizando nossa crítica; entretanto, não reside apenas nela o problema da “arte”. Na música construída pela indústria cultural para as massas, há a questão de ser um produto esquematizado por meio de *standarts*, enfim, aquilo a que Adorno e Simpson (1986a, p. 119) se referem como estandartização da música. Esta é, a rigor, uma definição da forma da música para sua composição que é realizada anteriormente à própria música, semelhante a uma linha de produção. A música estando previamente criada gera um acréscimo àquela relação de desligamento completo entre a parte e o todo; uma quebra de sentido que não permite à música popular se estruturar como uma obra de arte. Nesta, existe uma indissolúvel ligação entre a parte e o todo que se apresenta viva o tempo todo: o tema da música, da literatura ou o objeto da pesquisa é lembrado constantemente, entrelaçando-se a outros elementos:

Sumariando a diferença: em Beethoven e na boa música séria em geral – nós não estamos nos referindo aqui à má música séria, que pode ser tão rígida e mecânica quanto a música popular – o detalhe contém virtualmente o todo e leva à exposição do todo, ao mesmo tempo em que é produzido a partir da concepção do todo. Na música popular, a relação é fortuita. O detalhe não tem nenhuma influência sobre o todo, que aparece como uma estrutura extrínseca. Assim, o todo nunca é alterado pelo evento individual e, por isso, permanece como à distância, imperturbável, como se ao longo da peça não se tomasse conhecimento dele. (Adorno e; Simpson, 1986a, p. 119)

Podemos dizer que a obra cultural industrializada parece infantilizada porque não possui relação entre a parte e o todo, sendo que, é característica de tal obra a sobreposição deste último ao detalhe. Se a criança não consegue realizar tal relação, essas obras não contribuem para o desenvolvimento humano porque não exigem do

adulto mais do que exigem de uma criança. A repetição de uma determinada frase, melodia, tom ou acorde na música, para que o ouvinte a assimile, requer tanto a composição quanto a audição atomizada, feita em pedaços, petrificada, destruída em sua relação com o restante da música. O mesmo ocorrendo com a produção de um texto por um aluno de qualquer nível escolar, ou sua leitura pelo consumidor dos *best sellers*. O ouvinte comum, pesquisado por Adorno nos anos 30, não se concentra, escuta a música como um fundo musical, praticamente um ruído, ao realizar outras atividades, por isso, há a necessidade de uma repetição constante de partes dela. Ao mesmo tempo, a música composta desta forma reduzida, infantilizada e insistentemente veiculada pelo rádio, estimula o ouvinte a conformar-se a esse tipo de música, não desenvolvendo toda sua capacidade de audição, já que, para isso, ele deveria colocar em prática sua faculdade intelectual e não apenas o sentido, as emoções, os “nervos”: “Em função de uma relação específica com o objeto (...) para ele, a música não consiste numa estrutura de sentido, mas numa fonte de estímulos.” (Adorno, 2011a, p. 76)

Há, no jazz, por exemplo, construções mais complexas e difíceis de serem reproduzidas do que na música séria: “Todas as obras do primeiro clacissismo vienense são, sem exceção, ritmicamente mais simples do que arranjos rotineiros de jazz” (Adorno e Simpson, 1986a, p. 120) Todavia, tais construções não livram essa música de corresponder a esquemas padronizados pela indústria cultural. Até mesmo em suas intermináveis improvisações, o esquema está presente definindo-as de antemão e retirando sua espontaneidade: “Pois o complicado na música popular nunca funciona como ‘ele mesmo’, mas só como um disfarce ou um embelezamento atrás do qual o esquema sempre pode ser percebido”. (Adorno e Simpson, 1986a, p.120) Na arte séria, esse “complicado” seria incumbido de expressar o próprio objeto, enquanto que nos produtos da indústria cultural ele apenas é um adorno. Além disso, as improvisações jazzísticas nunca destoam do esquema, são milimetricamente mantidas dentro das configurações musicais daquele estilo. Em uma organização social que proporciona às pessoas um cotidiano de cansaço, inquietude, preocupação e frustração, a existência de tal música serve como opção disponível para descarregar ou se livrar de tudo isso esquecendo, tal como as tensões nervosas e os desapontamentos adquiridos e vividos no cotidiano. O esquema de produção da indústria cultural completa-se em seus consumidores, tal como a pseudocultura no pseudoformado. Daí, tanto a música quanto a literatura e outros produtos daquela indústria fornecem, e são, o máximo que aquele

indivíduo é capaz de entender. Por exemplo, os ouvintes são, na verdade, pseudo-ouvintes, já que não ouvem verdadeiramente o que está sendo executado porque não há muito a ser ouvido, e se houvesse não ouviriam da mesma maneira, não obstante conseguem desfazer-se em lágrimas, identificar-se ou sentir-se acompanhado. A rigor, é a música que chora pelo ouvinte, e sua identificação é a prova de que sucumbiu ao conceito da indústria. A audição deteriorada está entrelaçada à música “arruinada”, única possível de ser erigida em meio a um mundo em ruínas. As condições capitalistas de produção tanto da mercadoria humana quanto da cultural são a mediação do dano, reparável em outra organização social, à comunidade, como também à formação, a música e a audição danificadas constituem a prova disso. Pois a música séria, para ser escutada e verdadeiramente compreendida, necessita de condições objetivas próprias a criar um ouvinte capaz de concentradamente entendê-la. Mas, para o “ouvinte emocional” ou “sensual, no sentido estrito do termo, que, de modo culinário, saboreia o estímulo sonoro isolado” (Adorno, 2011a, p. 67), as excitações sensuais e emotivas são seu maior interesse, ou segundo Adorno (2011a, p. 67) sua deficiência:

Algumas vezes gostariam de utilizar a música como um receptáculo no qual pudessem derramar as próprias emoções amedrontadas, ou, conforme a teoria psicanalítica, as emoções “livremente flutuantes”; noutras ocasiões, por meio da identificação com a música, desejariam atrair para essa última as emoções que sentem falta em si próprios.

Se tentarmos ir além dessa análise de Adorno, na situação da música infantilizada, distribuída para venda e difundida pelo rádio aos milhões de ouvintes, podemos dizer que há uma invasão e uma socialização direta das emoções dos indivíduos por meio dessa música criada pela mediação social do modo de produção capitalista. Desse modo, o pseudo formado musicalmente é também produto dessa invasão da sociedade sobre suas emoções e sentidos. Ele, sob a ameaça de sucumbir perante a socialização, ao ouvir a música ou assistir o filme, chora, ama ou se enfurece, juntamente com milhares ou milhões de outros iguais a ele, individuados, porém, destituídos de individualidade e sob o mesmo esquema de produção de suas emoções e juízos. Como algo próprio à indústria cultural, seus produtos praticamente trazem em si

a emoção *a priori* àquele que a sente, porque é somente naquele momento do filme, da novela, da notícia triste ou da música, que ele tem a “licença” para se emocionar. O sentimento se torna uma fonte de lucro, conseguido por meio da venda de “licenças”, permissões produzidas em comum acordo entre indústria cultural e consumidores.

Ainda como atributo da composição musical infantilizada, podemos dizer que ela perde a possibilidade de se tornar rica em seu desenvolvimento porque é constituída pelos mesmos poucos acordes, tons e melodias repetidos do início ao fim, o mesmo ocorrendo quando possuem letras. Esse é um artifício utilizado para que o ser humano das grandes cidades, o ser humano atarefado nas indústrias, na vida cotidiana e, atualmente, sem possibilidade de se concentrar em um único objeto, memorize facilmente a música por meio da recordação de apenas uma parte dela, a saber: aquela insistentemente repetida, um refrão memorizado inconscientemente pelo ouvinte e até repetido da mesma maneira por ele, como um *jingle*. É um tipo de música que deixa de lado seu movimento de desenvolvimento interno em troca de um modelo pré existente, vindo de fora e garantia de lucro. Esta estratégia musical da repetição também pode nos remeter a um recurso infantil: uma criança a exigir que seu desejo seja realizado e que repete teimosamente seu pedido. No âmbito dos adultos, pode revelar um desejo humano não realizado, que não encontra chance para ser satisfeito no mundo contemporâneo:

A tese geral sobre a regressão da audição é a seguinte: que para a maior parte das pessoas hoje a música exerce a função psicológica de torná-las infantis, especialmente por fazê-las regredir aos estágios mais antigos de seu desenvolvimento individual; em outras palavras, ela os fixa a um estado em que nunca crescerão realmente. (Adorno 1938, p. 13, apud Carone, 2014, p. 265)

A ideia da regressão da audição, causada pela composição infantilizada, e defendida por Adorno, é explicada também em termos de regressão e simplificação no texto escrito por ele e Simpson anos após essas pesquisas realizadas em 1938. Nesse texto, os autores vão se referir de forma empírica à regressão a estágios infantis da audição. Para eles, o ouvinte não conhece novas músicas, e, sim, as re-conhece, ou parte

delas, que lhe soam familiares. Esta familiaridade, muitas vezes, advém de músicas escutadas na infância e que possuem uma similaridade muito grande com aquelas que ele escuta depois, na fase adulta. É por isso que Adorno (1938, p. 13, apud Carone, 2014, p. 265), afirmou que a regressão da audição, produzida por esta música simplificada e repetitiva, fixa as pessoas em um estágio infantil cuja saída não ocorrerá, elas “nunca crescerão realmente”. Como para “crescer” é necessário ter contatos reais com outras pessoas, e as condições na sociedade contemporânea são de atomização do indivíduo e “virtualização” quase total desses contatos, o ser humano escuta a música como quem sai do isolamento, identificando-se com ela, sendo quase que “levado pela mão” do “artista” que a executa, conduzido como uma criança. A metafísica do lucro, por meio da racionalidade técnica, define a música e todos os outros produtos da indústria cultural a que estão de pleno acordo tanto aquele que executa a música, quanto o que compõem e aquele que escuta. Desse modo, se retornarmos ao tema da identificação especificamente neste caso dos produtos culturais, diríamos que ela acontece *a priori*. Aquele que canta a música em uníssono com seu ídolo, muitas vezes em algo análogo a um transe hipnótico, ou que têm as “palavras retiradas de sua boca” pelo autor do *best seller*, apenas pode ter essa sensação porque vive a mesma coerção social de seus ídolos – quase que materializada na pseudo-formação produzindo a identificação – por parte de uma realidade que não se permite ver por inteira, escamoteando-se na produção de uma falsa vida harmônica. Não obstante, ao invés de tal condução contribuir para que o ouvinte possa buscar as condições necessárias para alcançar sua autonomia, ela atua de forma contrária porque não é arte e, sim, um negócio; sendo assim, não pode perder seu cliente estimulando-o à autonomia. Parece-nos que quando Adorno diz que “a composição escuta pelo ouvinte” (2011b, p. 98), ele concerne não apenas ao sentido da audição moderna de massas, desse modo, considera que ela, desde sua produção, também “sente” e “raciocina” pelo e com o consentimento de seu ouvinte. Ela é apenas o “veículo transmissor” ou estimulador de tudo isso no consumidor. A rigor, não é a música que faz isso pelo cliente. É a lógica de produção do capital que para se reproduzir poupa tal serviço ao cliente, oferecendo a todos, compositor e ouvinte, o esquematismo. Pois é isso que o consumidor espera dos produtos da indústria cultural: que o mundo já venha previamente pensado e categorizado porque lhe faltam energias para pensar – já que foram completamente gastas no trabalho – ou é este o mundo a que se acostumou e reconhece: aquele já categorizado, organizado previamente para ele.

Em outro momento falando sobre os *hits*, assim argumenta Adorno (2011b, p. 94): “Os *hits* não apelam apenas a uma *lonely crowd* (multidão solitária) quer dizer, aos atomizados. Contam igualmente com aqueles que não atingiram a maioria.” Parece-nos que ficou faltando a esse autor dizer que os *hits* contam e a um só tempo contribuem para a impossibilidade de seus ouvintes atingirem a maioria e até satisfazem esse desejo – é como se o próprio *hit* produzisse seu ouvinte. E que, também, tanto compositores quanto ouvintes não saíram da “menoridade” enquanto, entre outros fatores, ouvirem os *hits*; ou enquanto forem capazes apenas de ouvir esse tipo de música. A rigor, durante o tempo em que estiverem vivendo em um ambiente produtivo, social e cultural que se locuplete, necessite e seja propício a este estado infantilizado do ouvinte. Um estado que se já não é a pseudoformação, contribui em muito com ela, considerando que a formação é o estado em que o ser humano tem o pleno desenvolvimento de suas capacidades sendo capaz de suas próprias decisões e juízos. A saída menoridade é um processo produzido a um só tempo por mudanças internas e externas ao ser humano. Desse modo, quando as condições estão organizadas de maneira a praticamente obrigar, tácita e satisfatoriamente, tais capacidades a se manterem num nível infantil, há uma falsa formação e não uma formação pela metade. Não obstante, os *hits*, com suas repetições recorrentes das mesmas harmonias e melodias, acabam por antecipar a audição do ouvinte por meio dos esquemas musicais complexamente simplificados que este último está desejoso por receber e são os únicos que pode entender porque já estão entendidos para ele, correspondem àquilo que seus sentidos foram seveciados a perceber, o seu entendimento de tudo que vai além da linguagem e da materialidade do lucro está, de certo modo, adiado.

2.3 – A técnica de reprodução e o esquema da música como mercadoria: os efeitos sobre os sentidos dos ouvintes

Na música popular, ou de massas, como também em outros produtos da indústria cultural, existem alterações realizadas na composição em razão do próprio meio técnico em que serão reproduzidos tais produtos e canções. Esse meio está em relação direta com cada um daqueles produtos, sendo o lucro a mediação dessa relação. Especificamente sobre a música, o nível de desenvolvimento do meio técnico determina

sua conformação para que possa ser produzida e reproduzida. Os principais e mais antigos a reproduzir as canções utilizando o meio técnico e a tecnologia foram a emissora de ondas curtas e a de frequência modulada. Estas e o receptor de suas transmissões, constituído pelo rádio simples ou amplificado, ou ainda os poderosos aparelhos *hi tech* de reprodução de áudio; o disco, a tecnologia empregada tanto na técnica de sua produção quanto na de gravação das músicas tocadas ao vivo pelos músicos em estúdio; os hoje tão utilizados aparelhos sonoros e de comunicação portáteis (celulares, iphones, tablets etc.) dado o limite tecnológico, produzem técnicas tanto de gravação quanto de reprodução tanto da imagem quanto do som que os alteram, gerando, assim, composições especificamente realizadas para serem reproduzidas nesses aparelhos. A música, quando reproduzida pelo rádio, ou quaisquer outros aparelhos de reprodução sonora, mesmo os mais modernos e altamente tecnológicos, tem uma perda considerável em sua forma e conteúdo original. O desenvolvimento dos meios técnicos de produção e reprodução sonora, sob a racionalidade da metafísica do lucro, sempre foi apropriado a determinados tipos de músicas, tanto quanto estas são adequadas às fases daquele desenvolvimento. Daí, no início da indústria fonográfica e do rádio, o esquema para a produção da música a ser reproduzida acompanha a capacidade do meio técnico, fornecendo prioridade à composição de músicas com maior ritmo e sons “fortes” em detrimento daquelas que necessitam um meio técnico capaz de reproduzir o som produzido por instrumentos mais “suaves”. O meio técnico traz em si o formato da própria música, neste caso, em prejuízo de seu conteúdo. É uma música de transições abruptas porque as transições mínimas são perdidas em razão do meio técnico em que será reproduzida. Sendo a realização do lucro a consubstanciação de um projeto que desconsidera o ser humano como centro, o interesse lucrativo danifica já nesse projeto (lucrar) os sentidos e a formação do consumidor individual dos produtos culturais de massa ao tornar ubíqua, por meio da produção e reprodução técnica, a música. O trabalhador, desejoso por uma compensação no seu tempo livre ao tempo que ele gastou em seu trabalho, escuta o som do rádio como um alívio, sem perceber a adequação de sua percepção a uma determinada forma musical e ao som “metálico” e chiado daquele aparelho. Seus sentidos são absorvidos de tal maneira que ele praticamente perde o controle sobre si mesmo e, quanto mais escuta, mais deseja escutar, como um vício.

Malgrado o ouvinte do rádio e o telespectador de televisão geralmente não suportarem a companhia de outros seres humanos quando estão sob o efeito de seus

programas prediletos, eles padecem de uma solidão de tamanha ordem que não conseguem mais ficar sem a companhia das transmissões de rádio ou de televisão. Hoje, a companhia vem mediada pelos meios eletrônicos, elevando a distância em lei, aumentando a “atomização” do indivíduo sem individualidade e que se sujeita à lei em razão da quase inexistência de alternativas em um mundo onde a tecnologia impõe aquela elevação como modernização a todos que querem ser modernos. Mesmo com a ampla possibilidade que aqueles aparelhos trouxeram a seus proprietários em relação à escolha de músicas, eles continuam a preferir a companhia da música standardizada, assim como do filme com maior bilheteria porque segue os padrões do cinema naquele gênero em que se enquadra, ou do livro mais comprado que, invariavelmente, deu origem ao filme e que, também, segue rigorosamente o *standard* das editoras porque é exatamente isso que os consumidores racionalizados ou esquematizados leem, escutam ou assistem. Com isso, a arte séria fica a um passo não mais de sua suspensão, mas do esquecimento e, daí, para o desaparecimento, porque o desinteresse por tal arte se realiza socialmente e como seu entendimento e sua negatividade se tornam impossíveis para a maioria das pessoas, mesmo o avanço tecnológico fornecendo a possibilidade do arquivamento monumental em minúsculos aparelhos ou até praticamente desintegrando-se com as chamadas “nuvens”, a falta de acesso fará dessa arte um produto não rentável, fora daquela epistemologia do capital a que nos referimos anteriormente. Pois os meios técnicos são concebidos, desenvolvidos e construídos com fins lucrativos, e não propriamente pedagógicos ou democráticos em relação à arte séria. Assim, tais meios estão em relação recíproca com a música infantilizada e a regressão da audição, mediando-as e reforçando-as, fazendo o mesmo com o caráter fetichista de mercadoria da música. É um esquematismo mecânico da música, e de todo produto da indústria cultural, que retira o sujeito de cena, não permitindo a seu compositor ou intérprete nenhum laivo de espontaneidade ou verdadeira criatividade. Qualquer roteiro de filme ou livro, para ser aprovado e se tornar um produto no mercado cultural, deve seguir rigorosamente o modelo antes firmado pela indústria cultural. Quanto mais compositores e ouvintes falam sobre liberdade de gosto e de criação, mais se enquadram no esquema da música criado pela indústria cultural. Isso é tão nítido que, mesmo com o advento da internet possibilitando aos indivíduos produzirem suas próprias músicas com total liberdade para sua criação e socializa-la por meio da rede mundial de computadores, elas continuam sendo compostas exatamente iguais àquele esquema. A individuação existente não condiz com a individualidade. Podemos analisar esse fato

por meio de uma, além das outras já referidas, constatação de Adorno (2011b, p. 98) a respeito desse tipo de música: “Ela estabelece, em suas vítimas, um sistema de reflexos condicionados.” Essa observação de Adorno nos remete ao trabalhador da fábrica, do escritório ou de qualquer outra empresa capitalista. Como a música, de forma análoga à produção industrial, é produzida e reproduzida por um esquema baseado no lucro por meio da tecnologia, podemos pensar na pseudoformação fornecida nos momentos de lazer e entretenimento do indivíduo como uma preparação para o trabalho antes mesmo dele se tornar um trabalhador.

Se Adorno reconhece a reprodução da música como um fato inerente a ela mesma, necessário a sua própria existência, não afetando a sua autenticidade, percebe também, na reprodução da música por meios técnicos de base tecnológica como o rádio, o disco e outros, uma perda tanto na composição quanto na audição porque a autenticidade da música depende de sua execução em local e momento apropriado.

É verdade que não podemos dizer que na música o original é mais autêntico que a sua reprodução porque ela existe realmente apenas ao ser reproduzida. Toda partitura é, num certo sentido, apenas um sistema de prescrições para possível reprodução e nada “em si mesma”. (...) A autenticidade que Benjamin atribui às artes visuais em relação ao original deve ser atribuída à reprodução ao vivo na música. Essa reprodução ao vivo tem seu “aqui” – a sala de concerto ou a ópera – e seu “agora” – o momento mesmo em que é executada. (Adorno, 2006, p. 140)

O rádio, como principal meio de reprodução da música, aniquila as condições para autenticidade desta última porque, com o intuito de vendê-la a todos, a reproduz desprezando qualquer *hic et nunc*. Esta condição de ubiquidade que o rádio proporciona à música pode parecer paradoxal, já que leva a música àqueles sem condições de chegar à sala de concerto ou a uma ópera, possibilitando a democratização da música séria, assim como a invenção do tipo mecânico móvel para impressão teoricamente viabilizaria a democratização do conhecimento, algo que sabemos não se realizou. Tal democracia é absolutamente falsa em razão das palavras de Adorno na citação

imediatamente anterior. A música de concerto, a sinfonia, é reduzida a uma música de câmara quando veiculada e reproduzida pelo rádio; uma verdadeira intenção de proporcionar o contato com a música séria a todos, deveria respeitar o “aqui e agora” da música, para manter sua autenticidade, como disse Adorno, portanto, deveria construir salas de concerto e de ópera pulverizando-as pelo planeta e facilitando o acesso às pessoas por meio de sua gratuidade de ingresso e, provavelmente, um subsídio didático para o indivíduo poder sorver tudo que tal música é capaz de proporcionar. Não obstante, esta não seria a solução completa do problema, já que, como observamos anteriormente, a própria audição regrediu a fases infantilizadas e demanda a música esquematizada, pré digerida para ela.

Deve-se colocar à escuta sem muito esforço e, se possível, apenas com uma orelha; um famoso programa de rádio norte americano chamava-se Easy Listening, escuta fácil. Fia-se, aqui, em modelos de escuta sob os quais tudo o que chega à distância é automático e inconscientemente subsumido. Torna-se evidente a analogia disto que é pré-digerido com a revista Digests. (Adorno, 2011b, p. 99)

A estratégia de venda dos produtos da indústria cultural, constituída pela facilitação de consumo desses produtos, não é a única, não obstante, a principal. Tal estratégia consta do próprio esquematismo da produção cultural e, mesmo para aqueles que dispõem de tempo, contemplação, para vender mais produtos e de forma mais rápida, e, não, democratizar a arte séria, desenvolvendo no indivíduo as capacidades para entendê-la. Se todos têm acesso aos produtos da indústria cultural, e a arte séria já quase não pertence a mais ninguém, não há, para grupo ou indivíduo algum, somente ganho com o capitalismo, todos perdem um pouco porque a mutilação atinge a cada um, distinguindo apenas sua classe social e seu nível econômico: o empregado, ou o miserável que não tem emprego, sofre e se beneficia com a utilização de algum produto ou com a falta deste; o patrão, que detém o capital e a maioria dos benefícios materiais deste sistema, antes de iniciar o negócio declina da experiência de realizar o produto e “não tendo mais de se ocupar da vida, não tem mais outra experiência dela senão como substrato e deixa-se empedernir integralmente no eu que comanda” (Adorno;

Horkheimer, 2006, p. 40). Todavia, todos, invariavelmente, estão sob os limites da produção material da pseudoformação, essa que transforma todo conteúdo artístico em mera forma passível de ser consumida pelo ser humano pagante, ou, no caso do rádio, que põe à disposição seus ouvidos, não obstante, “todos têm os sentidos fechados à força” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 40).

O consumidor de produtos da indústria cultural, percebendo a padronização que lhe é imposta, responde com ações que nada mais são que pseudoações, tais como: trocar de estação, aumentar ou abaixar o volume, comprar um aparelho de reprodução (rádio) mais ou menos potente, ou desligar o aparelho. Nesta última, parecer-se-ia o final do efeito do rádio sobre o ouvinte – já que, em todas as outras, o ouvinte continua imerso no campo de influência do rádio –, no entanto, se entendermos a música padronizada como pertencente à categoria das mercadorias, levando em consideração sua insistente veiculação e sua forma facilitada de composição, com a repetição constante de uma determinada parte conscientemente produzida para que o ouvinte a memorize e nunca a esqueça, então, com certeza, até o ato de desligar o rádio é uma pseudoação e não o livra do campo fenomenal produzido pelo rádio e a influência que este exerce sobre aquele, já que, a música não precisa estar sendo reproduzida por nenhum meio técnico para que o indivíduo lembre-se dela e sofra sua influência. O esquematismo da produção é desenvolvido para minimizar a ação do indivíduo até neste ponto. Como tal música é internamente racionalizada, produto de um processo de produção calcado sobre a racionalidade técnica, produzida sob um esquema redutor das possibilidades de cada produto artístico, e que, ao mesmo tempo, faz às vezes do ouvinte, é como manter o indivíduo aficionado à razão por meio da música e à música por meio de outros dispositivos racionais para manter-se lucrando até sobre os sonhos do indivíduo. Portanto, mesmo com o rádio desligado, a forma de entendimento do mundo (o esquematismo da produção), ou o conceito fornecido ao indivíduo pela indústria, continua atuando neste último. O pseudoformado é privado, e se priva cada vez mais de sua individualidade; porém, quanto mais se priva, aceitando-a da produção e do produto, seja ele cultural ou não, mais lucra com isso e se sente integrado (incluído) na sociedade do sujeito sem subjetividade e do indivíduo sem individualidade: “As particularidades do eu são mercadorias monopolizadas e socialmente condicionadas, que se fazem passar por algo de natural.” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 128). É anulando-se, abandonando-se ao “fastio universal” que

enfastia e configura o esquema da vida cotidiana, da novela televisiva, da notícia do telejornal e dos filmes de *hollywood* – a vida vivida pelos mecanismos que prenunciam o sucesso momentâneo e a derrocada por meio do lucro – que o indivíduo mantém-se incluído: “Basta se dar conta de sua própria nulidade, subscrever a derrota – e já estamos integrados.” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 126)

2.4 – A deformação de sujeito e objeto pela indústria cultural

Na era da técnica e da tecnologia, utilizadas como instrumentos para a obtenção do lucro, as condições específicas dos meios de produção e reprodução da imagem e do som influem no sentido de tolher uma verdadeira experiência estética. É sabido que esta última depende também de condições externas ao objeto estético, concernentes à preparação do sujeito para essa experiência, e sem que nos esqueçamos de que sujeito, de certo modo, também é objeto, devemos lembrar que a reciprocidade entre sujeito e objeto para a constituição de tal experiência exige um objeto capaz de seu pleno desenvolvimento, limitado apenas internamente e não externamente como ocorre no caso em questão. Essa maneira abrangente de perceber e entender a constituição dos objetos e do sujeito, levando em consideração a influência das condições externas, poderia ser confrontada e contestada de forma polêmica a partir da ideia da pura imanência no desenvolvimento do objeto. Um Adorno (2004a, p. 02) filósofo, sociólogo e economista político nos ajuda a desfazer qualquer mal entendido:

Quanto mais os homens individuais são reduzidos a funções da totalidade social por sua vinculação com o sistema, tanto mais o espírito, consoladoramente, eleva o homem, como princípio a um ser dotado do atributo da criatividade e da dominação absoluta. (...) Se a estrutura dominante da sociedade reside na forma da troca, então a racionalidade desta constitui os homens. (...) Eles são deformados de antemão por aquele mecanismo que é transfigurado filosoficamente em transcendental.

Tal “deformação”, a que se refere Adorno, constitui a limitação *a priori* de sujeito e objeto. Quanto menos o sujeito desejar ou se interessar em descobrir e conhecer do objeto, menos sujeito ele será e menos objeto terá. A estrutura produtiva capitalista, cujo núcleo reside no trabalho abstrato, totalizou-se, alcançando um nível monopolista. Ao atingir esse nível sobre a realidade, colocou como única forma de socialização a racionalidade da troca, de modo que o ser humano perde para essa racionalidade seu status real de sujeito; a rigor, essa racionalidade o constitui materializando-se na mediação do dinheiro – ou o “transfigurado filosoficamente em transcendental”, como disse Adorno anteriormente. Diante disso, tanto sujeito quanto objetos são “deformados de antemão” pela mediação da produção com fins precípuos de ganho e lucro. Se sujeito e objeto medeiam-se reciprocamente, a experiência estética só é possível ao libertar-se sujeito e objeto de condições objetivas externas capazes de deformá-los de forma velada; ou, então, de conscientemente assumir tais condições, explicitando-as em toda sua contradição por meio da obra e não as escamoteando por meio de categorias como arte ou cultura quando na verdade não passam de mercadoria. Para eles poderem se “expressar” livremente, as condições objetivas que influem tanto no artista quanto na obra precisam ser conscientemente mediadas pelo primeiro e não escondidas sob uma harmonia inexistente. O sujeito, para objetivar-se, deve permitir ao objeto vir à tona como ele realmente é, fruto de toda a contradição existente. Mas, no capitalismo, tanto o sujeito quanto o objeto foram sujeitados por esse sistema produtivo e tornados meras mercadorias alienáveis. A mediação da mercadoria é promotora dos elementos limitadores da experiência estética. A relação estética é inviabilizada pela relação mercantil tornada absoluta. O conhecimento capaz de contribuir à libertação do objeto, elaborando-o, resume-se àquilo que é necessário saber para se comprar barato e vender caro. Tudo que se precisa saber já está estabelecido por esse esquema da produção do lucro. Ao objeto, ou à atividade, que é “dada a vida” por meio do sistema produtor de mercadorias, é obrigatória a capacidade de ser tudo menos ele mesmo – eis a “deformação de antemão” a que se referiu Adorno (2004a, p. 02). O objeto é projetado sob o signo da falsidade para que possa ser trocado por qualquer outro mediante o dinheiro, caso ele não se encaixe nesse conceito, é rejeitado de antes de seu projeto não apenas por seu possível consumidor, como também por seu produtor. A crítica é neutralizada, e o crítico confundido com um saudosista adepto do *spleen* ou um insensível. Quanto mais os arautos do capitalismo, mediante o disfarce de “críticos culturais”, argumentam a favor da cultura produzida sob o esquematismo da produção

de mercadorias como se suas criações estivessem livres do processo de troca capitalista, mais se evidencia a falsidade de tal argumentação e a impossibilidade da arte de outrora, que nunca foi completamente livre, vir a ser no capitalismo.

A padronização das músicas, ou *standardização*, é um mecanismo que reduz a música ao princípio básico da razão instrumental, condensada na administração científica de empresas: o lucro certo por meio do menor custo. Para enfrentar a concorrência os produtores musicais a utilizam como modelo a ser seguido. Os compositores são obrigados a agir como uma criança que ainda não possui capacidade de elaborar as próprias ideias, mas apenas imitar e, sem capacidade de abstrair, só consegue se relacionar com aquilo que ela imediatamente percebe a sua volta e sempre da mesma maneira, os *standards* pré selecionam aqueles que desejam sobreviver por meio da cultura de massas, sendo estes compositores ou intérpretes. Se a verdadeira arte pode expressar a realidade de forma inesgotável, a falsidade da arte de massas esgota sua própria realidade em formas pré concebidas pelo esquema. De maneira a não se correr o risco de colocar um produto no mercado fadado ao fracasso, gerando custos e nenhum lucro, imita-se aquele de sucesso. Isso é conseguido na indústria cultural da música simplesmente seguindo-se um padrão, imitando-se a música que agrada aos ouvidos dos consumidores, formando, assim, os *standards* que ensinam todo compositor, produtor ou roteirista de cinema e televisão e consumidor a requerê-los antes mesmo de conhecê-los:

A imitação oferece um fio condutor para enfrentar as razões básicas disso (*a standardização*). Os padrões musicais da música popular foram originalmente desenvolvidos num processo competitivo. Quando uma determinada canção alcançava um grande sucesso, centenas de outras apareciam, imitando aquela que obtivera êxito. Os *hits* de maior sucesso, tipos e “proporções” entre elementos eram imitados, tendo o processo culminado na cristalização de *standards* (Adorno e Simpson, 1986a, p. 121)

O fato é que essa *standardização*, seja da música ou de outro produto cultural, provoca reações auditivas, e de outras áreas da percepção, regredidas naquele que

realiza o produto e naquele que o consome: uma percepção e um entendimento do mundo somente em *standars*. A forma da música reforçaria o mundo previamente percebido e entendido de maneira resumida pela racionalidade técnica em conformidade à metafísica do lucro. Qualquer tipo de dificuldade ou “estranhamento” possível ao ouvinte, gerada pela composição musical, de um livro ou de qualquer outro produto cultural, é evitada por meio da reprodução, nestas últimas, dos *standards* – o sempre o mesmo – que se tornam uma estrutura, um esquema de composição diferenciado por segmento e repetido igualmente em todos os produtos para garantir seu lucro efetivo, ficando a diferença exatamente efetivada por essa relação de identificação entre os produtos porque “a semelhança perfeita é a diferença absoluta. A identidade do gênero proíbe a dos casos. A indústria cultural realizou maldosamente o homem como ser genérico.” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 120) Os produtos industriais também são genéricos não havendo produto específico para nenhum caso, nenhum ser humano em específico, tendo esse ser, como genérico que é, de se adaptar a generalidade dos produtos iguais uns aos outros.

A perfeita estratégia de venda da música na “era do rádio” e outros meios de reprodutibilidade técnica, consiste em composições musicais que proporcionem ao ouvinte o poder de reconhecer facilmente no mais novo *hit* musical o antigo. O mesmo se passa com outros produtos da indústria cultural, de modo que o entendimento, o conceito, fornecido “de primeira mão” pela indústria, não se altere e a identificação entre consumidor e produto, realizada na produção, se mantenha. Isso é possível por meio de esquemas de composição a serem sempre repetidos formando uma “base” para as músicas facilmente audíveis, agradáveis aos ouvidos dos cansados trabalhadores, músicas que serão sucesso. É um esquema pré determinado em que a estrutura se repete e o detalhe aleatório, “solto” em meio à composição ou a outro produto, fornece a impressão de novidade a cada um deles. A racionalidade, neste caso, se torna instrumental, instrumento técnico e empresarial para a promoção da destituição do sujeito. Isso se configura da mesma maneira acontecida na produção fabril: não é o ser humano o responsável pela harmonização entre sua própria percepção sensível e intelecto. Os fins e a consciência humana praticamente desaparecem em meio às configurações de produto e produção realizadas pelo sistema de trocas com fins unicamente de lucro – assim como a alta cultura apreciada pelos nazistas como um fim em si mesmo e, para eles, destituída de fins humanos, ato que poderíamos classificar

como um hedonismo sangrento. Atualmente, mesmo a música categorizada como de protesto, com letras críticas a uma determinada situação social, quando enquadra seus elementos musicais no esquema da indústria cultural separa a música singular do intuito da composição, o protesto, e se aproxima daquele fim em si tautológico da lucratividade, que, muitas vezes, financia o próprio motivo da letra da música, aquilo contra o qual ela protesta. A cultura espiritualizada e defendida como um fim em si mesmo, a arte pela arte, se outrora foi – e na sociedade em que vivemos ainda é – importante para “salvar” a arte, alienando-a do processo de produção capitalista, de se transformar em unicamente mercadoria, ao mesmo tempo, abstraiu-a também dos fins humanos.

A obrigatória identificação (submissão) das necessidades, advindas do “estômago ou da fantasia” (Marx, 1989, p. 41), do ser humano, reduzido a consumidor, aos produtos a ele ofertados, produz uma experiência danificada, uma falsa experiência porque invertida. O indivíduo deve apenas reagir ao que ele já espera, a saber, os estímulos e os efeitos da música e dos outros produtos da indústria cultural. O esquema de produção cultural trás aquilo que os consumidores já são capazes de antecipar graças ao seu vazio interior, a sua falta de formação, a sua pseudo formação – que seria, a rigor, uma “não sua” formação, porque não realizada pelo sujeito consciente. Na música transformada em produto cultural, cada acorde, tom ou melodia não é pensado e nem intenciona diferente daquilo que compositor ou ouvinte adiantaram ao próprio esquema e em total acordo com ele. Dentro de uma estrutura musical que não objetiva o desenvolvimento da música ou da audição do ouvinte, e, sim, ser um produto capaz de gerar capital, a unicidade, a singularidade de um produto, inviabilizaria exatamente essa geração, somente possível por meio do movimento dialético da alienação dos elementos internos ao objeto.

A música popular, assim como o filme, o jornal impresso ou televisivo e a novela de televisão são facilmente permutáveis por qualquer outro de sua categoria, porque seus elementos internos também o são. Na arte séria, cada elemento é “ele mesmo”, sendo único, autêntico em sua participação naquela obra, empregado de modo a ser insubstituível. Pois, então, os produtos da indústria cultural funcionam tal como o substituível trabalhador da fábrica, do escritório ou do comércio, que sofre os efeitos da sociedade industrializada e se torna um mero apêndice da máquina ou da burocracia. Podemos dizer o mesmo dos filmes, cuja filmagem das cenas ocorre em partes não

cronológicas e de maneira aleatória, sendo somente em sua edição ligadas e ordenadas de forma a se complementarem e substituírem. As novas técnicas, ao contrário de contribuírem para uma obra “liberta”, uma nova obra de arte, em que o sujeito é apenas o veículo, o meio de expressão de tal obra, enfatizam o controle sobre ela, reduzindo-a aquela racionalidade. O objeto perde completamente sua objetividade, constituindo-se da subjetividade firmada pelo capital mediando o avanço técnico, cuja adaptação é questão fundamental para não se sucumbir frente a ameaça constante de exílio social, de seu compositor e da “modernidade” de seu consumidor. O racional, constituído por aquela metafísica do lucro, se antepõe ao real e serve a este último como modelo. É a metafísica concretamente realizada e apresentada como “tipo ideal” ao ser humano real. Se utilizarmos como exemplo as análises realizadas por Adorno e Simpson (1986a, p. 121) sobre a música popular, teremos:

Esse é o modo de a música popular despojar o ouvinte de sua espontaneidade e promover reflexos condicionados. Ela não somente dispensa o esforço do ouvinte para seguir o fluxo musical concreto como lhe dá, de fato, modelos sob os quais qualquer coisa concreta ainda remanescente pode ser subsumida. A construção esquemática dita o modo como ele deve ouvir, enquanto torna, ao mesmo tempo, qualquer esforço no escutar desnecessário.

Não apenas o ouvinte é despojado, como também cada compositor de música ou de qualquer outro produto da indústria cultural. Como esses produtos não expressam verdadeiramente o mundo e nem um objeto específico, o simples argumento propondo o entendimento por meio da análise de uma música já soa estranho. O entendimento de uma música, por exemplo, já está dado, não por todas, mas antes delas, pelo esquema que as produziu a todas e, sendo assim, essa é mais uma prova da subsunção do esquematismo do indivíduo àquele da indústria. Se a verdadeira obra de arte é uma forma de abordagem e expressão negativa da realidade, isso cria nela uma responsabilidade que foi perdida nas obras do puro entretenimento. Entender a música, literatura, pintura ou cinema como uma obra de arte com lógica interna, relação entre seus elementos, constituição diferente do conhecimento científico ou racional, porém

igualmente capaz de fornecer respostas a suas inquietações, é, para o consumidor dos produtos da indústria cultural, no mínimo falso. Para ele, a música deve ser, quando ouvida, simplesmente sentida, causar um efeito sobre seus sentidos, e não entendida, seu entendimento é um fato explícito nela mesma, não há nada para se entender porque tal entendimento precede a própria música. Não há desenvolvimento, ou uma verdadeira experiência estética, na situação em que, por exemplo, o esforço para o desenvolvimento do sentido auditivo desaparece na adequação ao “sempre igual” – o esquema que padroniza os produtos culturais segundo o modelo do mais vendido e adequado à reprodutibilidade técnica – da música *standardizada*. A música popular agrada ao ouvinte porque domina os seus sentidos, e os domina exatamente para poder agradá-lo. Porém, tal efeito agradável acontece de forma negativa, não negando a realidade e, sim, a possibilidade de desenvolvimento humano. Além do humano, a indústria cultural, desse modo, não estimula e muito menos permite o avanço da música ou de qualquer outro produto cultural.

Todavia, a contradição entre indivíduo e sociedade é reprimida porque não desapareceu, continua a existir de forma velada, como verdade na falsidade da relação não humana que ora move os humanos, coisificados no trabalho tornado falsamente necessário – pois negado por ele mesmo – e na identificação do existente com o real. “Outrora, a oposição do indivíduo à sociedade era a própria substância da sociedade. (...) Hoje, o trágico dissolveu-se neste nada que é a falsa identidade da sociedade e do sujeito.” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 127) O indivíduo ainda tenta acrescentar algo de si ao mundo. O problema é que esse algo que ele acredita ser dele, vir dele, na realidade advém da sociedade, quase não há oposição, sendo os produtos culturais assimilados à sociedade como mercadorias a prova desse “eclipse do negativo”. Essa tentativa, essa ilusão de óptica que algo proveio dele como sua própria decisão e vontade, no entanto, funciona como prova que o indivíduo ainda vive. Mesmo que sua atuação seja não individual, atomizada, completamente socializada e dirigida pela indústria cultural, o impulso à individualidade parece seguir vivo dentro de cada ser humano. A falsidade aparece quando a contradição, a desarmonia existente, é velada, e o que se é forçado a aceitar, a identidade, é dado como verdade, sendo assim, a única possibilidade existente. No entanto, a verdade está na diferença, na contradição existente tanto nas ideias quanto no próprio mundo:

O fato é que, por um lado, nós temos a contradição no reino das ideias e conceitos e, por outro, que o mundo, em si mesmo, possui em sua objetividade a forma antagônica. Além disso, esta desarmonia é uma espécie de maravilha do mundo (Adorno, 2008, p. 9. Tradução nossa)

A verdade está, então, no reconhecimento da divergência, da contradição, da desarmonia, e não na identidade – mormente em uma organização social e econômica tão contraditória como a que ora vivemos. A verdadeira comunidade existe quando há o reconhecimento da diferença e a possibilidade de sua expressão, para que possa haver a comunicação e a convivência entre os diferentes, e não em sua ocultação, destruição e substituição pela identidade. Esta seria uma falsa identidade, e a sociedade erigida desse modo seria igualmente falsa. A forma social que exige do ser humano a sua completa submissão e identificação a ela, forma social, é uma forma falsa de organização social, é uma falsa sociedade baseada na verdade da necessidade do indivíduo viver em sociedade. A indústria cultural tenta manter o ser humano em um cativeiro daquilo que é, do existente, residindo aí sua falsidade, correspondente a toda uma relação social calcada na identificação daquilo que, por “natureza” não é idêntico. Como nos explica Adorno (1984, p. 164):

Lo que es, es más de lo que es. Este plus no le es impuesto, sino inmanente en cuanto expulsado de él. En este sentido lo diferente sería la propia identidad de la cosa contra sus identificaciones

Aquilo que é, somente é, porque é mais do que é, então, o “ser mais”, o diferente, está em potencial nele mesmo, na “coisa”, um vir a ser, um movimento interno, imanente, que se mostra externamente quando realizado internamente, como o autor disse, logo acima: “Este plus no le es impuesto, sino inmanente en cuanto expulsado de él”. Quando não só a indústria cultural, como também todo tipo de indústria por meio do esquematismo, mantém o indivíduo em uma determinada fase de seu desenvolvimento, identificando suas capacidades àquilo que ela necessita, é contra esse “ser mais” esse “plus” existente potencialmente no indivíduo que ela “luta” contra,

controlando-o, mantendo-o sob o seu domínio não apenas por meio da criação daquilo que ele deve desejar. Essa dinâmica da indústria cria e satisfaz também as necessidades ou vontades que esse indivíduo tenha e que possam se tornar produtos plenamente rentáveis a ela. Para se tornar rentável, necessidade ou vontade terá que deixar de ser apenas individual. É nesse ponto que reside o caráter massivo e “de cima para baixo” – ou, podemos insistir: metafísico, anterior ao próprio real – da indústria como um todo.

A indústria cultural, quando esquematiza para o ser humano, participa do processo social, iniciado na produção, que impede a esse ser realizar sua identidade, diferenciando-se de si mesmo, se tornando adulto – no que tange a aspectos psicológicos, perceptivos e cognitivos – praticamente o “congelando” em um estágio intelectualmente infantil. É uma regressão ao estado de natureza, já que o ser humano fica restrito apenas ao desenvolvimento fisio/morfológico. Acima dessa forma infantil, a identificação demandada, pela indústria e pelo produto, ao ser humano, é com eles mesmos, com a forma mercadoria. Na produção, a racionalidade técnica instrumental conduz de antemão as atividades do trabalhador, forçosamente desenvolvendo e identificando suas capacidades àquelas demandadas tecnicamente para a reprodução do capital seja pela indústria de tapetes ou de livros. No próximo capítulo analisaremos os efeitos da razão sobre o esquematismo da produção e o bloqueio da formação dos indivíduos.

3º. Cap.

Razão, esquematismo da produção e não formação do indivíduo

Para o ser humano, crescer é sinônimo de desenvolver suas capacidades, ultrapassar o estágio infantil. Para isso, faz-se necessária uma organização social favorável. O crescimento psíquico do indivíduo – de sua imaginação, intelecto, entendimento, pensamento e reflexão – não depende exclusivamente do desenvolvimento do organismo e, ainda assim, não consegue se desvencilhar dele, não existe sem ele. Podemos entender o ser humano adulto conforme Kant (1974, p. 100) define o esclarecimento: “Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu próprio entendimento sem a direção de outro indivíduo”. Mesmo que uma criança faça uso da razão, tal uso será sempre limitado, porque ela necessita da “direção de outrem”, do apoio e permissão deste último. O esclarecido é aquele capaz de agir e pensar – formular juízos – por si mesmo e em conformidade com a razão, sem necessitar de tutor. Na história da humanidade, tal capacidade foi possível de ser cultivada e exercida por parte dos homens. Na sociedade contemporânea, porém, o esclarecido é um ser cada vez mais raro. Esses são fatos reconhecíveis e asseverados por Adorno e Horkheimer, (2006, p. 166)

Se, numa fase histórica primitiva, o julgar consistia num rápido discriminar capaz de desfechar sem hesitação a seta envenenada, nesse meio tempo a prática da troca e a administração da justiça fizeram seu trabalho. Antes, o juízo passava pela etapa da ponderação, que proporcionava certa proteção ao sujeito do juízo contra uma identificação brutal com o predicado. Na sociedade industrial avançada,

ocorre uma regressão a um modo de efetuação do juízo que se pode dizer desprovido de juízo, do poder de discriminação.

Por meio dessas asserções de Adorno e Horkheimer, percebemos que estamos diante de dois fenômenos: primeiro: considerando o espectro histórico, a humanidade regride – algo, talvez, óbvio nessas considerações dos autores; em segundo, no modelo atual de organização social e econômica para produção e reprodução das formas de vida, há uma tentativa de manutenção do ser biologicamente adulto em sua fase psíquica infantil. Como isso acontece e seus resultados são, para nossa tese, de importância crucial, pois se nem todo ser natural é capaz de operações complexas do pensamento, estas só existem graças a um determinado organismo colocado sob certas condições. Se o espírito para se desenvolver necessita de um conteúdo ou, talvez possamos chamar também de substância concreta a ser desenvolvida, como fica tal desenvolvimento quando a razão obriga cada humano a sentir-se ultrajado quando lembrado de sua parte natureza? Qual é o destino da subjetividade de cada humano em um ambiente econômico, social e cultural impeditivo à realização de sua “natureza”, distinguindo-se dos outros humanos por meio da realização plena de suas capacidades corporais e intelectuais? Para a construção de uma subjetividade há a necessidade não só de adaptação e ajuste à sociedade em que se vive. Também faz parte dessa construção o “desprendimento” da pressão exercida pelo existente. Uma questão que poderíamos formular não apenas para a organização social capitalista como também para outras é a seguinte: o que ocorre com a individualidade quando lhe é permitida apenas “formatar-se” conforme a ocasião, se transformar em uma mercadoria e suas relações de produção, adaptar-se, não existindo alternativa para sobreviver?

Como vimos apresentando nos capítulos anteriores, para nós, a resposta a essas perguntas está em uma organização social, econômica e cultural que dificulta em grande parte aos indivíduos a constituição de sua individualidade. Mais especificamente, o impedimento à formação do indivíduo acontece por meio daquele “esquematismo da indústria” apresentado por Adorno e Horkheimer na obra “Dialética do Esclarecimento”. Nos capítulos anteriores, acreditamos que conseguimos deixar claro o fato de que não somente o consumo do produto da indústria influencia os seres humanos com tal esquematismo, na verdade, tal influência já se inicia na produção material. O

esquematismo ocorrido por meio do consumo seria um reforço àquilo que a esfera produtiva já demandou e obrigou o indivíduo a preparar em si mesmo. Além disso, não é um movimento unilateral tendo como sentido da indústria para o ser humano e, sim, uma dinâmica de mão dupla. Neste capítulo, temos como objetivo investigar alguns dos diversos momentos – ou maneiras – dentro da organização econômica e social capitalista, em que o esquematismo da indústria suspende a possibilidade individual de percepção e entendimento suprimindo o indivíduo, não fornecendo condições a ele de se formar e gerando a pseudoformação porque ocupa o espaço do indivíduo. A ação, o pensamento e o juízo, que deveriam ser produtos do indivíduo aprendidos e desenvolvidos em sua relação social, são fornecidos a ele pelo esquematismo da produção, criando uma situação em que não há mais a necessidade de sua formação. O fim do indivíduo é o início de sua dependência total da sociedade, sua completa submissão a ela. É indiscutível o papel da técnica, em seu modelo racionalizado, e da tecnologia na formação das circunstâncias que a um só tempo o individualizam sem desenvolver sua individualidade e o tornam cada vez mais dependente delas como produtos socialmente desenvolvidos. Não obstante, como essa discussão foi empreendida em capítulo anterior, vamos nos circunscrever a um exame da relação entre razão, natureza, esquematismo da produção e desenvolvimento humano.

3.1 – Razão e esquematismo

O esquematismo da produção, apresentado no primeiro capítulo desta tese, é racionalmente constituído e, diferentemente de Kant (1974, p. 104), não estimula o homem a “fazer um uso público de sua razão em todas as questões”. Pelo contrário, parece seguir à risca, e de forma negativa, as críticas desse autor à “imensa maioria da humanidade [que] considera a passagem à maioridade difícil e, além do mais, perigosa, porque aqueles tutores, de bom grado, tomaram a supervisão dela.” Se não resta “mais nada a classificar que não tenha sido antecipado no esquematismo da produção” e pelo “sábio desígnio dessas agências do capital”, como dizem Adorno e Horkheimer (2006, p. 103), esse esquematismo, elaborado com fins de ganho e lucro, parece emergido das páginas do texto de Kant e se coloca no lugar daqueles tutores aludidos por ele, atuando

como o pai superprotetor e que não permite ao filho agir e pensar por si mesmo, saindo da menoridade:

Depois de terem primeiramente embrutecido seu gado doméstico e preservado cuidadosamente estas tranquilas criaturas a fim de não ousarem dar um passo fora do carrinho para aprender a andar, no qual as encerraram, mostram-lhes em seguida o perigo que as ameaça se tentarem andar sozinhas. Ora, este perigo na verdade não é tão grande, pois aprenderiam muito bem a andar finalmente, depois de algumas quedas. (Kant, 1974, p. 102)

Se os limites do pensamento de Kant estão estabelecidos pelos próprios conceitos, é também por meio deles que nos aproximamos do ilimitado e do incognoscível. É praticamente como o objeto da crítica de Kant nesta citação que opera o esquematismo da produção sobre os seres humanos que não só se acostumaram a ele como também passaram a demandá-lo. A produção capitalista industrial racionalizada se apropria daquele “mecanismo secreto existente na alma de cada indivíduo” (Kant, 1974, p. 83) e que harmoniza categorias do entendimento e a percepção, retirando dos seres humanos essa possibilidade e impondo ambas a eles na figura não só das mercadorias, mas, primeiramente, na forma, ou modo, da produção, como também das relações de produção. Esquematizar a produção significa tornar os processos produtivos atividades traçadas de maneira calculada para reduzir o tempo de produção de um objeto aumentando os lucros; impedir qualquer ato espontâneo do trabalhador em sua atividade que atrapalhe aquele modo de produzir já pensado e estabelecido de antemão para ele; aproveitar toda contribuição desse trabalhador para aprimorar o protocolo produtivo desde que tal contribuição siga o formato do esquematismo, não particularizando a maneira de produzir e, sim, desenvolvendo uma fórmula ainda mais eficiente para a produção em série; compor meios, dentro do processo, para reduzir a atividade humana no trabalho e aumentar a da máquina, complementando o ato humano e obrigando a este último sempre ter a mesma atitude, repetindo o esquema pré determinado para ele em gestos precisos e rigorosamente concebidos com a ajuda do cronômetro, conseguindo, com tudo isso e para a imensa maioria das funções laborais,

não depender do pensamento do trabalhador, praticamente dispensando-o desse ato no que tange a algum tipo de elaboração complexa, impedindo, desse modo, uma personalização da atividade do trabalhador que poderia gerar aumento de tempo e custos. Isso nos remete a Benjamin (1989, p. 124), que cunhou o conceito de “choque” para designar as modernas invenções que reduzem inúmeros processos a um único ato, tais como o riscar de um fósforo ou o apertar de um botão.

Com a invenção do fósforo, em meados do século passado, surge uma série de inovações que têm uma coisa em comum: disparar uma série de processos complexos em um único gesto. A evolução se produz em muitos setores (...) Entre os inúmeros gestos de comutar, inserir, acionar, etc., especialmente o “click” do fotógrafo trouxe consigo muitas consequências.

O esquema rígido e obrigatório, imposto pelo instrumento na linha de produção ou na vida cotidiana, subsume as capacidades humanas individuais a si mesmo, produção social – o que inclui o próprio instrumento. Na vida moderna, invariavelmente, o ser humano terá apenas que acionar o botão, puxar a alavanca, comutar o aparelho ou realizar o gesto padronizado, milimetricamente estabelecido e antecipado para ele pela tecnologia, o que torna tal vida definitivamente mais fácil. Porém, como o capitalismo necessita fundamentalmente de trabalho humano para existir, essa modernização produtiva entra em contradição consigo mesma ao não poder efetivar na prática social aquilo que realiza logicamente, devido a ser executada com principal intuito de lucro e expansão do capital. Na forma capitalista de produzir e reproduzir a vida, quanto mais crescem os meios racionalizados de produção mais se consubstanciam processos produtivos que menos necessitam empregar o ser humano em seu interior, recrudescendo o potencial que o capitalismo carrega em si mesmo, a saber: libertação do homem do trabalho; não obstante, mais o ser humano trabalha, submetendo-se, ajustando-se e desejando aqueles meios que, nessa forma produtiva, tanto facilitam como escravizam a vida. Vivemos atualmente um verdadeiro fetichismo social dos meios em detrimento dos conteúdos, dispondo-os não a serviço dos humanos, e, sim, mobilizando-os em um fim em si mesmo, uma ação tautológica a serviço do

capital e que fetichiza o indivíduo ao formá-lo como meio social para a realização do capital e não como individualidade. Isso constitui uma falsa formação porque não se direciona ao indivíduo em sociedade, fortalecendo os laços sociais por meio da consciente aceitação da diferença, e, sim, à formação social do capital se colocando sobre o indivíduo. Objeto, sociedade, indivíduo e produção são identificados no mesmo aspecto que forja a intuição e o lucro proporcionado pela exploração do trabalho, produção e venda da mercadoria; assim são compreendidos, porque elaborados dentro do mesmo esquema racional.

A fim de autoconservarem-se, e sem opção de escolha, os seres humanos transformam a si mesmos e aos outros na lista de habilidades requisitadas pelas empresas para exercer determinada função. Aprende-se nas escolas, e fora delas, as “habilidades e competências” necessárias para o trabalho. Qualquer oposição individual é de antemão reprimida pelo próprio indivíduo em sua função socialmente aceita. O próprio ser individual se torna uma função social. Ativamente, os homens, de tão incapacitados e acostumados a serem guiados pelas condições externas, passam a exigilas desde o momento em que se levantam da cama até aquele em que voltam a se deitar, após um dia de trabalho. Não apenas a indústria cultural realiza tal controle sobre os indivíduos – os intui daquela maneira, articulando, assim, a partir de “cima” e com o aval dos de “baixo”, o universal e o particular, a instância e o conceito –, mas, também, um sistema maior, pois, se democracia, razão subjetiva, trabalho racionalizado e até o próprio capitalismo foram, e são, importantes para garantir a relativa melhora da vida, é porque eles se coadunam perfeitamente, sendo igualmente inegável o infortúnio causado por essas formas de socialização quando existindo em um mesmo momento e relacionando-se mutuamente. É, então, por seus malefícios que essas formas sociais de organização da vida devem ser suprassumidas (ultrapassadas de modo dialético) em formas melhores de existência.

Quando o sistema capitalista industrial de produção material da vida não cria o diferente e impede sua concepção – produzindo um “concreto pensado” sempre igual, sempre da mesma maneira –, ele gera um “mutualismo” com sua racionalidade, uma cultura esquemática entre pensamento e realidade sob as determinações pensadas (racionalizadas) desta última – e que acaba se revelando como impeditiva para a maioria das pessoas o mínimo vislumbre do diferente – fazendo com que elas sempre ajam daquela maneira esquemática, requerida e assimilada, mesmo em situações em que seja

possível tomar outro rumo e elaborar juízos sem a presença constante do cálculo com base na utilidade e na troca, algo que forneceria espaço à originalidade que deveria ser própria a cada humano. E se, por um lado, para alcançar um nível elevado de produtividade, essa forma de esquematismo foi necessária; por outro, a disposição à paranoia, causada por ela ao trabalhador, é absolutamente plausível: “A excessiva coerência paranoica, esse mau infinito que é o juízo sempre igual, é uma falta de coerência do pensamento.” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 160) Talvez, aqui, para entendermos a paranoia coletiva estabelecida pela produção capitalista por meio de seu esquematismo, devamos inverter o correto entendimento de Horkheimer e Adorno (Adorno; Horkheimer, p. 160) sobre a projeção patológica, quando afirmam: “o pensamento inteiro se se põe desesperadamente a serviço do juízo particular”, pois, mediante o jugo daquela forma produtiva, é o “juízo particular” que desesperadamente se coloca sob o pensamento emanado pelo verdadeiro “leviatã” econômico que é o capitalismo. Assim, destituído de opção real para estabelecer uma relação própria com o mundo para produzir e reproduzir sua vida, o trabalhador, na fase em que o capitalismo se totaliza, age como o paranoico, já que, “ao invés de elaborar intelectualmente o fracasso da pretensão absoluta e assim continuar a determinar seu juízo, o paranoico se aferra à pretensão que levou seu juízo ao fracasso.” (Adorno; Horkheimer, p. 160) O paranoico, assim como o capitalismo, de certo modo, não se “desloca”. Desse modo, no âmbito da produção industrial cientificizada e racionalizada, a negatividade é negada ao trabalhador, lhe é vedado qualquer investigação e atuação sobre o objeto que está a produzir, emerge aquela “cultura” esquemática (a que nos referimos anteriormente) e positiva da produção elevada ao *status* de verdade absoluta. Não apenas a forma de executar sua atividade produtiva é estabelecida antes dele e para ele, mas, acima de tudo, como representação da verdade. Se as mercadorias trazem em si o esquematismo *a priori* para seus clientes, essa situação tem sua origem na produção e quase se materializa nas palavras de Adorno (1964, p.150) quando esse autor, se referindo às agências de propaganda e sua previa demanda por um tipo profissional, assevera: “quien sepa lo que es una poesía difícilmente encontrará un puesto bien pagado como autor de textos publicitarios.” As circunstâncias da autoconservação suspendem a formação e criam a pseudoformação socializada para todos os homens. Tanto é que podemos dizer se tratar de uma formação neutralizada e empedernida pela, e para, a sociedade do trabalho, pois se dirige unicamente a este último.

Essa frase de Adorno, aludindo à derrota do poeta para o capital e que registra na cultura a mudança ocorrida no âmbito social, não deixa escapar o entrelaçamento dessas duas esferas com a econômica. Se a arte é a expressão individual do objeto pelo sujeito, a suspensão da arte corresponde ao “embargo” do indivíduo, impedido de constituir sua individualidade em uma sociedade dominada por uma forma produtiva que não aceita nada diferente dela, antecipando o igual, seja o pseudoindivíduo ou o par de sapatos, já configurado na linha de produção padronizada e automatizada. A sobrevivência é prevista, e até certo ponto garantida, com o abandono de toda especificidade. O declínio da verdadeira poesia – e do poeta, que corre o risco de ter os nervos vitais atrofiados se insistir na verdade de seu ofício – foi causado porque, desde a produção, ocorreu, e continua a ocorrer, uma racionalização sem razão razoável, suficiente. Isso demonstra que, para entendermos o esquematismo da produção, precisamos compreender suas origens, e estas se encontram nos desdobramentos históricos e sociais da razão em sua relação de reciprocidade à produção material da vida como forma de dar conta da autoconservação humana. Sobre o esquematismo da produção, Horkheimer e Adorno puderam afirmar: “a necessidade que talvez pudesse escapar ao controle central já é recalcada pelo controle individual” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 100). Atualmente, a ação do esquematismo harmonizou a tal ponto necessidade e satisfação¹, percepção e entendimento individuais dentro dos limites categoriais da razão do modo de produção capitalista² que, provavelmente, na maioria das pessoas nem seja mais necessário o recalçamento.

Se no campo do consumo, as mercadorias como um todo – principalmente as culturais – quando analisadas em suas exigências de compreensão e determinação sobre o ser humano, apresentam uma tendência a manter o adulto em um nível de capacidades infantis; na produção, as condições capitalistas estabelecem relações rigorosamente hierárquicas e mantém um chefe austero que, diferentemente do pai, não permite e nem pode ser enfrentado para que o filho cresça. Com fins de autopreservação, o ser humano, em um movimento análogo ao orgânico, suga e desloca para aqueles fins as energias que deveriam ser investidas no desenvolvimento de suas capacidades. Nesse processo, os meios utilizados para sobrevivência, a capacidade de entendimento do

¹ Com isso, não estamos afirmando a satisfação humana como obra do capitalismo; pelo contrário, este sistema produtivo se “nutre” da insatisfação do ser humano.

² Embora com isso não queiramos reduzir a razão sob os termos kantianos àquela que serve aos interesses lógicos do capitalismo.

mundo para desenvolvimento e utilização desses meios, iniciaram-se com o mito e chegaram à razão. Daí, poderíamos pensar em uma forma esquematizadora do mundo se posicionando sobre cada ser humano em particular, igualmente presente no mito e na razão capitalista industrial, mas não idênticas: o cálculo racional presente nesta última as diferencia. Uma forma que tenta apreender o objeto conforme apenas o entendimento social subjetivo e não da forma mesma em sua relação com o conteúdo dinâmico do objeto. Se a capacidade subjetiva de pensar se torna objetiva quando racional, a racionalidade, em um primeiro momento, existe enquanto objetividade reconhecida pela subjetividade, sem desconsiderar esta última e excluindo, desse modo, o irracional, o não ser, a pura criação do sujeito desprovido de razão: a falsidade do mito.

A relação entre esses dois conceitos de razão não é simplesmente de oposição. Historicamente, ambos os aspectos subjetivo e objetivo da razão estiveram presentes desde o princípio, e a predominância do primeiro sobre o último se realizou no decorrer de um longo processo. (...) A faculdade subjetiva de pensar foi o agente crítico que dissolveu a superstição. Mas, ao denunciar a mitologia como falsa objetividade, isto é, como uma criação do sujeito, teve que usar conceitos que reconheceu como adequados. Assim, desenvolveu sempre uma objetividade em si própria. (Horkheimer, 2003, p. 16.)

Contudo, a razão retorna ao mito, pois se houve um momento na história em que a razão ainda era percebida como algo existente objetivamente no mundo e nos homens – sem que, com isso, querer-se dizer que a maneira em que estavam organizadas as ideias dos seres humanos correspondia exatamente à organização da natureza –, a razão chegou ao ponto de descolar-se do objeto e tornar-se pura racionalidade, esquemas de pensamento com base no modelo fornecido pela produção material da vida e, ao mesmo tempo, constituindo o amparo desse modelo de produção. Se o mito concerne ao mundo por meio de “projeções do subjetivo na natureza” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 19), tornando-se tão indiscutíveis em sua época quanto os dogmas da igreja cristã, mesmo que o uso desse termo seja inadequado historicamente ao mito, é isso que o aproxima da razão subjetiva como pura forma racional: a dominação da natureza, já presente no

caráter indiscutível de suas afirmações, sem dar margens a especulações, como se o conceito dissolvesse o objeto nele mesmo, trazendo em si uma identidade intrínseca àquele e desconsiderando a própria contradição interna ao conceito. Observadas as devidas diferenças, entre a sociedade organizada com base na razão subjetiva e aquela onde ainda existia o mito, o conformismo e a capacidade de adequação à realidade existente são exigências quase intransponíveis para cada ser humano. A verdade é confundida com a unilateralidade da criação subjetiva movida por interesses fortemente individuais, não obstante construídos socialmente, e distantes da reflexão concernida também ao objeto. O subjetivismo de uma razão pragmática atravessa a história das ideias sem perceber a reciprocidade entre sujeito e objeto. Por, e contra, isso, Adorno (1984, p. 08) dirá “que aceitou como sua a tarefa de quebrar, com a força do sujeito, o engano de uma subjetividade constitutiva.” A subjetividade a que Adorno se refere aqui (talvez melhor colocada como um subjetivismo), é a razão subjetiva, ou formalizada, que a tudo tenta identificar a ela, dominar e submeter. Adorno (2004, p. 01), nos alerta: “É verdade que não se pode prescindir de pensá-los (sujeito e objeto) como separados; mas o *pseudos* (a falsidade) da separação manifesta-se em que ambos encontram-se mediados reciprocamente”.

A crise atual da razão consiste basicamente no fato de que até certo ponto o pensamento ou se tornou incapaz de conceber tal objetividade em si ou começou a negá-la como uma ilusão. Esse processo ampliou-se gradativamente até incluir o conteúdo objetivo de todo conceito racional. No fim, nenhuma realidade particular pode ser vista como racional per se; todos os conceitos básicos, esvaziados de seu conteúdo, vêm a ser apenas invólucros formais. Na medida em que é subjetivada, a razão se torna também formalizada.

É inegável que, por um lado, a razão, mesmo acentuada em seu polo “subjetivo ou formal” (Horkheimer, 2003, p.17) proporcionou alento à técnica e à ciência. Contudo, por outro, livre de conteúdo, essa razão, em sua relação recíproca com a forma produtiva e reprodutiva material da vida, transforma os seres humanos em pseudo sujeitos; formando, principalmente no capitalismo monopolista, “às costas” do homem

aquilo que deveria ser sua subjetividade e sua individualidade, alienadas dele mesmo, como produto alienado de suas próprias atividades alienadas, a saber: laboral, de lazer e consumo. São ações executadas pelos seres humanos que inegavelmente os beneficiam sem permiti-lhes o benefício da dúvida, porque, desenvolvidas para a própria autoconservação do capital, entrelaçado à razão subjetiva, acabam por autoconservar também o ser humano. Esse entrelaçamento, capitaneado pelo lucro, torna essas ações racionalmente desenvolvidas e irracionalmente embrutecidas. Sem alternativa real para sobreviver, o indivíduo, praticamente, vicia nessa forma de ação, sem entendê-la como bruta, já que, onde só há embrutecimento, não há embrutecimento algum. O esquematismo da produção, por meio da lógica e dos fins últimos do capitalismo, materializando-se em cada produto, em cada máquina, enfim, nas condições de produção e de reprodução da vida, é o instrumento daquela alienação. Mediante a lógica do ganho e do lucro, a produção do capital medeia e é mediada pela razão subjetiva, quase que materializada pela racionalidade instrumental, configurada nos processos de produção, burocracia e condutas da vida humana, racionalmente criados e desenvolvidos. Por isso, aqueles capazes de tirar maior proveito da organização econômica e social são os “sujeitos lógicos do esclarecimento” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 72). Podemos considerar tais sujeitos como os econômica e socialmente privilegiados; seres humanos que, em certas fases da história, atingiram aquela maioria a que se refere Kant (1974). Não obstante, no capitalismo, esses sujeitos também são sujeitados e mutilados em sua individualidade. A lógica de produção do capital, pelo que foi por nós descrito e analisado, é, hoje, o sujeito. Ela, ao impor à produção uma determinada racionalidade, só exige aos seres humanos a necessidade cômoda de desenvolver pouco mais que a capacidade de calcular para alcançar determinados fins utilizando os meios corretos: “Em última instância, a razão subjetiva se revela como a capacidade de calcular probabilidades e, desse modo, coordenar os meios corretos com um fim determinado.” (Horkheimer, 2003, p. 15) Assim age aquele que em nossa época possui razão: o ser humano formado pela racionalidade da indústria desde a produção até o consumo.

Pautar a vida pela razão objetiva é encontrar um valor inerente à própria coisa e não externa a ela. O capitalismo se organiza de forma oposta: tudo se reduz ao mesmo denominador, este iguala o diferente colocando o valor de cada objeto sempre fora dele. Se os membros de uma comunidade se orientam rigorosamente por tal valor é porque o

reconhecem e o aceitam como a existência objetiva de uma lei fundada não no interesse particular, ou no bem da maioria apenas, e, sim, como uma força suprema capaz de dar base não só a conveniência subjetiva como também a conveniência geral. A crença nesta última, existindo externamente a cada ser humano e determinando-o, pode até inviabilizar a existência do indivíduo. Todavia, a entrega desenfreada, por uma sociedade inteira, a um mundo descrente de objetividade, também não permite ao indivíduo se formar, somente produz o individualismo: o pseudo sujeito afogado em interesses que toma como seus, mas que não o são. Na sociedade capitalista, onde nada é sólido o bastante para durar ou se apegar, pode haver apenas a liquidez do mercado financeiro e as relações tão insólitas que se desmancham no ar. A objetividade necessita da subjetividade não apenas como uma manifestação da intelectualidade do indivíduo, mas também como uma substância do mundo objetivo. Isto inclui as relações entre os seres humanos, na natureza e suas manifestações, sejam elas quais forem. O “primado do objeto” é o que Adorno (2004, p. 2) afirma, em seu texto “Sobre sujeito e objeto”, contra o subjetivismo, o culturalismo vazio de um formalismo ora reinante que aceita e impõe, conforme a conveniência do momento, qualquer conteúdo para o objeto, retirando a objetividade do objeto e destituindo-o de sentido próprio – a unicidade incalculável que não o permite se reduzir aos outros –, ao invés de, por meio de uma relação social com o sujeito e com base em regras universalmente válidas, colocá-la. A ordem reinante da metafísica do lucro, mediada pela racionalidade técnica, ao mesmo tempo em que garante a produtividade diferente de objetos absolutamente iguais aos indivíduos, também não erige condições além daquelas que apenas fornecem a aparência de alguma individualidade. A razão que considerava racional o conteúdo dos objetos prepara o caminho para aquela destituída de qualquer conteúdo avançar sobre todo conteúdo, reduzindo-o a si mesma. Assim funciona a razão subjetiva, ela fornece base à função do esquematismo da produção de mercadorias para confeccionar objetos alienáveis por qualquer outro, o caminho para a realização do lucro. Sujeito e objeto estão em relação recíproca: indissoluvelmente juntos, porém separados e distintos, mediados reciprocamente e não idênticos; a afirmação do sujeito se faz em sua objetividade:

Potencialmente, embora não atualmente, o sujeito pode ser abstraído (weggedacht) da objetividade; o mesmo não ocorre com a subjetividade

em relação ao objeto. (...) Se o sujeito não é algo – e algo designa um momento objetivo irreduzível – então, é nada; até como ‘actus purus’ necessita da referência a um agente. A primazia do objeto é a ‘intentio obliqua’ da ‘intentio obliqua’, não a requestrada ‘intentio reta’; o corretivo da redução subjetiva, não a denegação de uma participação subjetiva. Mediatizado é também o objeto, só que, segundo seu próprio conceito, não está tão absolutamente referido ao sujeito como o sujeito à objetividade. (Adorno, 2004, p. 03)

Podemos dizer que dominação e trabalho sempre fizeram parte das organizações sociais baseadas na razão. Porém, isso não indica que devemos defender uma organização social baseada na inexistência dessa última, e, sim, corrigir os erros que permitiram com que a irracionalidade se imiscuisse à razão, suplantando-a. Sobre a razão defendida pela Teoria Crítica, Matos (1989, p. 195) assevera: “o que se sabe é somente que a racionalidade por ela visada deverá no fundo guardar os ‘lados bons’ das duas formas anteriores de Razão, rejeitando os ‘maus’, a eliminação do irracional, diz Horkheimer, é concebida como a eliminação do mau.” Para o homem primitivo, resistir aos impulsos foi absolutamente necessário a sua subsistência. Sob os auspícios da razão, o esquema da autoconservação é o sacrifício de si por si mesmo. Tal qual o conceito não dá conta completamente do objeto, o sacrifício da obrigatória identificação do humano ao esquematismo lógico da produção é tentar reduzi-lo ao puro entendimento.

Mais que coisa a ser dominada e reprimida, a natureza, inclusive a humana, é tratada pelo homem ao longo dos séculos, e principalmente no capitalismo, como objeto a ser pilhado. A natureza acaba por se tornar a serva da razão que, neste movimento, se torna a escrava da natureza, já que deve controlá-la sem descanso. Contudo, essa dinâmica da razão para se autoconservar aparece aos homens não como um movimento de sobrevivência da razão subjetiva – transfigurada na modernidade em sistema capitalista de produção e reprodução da vida –, e, sim, de forma inversa e falsa, a saber: como única forma de organização social possível entre os homens, e entre estes e a natureza, que devem simplesmente mimetizá-la. Ao fim e ao cabo, o movimento de autoconservação da razão mimetiza a natureza, desse modo retorna a ela. Nesse ambiente regressivo, a razão não permite ao humano a liberdade de conviver com a natureza sem dominá-la. Ao invés disso, força-o a coexistir com o produto desta

relação, a saber, uma segunda natureza: um esquema racional de categorias estabelecido pela razão para os homens, cuja aceitação e ajustamento por eles é tão grande quanto o vazio gerado pela falta de objetividade vivida e inconscientemente sentida. O indivíduo se submete à sociedade e ao Estado – a razão tornada instrumento de administração, organização e controle –, assim como a arte é assimilada pela produção material e se dobra ao esquematismo desta última. O indivíduo subsumido à sociedade não deve demonstrar nenhuma dissensão, a não ser que queira ser identificado ao vilão: o personagem mal que tenta, invariavelmente, roubar a felicidade dos outros seres humanos e povoa principalmente as produções cinematográficas e algumas das literárias do início do século XX. Isso tudo, mesmo não sendo sempre percebido conscientemente pelos seres humanos, deixa profundas cicatrizes em seu interior, e a insuportável situação da perda da objetividade é vivida com grande dor e, muitas vezes, transformada em violência.

Seguindo propriamente a razão objetiva, o ser humano teria de, por meio de sua capacidade de pensar e agir, erigir condições sociais objetivas que fornecessem a ele a possibilidade de encontrar aquele conteúdo objetivamente racional e a verdade objetiva existente nele e no mundo, e se orientar por ela. Se o progresso pode ser caracterizado como uma melhora naquilo que vem depois, uma situação concreta de vida e digna de ser considerada como um progresso deveria ao menos estabelecer condições para o pensamento livre com fins da proximidade à verdade. Mesmo sendo tal verdade histórica, seu núcleo seria objetivo. Isso daria um valor “em si” a cada ser, independente de sua relação de troca. O sujeito, em sua atividade de conhecer, historicamente determinada, e não determinada por aquela relação, reforçaria tal valor dando ao objeto maior objetividade à medida que conhecesse mais sobre o objeto. Assim sendo, o sujeito teria um comportamento, uma ação e reflexão, além da relação com os outros e consigo mesmo, racional, direcionada ao belo, bom e justo, porque fundamentada na razão.

A unidade da produção direciona não apenas os objetos oriundos dela, e não só o lazer, como dizem Adorno e Horkheimer (2006, p. 103): “Em seu lazer, as pessoas devem se orientar por essa unidade que caracteriza a produção”, como, também, as demais atividades da vida cotidiana e as relações sociais externas ao âmbito produtivo. Tudo se tornou investimento. A concretude da vida não consiste na falsidade cega da imediatez, ela é, na verdade, construída pela mediação, hoje, da forma lógica capitalista

que se configura em um concreto minuciosa e antecipadamente pensado para realizar interesses de acúmulo de ganhos. O sujeito kantiano dos “juízos sintéticos *a priori*” (Kant, 1994, p. 44-45) é o próprio capital se tornando o “transcendental” ao determinar as regras universalmente válidas a sujeitar e categorizar o mundo e sua percepção. A produção capitalista utiliza o formalismo lógico para realizar seus interesses e, ao abarcar todo ente, destrói qualquer separação ou união estável anterior a ela e existente entre matéria e pensamento, unindo-os conforme as necessidades e objetivos daquela produção. O fato de o comércio e os serviços seguirem o mesmo esquema lógico racional formativo, só aumenta e reforça o poder educativo deste último e a impossibilidade da mútua educação entre os homens.

A consciência moral, totalmente pronta, vigora no trabalho. Os valores e padrões “verdadeiros” são erigidos não de forma consciente pelos homens e, sim, pela operação dos agentes que compõem o sistema capitalista, fornecidos *a priori* pelo esquematismo da produção. Mediante essa forma racional produtiva e transformadora da natureza, a humanidade se constitui desvalorizando-se. Não obstante, chega aos consumidores por meio de suas mercadorias, por isso, quase nem precisa ser mais ensinada. Nenhum esforço é requerido ao indivíduo para formar sua consciência moral em meio ao trágico fim de sua individualidade submersa à sociedade totalizada e administrada. A racionalidade do trabalho e a lógica da utilidade acabam por constituir a moral e a ética subjacente ao esquema da produção do lucro. O esquematismo da produção dos produtos da indústria cultural atua também nessa situação: por meio da igualdade de conteúdo dos diferentes produtos da indústria cultural, esta impõe ao cliente aquilo que ele deve considerar importante e o que deve saber, porque é isso que este último espera dela. Quando é assimilado às hordas de trabalhadores, ou apenas preparando-se para ser, o indivíduo é social, econômica e culturalmente dispensado de constituir sua individualidade. Porém, em outros tempos, na história do indivíduo do século XVI e XVII, era nestes últimos que se afirmava para diferenciar-se da sociedade e atuar nela socializando-se:

Se tentarmos unificar em um conceito principal as várias tendências religiosas, políticas e econômicas que moldam a ideia de indivíduo nos séculos XVI e XVII, podemos definir o indivíduo como o sujeito de certos padrões e valores fundamentais que nenhuma autoridade externa

deveria desrespeitar. Esses padrões e valores diziam respeito às formas de vida, tanto social quanto pessoal, que se mostravam mais adequadas ao desenvolvimento total das faculdades e habilidades do homem. (Marcuse, 1999, p. 75)

A sociedade, a república ou a cidade, deveriam permitir ao indivíduo encontrar regras norteadoras para sua vida e relações com o mundo, dar a ele condições para coloca-las em prática, o que implica em uma organização econômica e social da produção e reprodução material da vida capaz de proporcionar liberdade para o pensamento e ação racionais. Sendo verdade, nenhuma intromissão ou tutela de autoridade externa ao indivíduo deve haver no sentido de obstaculizar ou desrespeitar tanto a busca desses padrões e valores quanto eles próprios sendo exercidos pelo cidadão, já que eles concedem ao indivíduo uma forma de vida individual e social consequente e lhe proporcionam o desenvolvimento de suas capacidades integrais. Somente seu pensamento livre e racional deve dar conta de guiá-lo no caminho da verdade da existência, encontrar as formas para a vida. Marcuse (1999, p. 75) diz: “O indivíduo, como ser racional, era considerado capaz de encontrar estas formas através de seu próprio raciocínio e, uma vez que tivesse adquirido a liberdade de pensamento, capaz de efetuar a ação que as transformasse em realidade”.

Neste caso, indivíduo não é um conceito que designa um ser humano isolado, centrado em si mesmo, fechado em seus próprios interesses, e direcionado pelas idiossincrasias deste último, e, sim, um princípio voltado para a “busca de seu interesse próprio, e condicionado pela afirmação de que seu interesse próprio era racional”. (Marcuse, 1999, p. 75) O interesse era preenchido pela racionalidade, a substância igual em cada homem era exatamente aquilo que o diferenciava: a maneira de cada um dar conta das suas necessidades realizando as demandas sociais. O indivíduo não se enquadrava em uma percepção e categorização dos objetos no mundo de maneira isolada do restante da sociedade e nem por isso se submetia às imposições sociais. As bases econômicas, mesmo liberais, ainda forneciam essa possibilidade. Não havia ainda uma condição tal que pudesse esquematizar toda a produção, transformando-a em série. Porém, quanto mais tais bases, as condições de produção, ganham uma isonomia, autonomizando-se aos homens, menos espaço resta para a individualidade e para alguma ação produtiva fora daquela esquematizada. Por mais que as forças produtivas

progridam, se as relações de produção se mantiverem estagnadas em uma forma anterior de percepção e entendimento do mundo, elas impedirão o sistema capitalista de parir seu próprio avanço e as forças produtivas individuais continuarão submersas às sociais.

Mesmo no capitalismo liberal, a síntese do mundo ainda era, em algumas esferas, realizada pela percepção e entendimento individuais e consistia na marca do indivíduo, este não existiria se não pudesse realiza-la. O indivíduo somente seria capaz de se afirmar como tal mediante um lugar, uma função na produção que permitisse a ele a liberdade, a não necessidade de submeter-se às imposições sociais ao mesmo tempo se enquadrando nelas porque podia quase cria-las, dada a sua posição econômica. A crítica aqui, se deve ao fato da organização econômica determinar que, para que um fosse indivíduo, muitos não poderiam ser. Indivíduo e razão estavam em comum acordo porque se configuravam em uma relação de correspondência mútua. O pensamento autônomo, calcado ou sustentado pelo poder econômico, era guiado, limitado ou expandido, pela racionalidade objetiva. Com a razão subjetiva, o capitalismo industrial exalta a liberdade do indivíduo para sujeitá-lo às imposições objetivas da indústria, se antecipando e destruindo, por meio de sua produção, qualquer autonomia real, transformando qualquer diferença – excetuando-se a econômica e social – em igualdade.

Se “os sentidos já estão condicionados pelo aparelho conceitual antes que a percepção ocorra” (Adorno, Horkheimer, 2006, p. 73), a mudança na forma produtiva, em correspondência à razão, obrigou a linguagem e os conceitos a se alterarem em relação recíproca às modificações ocorridas:

Os conceitos foram “aerodinamizados”, racionalizados, tornaram-se instrumentos de economia de mão de obra. É como se o próprio pensamento tivesse se reduzido ao nível do processo industrial, submetido a um programa estrito, em suma tivesse se tornado uma parte e uma parcela da produção. (Horkheimer, 2003, p. 30)

Ao real racionalizado corresponde uma linguagem reduzida, simplificada e capaz de aderir a qualquer circunstância. A palavra é convertida a um denominador, igualando situações diferentes. A linguagem se torna uma ferramenta e as frases são

facilmente completadas porque seguem uma ideia estabelecida como uma fórmula matemática. Há uma produção de frases ou jargões oriundos da fábrica, da administração dela ou criados pelas agências de propaganda como produtos, que passam a ser usados na vida cotidiana fora do trabalho e nos momentos de lazer. Os enunciados vêm ao mundo antes mesmo de serem elaborados, exatamente por isso, não o são. A estereotipia se torna a regra universalizante do sistema produtivo capitalista calcado sobre bases científicas que estão sendo mediadas por ele mesmo. “No mundo da produção em série, a estereotipia – que é seu esquema – substitui o trabalho categorial. O juízo não se apoia mais numa síntese efetivamente realizada, mas numa cega subsunção.” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 166) A ciência, em grande parte, sucumbe às determinações lucrativas das empresas, submetendo suas pesquisas aos investimentos direcionados àquelas determinações, e ao fornecimento de esquemas à produção para torna-la mais competitiva, entendendo-se esse termo como uma fórmula de eficiência produtiva dada por uma diminuição nas etapas de produção das mercadorias. O esquema da ciência se torna uma ciência esquemática, padronizada, que não trata mais cada objeto em sua unicidade e apenas parte de um princípio comum àquela categoria, uma verossimilhança. Em vez disso, ela usa um mesmo esquema para todos os objetos de uma categoria, identificando-os, reduzindo-os ao mesmo; um igual, talvez, inexistente no mundo, então fabricado, urdido pelo capital, por aquela epistemologia do capital, a que nos referimos na apresentação desta tese, e que depõe a “intelectualidade da percepção” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 72), formadora do esquematismo, substituindo-a pelo valor de troca. E se antes, a razão objetivamente sustentava, com uma sólida argumentação, conceitos aparentemente abstratos, tais como: felicidade, justiça ou igualdade, com a formalização da razão eles se tornam ideias “soltas no ar”, sem base sólida racional, para que pudessem ser racionalizados ou, esquematizados, conforme os interesses de cada um em seu lado do balcão. “Justiça, igualdade, felicidade, tolerância, todos os conceitos que (...) foram nos séculos precedentes julgados inerentes ou sancionados pela razão, perderam suas raízes intelectuais.” (Horkheimer, 2003, p. 32) Por isso, quando muito, são formulados e não pensados. Para a ciência é impossível dar as “raízes” para esses conceitos, já que eles não são quantificáveis por meio de algum elemento. “A afirmação de que a justiça e a liberdade são em si mesmas melhores do que a injustiça e a opressão é cientificamente inverificável e inútil.” (Horkheimer, 2003, p. 32)

A ciência possibilita a ideia de “fungibilidade universal” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 22), algo importante ao processo produtivo capitalista, pois se toda a matéria é formada por átomos, cada átomo é um mero exemplar da matéria. Para poder ser tudo, o indivíduo é reduzido a nada: “Cada um é tão somente aquilo mediante o que pode substituir todos os outros: ele é fungível, um mero exemplar. Ele próprio, como indivíduo, é o absolutamente substituível, o puro nada” (Adorno; Horkheimer, p. 120) Ele deve ser formado não para ser único e, sim, para converter-se em qualquer um; para metamorfosear-se e preencher a vaga deixada, principalmente na esfera do trabalho, por qualquer outro de sua espécie, sendo ele mesmo passível de substituição. Os átomos, em determinado número, configuração, peso atômico etc., formam um anônimo ser, que é representação de uma sorte daqueles seres. O objeto petrificado da ciência lembra a presa imobilizada ou paralisada de medo por seu predador; remete, também, ao ser humano petrificado pelo terror diante do desconhecido – menos uma herança filogenética que um aprendizado histórico e social –, tal qual o primitivo, estarecido diante dos fenômenos da natureza, demonstra, com esta atitude, um retorno a esta última. Todavia, a ciência traz, em si, o germe que fundamenta a racionalidade e o esquematismo da produção tanto no que tange ao produto quanto ao produtor. A produção em série atinge os indivíduos: “Assim, por exemplo, o ar de obstinada reserva ou a postura elegante do indivíduo exibido numa cena determinada é algo que se produz em série, exatamente igual às fechaduras Yale, que só por frações de milímetros se distinguem umas das outras” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 128) O ser humano torna-se, frente à produção, uma espécie sem nome ou especificidade, se torna vítima de uma impessoalidade e de uma frieza científica e técnica, ao mesmo tempo em que se distancia de qualquer ser animado e mensura formas, necessidades e possibilidades antes de qualquer aproximação. As organizações produtivas praticamente mantêm o indivíduo sem devir, e recebem o seu consentimento para tal, quando ele assimila as prescrições dessas organizações e passa a defendê-las. Eis a fórmula do sucesso: viver não vivendo, entregar-se ao agressor e identificar-se a ele como se ele não fosse o algoz, mas um modelo de sobrevivência a ser seguido, forçar-se a crer em suas “boas intenções”.

Todavia, quando há uma falha no esquema que exige uma resposta diferente, produzida pelo próprio indivíduo e fora da costumeira racionalidade ou uma mudança no cotidiano – muito ansiada, porém, temida –, o indivíduo se revolta, porque o

esquema foi quebrado (como um contrato) e ele não sabe como agir face ao diferente; se sente lesado. Talvez se sinta assim, ou pior, por exemplo, o ouvinte de música de massas ao ouvir a música de Schoenberg. A liberdade sentida através dessa música fornece ao indivíduo a sensação da condição de prisioneiro em que vive. O esquema produzido por aquele compositor não para dominar, e, sim, para tentar libertar o objeto da dominação do ouvinte – acostumado a um esquematismo que fornece a ele sempre o mesmo e, com isso, o prenúncio da próxima nota – deixa este último sem ter em que se basear para o seu entendimento, a falta de uma referência na razão conhecida por ele o incomodaria tanto que o faria imediatamente desligar o aparelho que estivesse reproduzindo este compositor ou sair rapidamente da sala de concertos, desconcertado.

3.2 – Desenvolvimento humano e esquematismo da produção

Se o desenvolvimento do homem acontece por meio de suas experiências, entendidas como uma relação ativa entre humanos e entre estes e natureza não humana, a mediação social, baseada na forma em que está organizada a produção e reprodução da vida, pode tanto estimular tal desenvolvimento quanto dificultá-lo, retardá-lo, regredi-lo ou não permiti-lo. A situação cuja organização econômica e social tenta manter os seres humanos atualmente pode ser denominada de eterna infância. Sendo eterna, não parece ser concernente a um conceito de infância como uma fase da vida na qual o indivíduo é capaz de desenvolver suas capacidades de percepção, raciocínio, sensibilidade, imaginação, criatividade e crítica. Não é vista como uma fase que intermedeia sua própria ultrapassagem por meio das brincadeiras, jogos e ações lúdicas e miméticas configuradas como um movimento interno necessário para ir além da própria infância. Atualmente, tanto a forma como se organiza a sociedade quanto seus meios fazem com que o indivíduo, mesmo quando adulto, viva uma situação de dependência e tutoramento em relação às ações, condutas, decisões e pensamentos. Essa situação de tutela dificulta a constituição da individualidade do sujeito e evita que ele desenvolva principalmente sua originalidade.

Desde a mais tenra idade, e tanto por meio das mercadorias direcionadas a elas quanto da relação com o mundo ao seu redor, as crianças também sofrem a influência

do esquematismo da produção e da racionalidade formal contida nele. De modo que a situação não é apenas de um “congelamento” do humano em sua fase infantil, como também de uma preparação do ser humano, desde antes de seu início na produção, para a racionalidade organizadora dos processos de trabalho. Essa constatação faz com que reconheçamos que a limitação do desenvolvimento das potencialidades do ser humano em sua fase infantil não corresponda apenas às circunstâncias externas a ele (sociais, culturais, econômicas). Temos, então, que o esquematismo da produção parece atingir também internamente as crianças de forma a não permitir certa originalidade infantil na atuação dessas últimas, colocando-se no lugar dessa originalidade. No capitalismo, em sua fase avançada e monopolista, a lógica racional, semelhante àquela imposta milhares de anos antes aos remadores de Ulisses, parece coagir também as crianças. Adorno e Simpson (1986), no texto “Sobre música popular” puderam mostrar que esse tipo de música (o popular) em muitos aspectos recorre a elementos dados como infantis. Porém, parece ter lhes escapado que essa própria infância foi racionalizada também e, face isso, criou-se certa unidimensão com a idade adulta. A impossibilidade de identificar crianças e adultos é quase desfeita pelo sistema capitalista ao preparar não a criança para ser adulto e, sim, uma única forma social para ambos, que faz com que, muitas vezes, as poucas diferenças que restaram entre eles se invertam e, com isso, haja crianças realizando atividades entendidas e socialmente caracterizadas como adultas e, também, o contrário.³ A individualidade é socialmente tolhida desde a mais tenra idade, trata-se de uma fórmula de socialização preparada pelo modo de produção e anteposta ao ser humano. Pois se a produção artesanal de um brinquedo ou de uma brincadeira simples por uma criança exige, obrigando a criança a desenvolver, um esquema original, investigativo, especulativo e criativo; requer também: imaginação, pensamento, sensibilidade, planejamento, concatenação das ideias, socialização calma e concentração. Além disso, talvez o mesmo brinquedo ou brincadeira seja realizado e usufruído de maneiras diferentes por crianças diferentes sem deixar de ser o mesmo brinquedo ou brincadeira. Na atual sociedade, tanto o brinquedo quanto a brincadeira já chegam às crianças “brincados”, portando, em si, um verdadeiro esquema limitado de seu uso e que define para a criança brinquedo ou brincadeira. Tal esquema determina a percepção da criança de acordo com suas categorias erigidas pelo capital. Essa

³ Podemos citar as atuais revistas que portam desenhos para colorir como processo terapêutico a adultos. Todavia, há muito, tais revistas são reconhecidos produtos infantis que continuam ainda hoje também sendo direcionados a crianças, mesmo que contenham desenhos diferentes e sejam até defensáveis os argumentos pedagógicos a favor delas.

determinação nos remete a duas possibilidades. A primeira é a daquilo que a indústria classifica como direcionado unicamente a crianças. A segunda é aquela operada pela indústria para atingir tanto adultos quanto crianças. Desse modo, muitas crianças passam a assemelhar-se a seres humanos biologicamente adultos porque estão submetidas à mesma lógica de produção e consumo. O esquematismo da produção já fornece às crianças o entendimento pronto tanto de brincadeiras quanto de brinquedos. Ele não permite a elas percepções, coadunando-se a entendimentos, sintetizando essas categorias (brinquedo e brincadeiras) de forma peculiar, ou podemos dizer individual, demonstrando a existência ou o incipiente desenvolvimento de um sujeito por detrás. No brinquedo que brinca pela criança não existem as condições para a subjetividade, para a criação de um “proto” sujeito. O próprio brinquedo não permite à criança fazer novamente o mesmo para que possa ser feito de outra maneira, crescendo, ultrapassando. O processo deve ser sempre o mesmo, tal qual a operação de uma máquina ou o preencher de um formulário pelo trabalhador. A disposição lógica racional e padronizada que condiciona o usuário desde criança ao uso do controle remoto, do teclado do computador ou os próprios botões do brinquedo eletrônico, e que a obrigam a realizar sempre o mesmo movimento, capacita a criança a, posteriormente, tornar-se produtiva, reclamando esquemas previamente estabelecidos. A brincadeira vem dentro e antecipada no brinquedo, não permitindo, e muito menos exigindo, à criança algum raciocínio ou imaginação.

Contudo, para a maior quantidade das crianças hoje, a concepção de brincadeira é, praticamente, ir às compras; e de brinquedo, mercadorias, também consumidas por adolescentes e adultos. Todas anseiam por tais mercadorias. Na outra categoria, a de brinquedos industrializados, seus produtos dispensam aquela necessária dinâmica social desenvolvedora da criança, que a obriga a iniciar uma individual coerência entre sua percepção e seu entendimento, como o brinquedo artesanal demanda. Geralmente, quanto maior for a sofisticação daquele tipo de brinquedo e de sua produção, menor será a margem de alteração em seu uso pela criança, o que implica numa diminuição da capacidade imaginativa dela. “Sabemos que a repetição é para a criança a essência da brincadeira, que nada lhe dá tanto prazer como ‘brincar outra vez’.” (Benjamin, 1994, p. 252) “Brincar outra vez”, como diz esse autor, se tornou uma tarefa imprópria. A criança pode até brincar novamente, não por muitas vezes, porque logo deve, e vai, querer um novo brinquedo. A lógica de produção e consumo a que estamos submetidos,

esquematiza e determina não só a percepção e o entendimento, como também o comportamento das crianças para rapidamente se enfastiarem com seus brinquedos, em razão da própria limitação deles, e imediatamente desejarem outro que será logo deixado de lado. Enquanto um brinquedo, ou uma brincadeira, rústico e concebido pela própria criança, ou um grupo delas, pode ser quase infinitamente usufruído – produzindo e reproduzindo esquemas mentais de percepção, entendimento e imaginação –, dado sua não funcionalidade, a especificidade funcional do brinquedo industrial o limita, na maioria das vezes, a uma única função: acender e piscar luzes, andar em linha reta, produzir um determinado som ou grupo de frases, ir e voltar ou dar voltas no mesmo lugar. “Já passou o tempo das bonecas ‘realistas’, em que os adultos invocavam supostas necessidades da criança para satisfazer suas próprias necessidades pueris”, diz Benjamin (1994, p. 249 - 250). Parece que também já não é mais o tempo dos adultos e, sim, das empresas.

A redução do humano a um meio ulteriormente voltado para a reprodução do capital, por meio da reprodução de sua própria vida, é produto de uma “cultura de autopreservação” (Horkheimer, 2003, p. 99) que se mantém viva no capital, regressão à fase da história humana caracterizada pela luta desmedida em busca da sobrevivência imediata. Sendo momentos históricos distintos, a necessidade do sacrifício e a negação dele, juntamente com o aumento da possibilidade de liberdade e autonomia, alcançadas e ao mesmo tempo perdidas, reduzem sua distinção. A obtenção do mais completo conforto não é permitida a todos; sendo assim, todo o sacrifício de abdicar de sua capacidade de produzir juízos em troca das mais completas comodidades da vida moderna, mesmo que absolutamente necessárias – muitas vezes compradas e quase nunca usadas devido ao tempo de vida que seu proprietário deve dedicar ao trabalho para conseguir manter tais comodidades –, é questionável. A aparente inquestionável afirmação da melhor vida dentro do pior apartamento higiênico que dentro da melhor caverna é posta em questão (para não dizer abaixo), por exemplo, pelo filósofo e antropólogo norte americano John Zerzan. Com base em suas pesquisas para considerar e analisar a relação social estabelecida entre os primeiros humanos, esse pesquisador argumenta:

Explicou-se exaustivamente a renúncia e a submissão que caracterizam a vida moderna pela "natureza humana". Assim mesmo, o limite de nossa existência pré-civilizada, feita de privações, de brutalidade e de ignorância acaba por fazer aparecer a autoridade como um benefício que nos salva da selvageria. Ainda se invoca ao "homem das cavernas" e "Neanderthal" para nos lembrar onde estaríamos sem a religião, o Estado e os trabalhos forçados. Porém, esta visão ideológica de nosso passado foi radicalmente modificada no curso das últimas décadas graças ao trabalho de universitários como Richard Lee e Marshall Sahlins. Têm-se assistido a uma mudança quase completa na ortodoxia antropológica de importantes consequências. Admite-se a partir de agora que antes da domesticação, antes da invenção da agricultura, a existência humana passava essencialmente no ócio, que descansava na intimidade com a natureza, sobre uma sabedoria sensual, fonte de igualdade entre sexos e de boa saúde corporal. Isso foi nossa natureza humana, por durante aproximadamente dois milhões de anos, antes de nossa submissão aos sacerdotes, reis e patrões. (Zerzan, 1999, p. 04 – 05)

São as “necessidades falsas” (Marcuse, 1967, p.26) que mantêm o suplício. O nível de produção alcançado em parte por este próprio esquematismo da produção propicia as condições para ser ultrapassado e fornecer a autonomia necessária ao humano para realizar a sua própria percepção e entendimento do mundo. Em vez disso, o esquematismo é utilizado como forma produtiva daquelas necessidades e do enrijecimento da relação social capitalista. Tais necessidades são definidas da seguinte maneira por Marcuse (1967, p. 26): “‘Falsas’ são aquelas superimpostas ao indivíduo por interesses sociais particulares ao reprimi-lo: as necessidades que perpetuam a labuta, a agressividade, a miséria e a injustiça”. Ora, esses “interesses sociais particulares” que “superimpõe” necessidades ao indivíduo, nada mais são do que o capital em seu movimento de expansão a impor seu esquema produtivo a cada indivíduo com o objetivo de reduzir os custos de produção e transformar a empresa em cada vez mais competitiva – raciocínio que, se levado com rigor extremo, intenciona levar até o paroxismo em que a empresa seja a única atuando no mercado.

A razão subjetiva é uma razão “menos complexa”, digamos assim. Na atualidade, manter racionalizado cada ser humano, não importando a sua idade, como uma forma sem substância, é um dos efeitos da estratégia dos produtores de filmes em Hollywood ou em qualquer outro lugar. Voltados aos seus próprios interesses econômicos, ao fazerem películas com uma complexidade no máximo “para dar conta do nível intelectual de uma criança de onze anos.” (Adorno, 1986a, p. 98) Na continuação dessa mesma reflexão, podemos dizer que Horkheimer (2003, p. 129) praticamente complementa esse raciocínio de Adorno, afirmando: “Os animais, e de certo modo até mesmo as crianças não raciocinam” (Horkheimer, 2003, p. 129) Infantilidade e individualidade, subjetividade e individualismo estão, então, não apenas externamente contrapostos, como pares de opostos, mas internamente ligados. Se observarmos as crianças, perceberemos que até certa idade elas são, até certo ponto, individualistas – porque não possuem individualidade – e, mesmo em grupos, se socializam muito pouco, conforme Horkheimer (2003, 129) expõe: “As crianças são cruéis nas reações miméticas, porque não compreendem verdadeiramente a condição de natureza. Quase como os animais, tratam-se com frequência de maneira fria e indiferente, e sabemos que mesmo os animais gregários permanecem isolados quando estão juntos.” Olhando ao redor, percebemos que essa análise de Horkheimer deixa subentendida sua aplicação também aos adultos contemporâneos. Não só as crianças, como também os adultos, na atualidade, parecem-se muito com animais que, mesmo em bandos, permanecem, na maior parte do tempo, visivelmente indiferentes uns aos outros, individuados, chamando a atenção entre si apenas quando percebem a posse de um objeto (que pode ser até outro ser humano) ou alimento pelo outro. “Obviamente, o isolamento individual é muito mais marcado entre os animais não gregários e em grupos de animais de diferentes espécies.” (Horkheimer, 2003, p. 129) O extremo isolamento social oriundo do trabalho produtivo concorrencial em que vivemos hoje, e o convívio nas regiões metropolitanas, faz com que essa “marca” apontada por Horkheimer, seja suspensa. E se Benjamin (1989, p. 124), acertadamente, afirmou: “o conforto isola. Por outro lado ele aproxima da mecanização os seus usuários”, mostrou que é esta última que causa o desconforto do isolamento e que, a um só tempo, o próprio conforto. Porém, para uma análise histórica e socialmente correta, há de se considerar, como causas desse isolamento, a forma produtiva que se coloca sobre a mecanização e gera o esquema mecânico de produção social no capitalismo. Pois “todos têm de mostrar que

se identificam integralmente com o poder de quem não cessam de receber pancadas.” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 127)

Desse modo, aos humanos é dada a possibilidade de suprassumir esse estado de tanta semelhança aos animais desde que haja condições econômicas, sociais e culturais para isso. Essa supressão é dependente da relação de correspondência mútua entre essas condições e a possibilidade natural do organismo humano. Daí, podemos deduzir a individualidade como um estado humano para além do infantil porque “está mais claramente definida nos adultos do que nas crianças, que devem aprender a dizer eu” (Horkheimer, 2003, p. 131) para que posteriormente possam dizer “nós”. Então, o esquematismo impeditivo do desenvolvimento individual, impede igualmente a socialização. Esta, para se realizar, deve fornecer condições ao indivíduo para que ele tenha capacidade de livremente refletir sobre a realidade e suas ações, com base em critérios racionais que nos façam perceber nosso impulso ao outro sem a necessidade de nos submetermos a ele, uma dependência crítica, ou dependência independente. Isso significa a consciência da dependência, a consciência da necessidade do outro e do impulso em direção a ele, sem a necessidade de submissão. Desse modo se constitui uma relação humana objetiva e igualitária o bastante para que não haja nem sujeito nem objeto; todavia, ao mesmo tempo, exista um sujeito objetivamente constituído enquanto ser detentor de diferenças produzidas durante a constituição de cada individualidade. “Os indivíduos podem se desenvolver apenas quando se lhes pode confiar um pouco mais do que eles podem, no momento, fazer bem.” (W. E Hocking, 1937, p. 5 In: Marcuse, 1999, p. 91) Marcuse (1999, p. 91) completa essa frase dizendo: “atualmente se confia ao indivíduo exatamente aquilo que ele pode, no momento, fazer bem.” O problema a que esse autor não se refere é que “aquilo que ele pode no momento fazer bem”, é obra não do indivíduo, mas da produção social em um determinado nível técnico – capaz de produzir esquemas de produção mais eficientes – em relação com a demanda pelo que está sendo produzido. Esses cálculos é que vão dirigir a mão obra de cada indivíduo para as funções existentes naquele momento. As habilidades e capacidades intelectuais ou motoras, capazes de demonstrar o que ele pode fazer bem, são estimuladas no indivíduo, que antes mesmo de detê-las, corresponde a elas, conforme as necessidades do capital para satisfazer as suas necessidades individuais que, mesmo pertencendo ao indivíduo, são premeditadas exatamente pelo capital.

A constituição da subjetividade do indivíduo depende das condições de possibilidade da existência tanto dessa confiança a que se referiu Hocking, quanto da consciência da dependência social. A organização social capaz de proporcionar ao indivíduo atividades que façam com que ele ultrapasse suas capacidades em determinada fase de seu desenvolvimento, exige uma racionalidade diferente daquela que fornece base à ordem social produtiva do esquematismo da indústria. Tal exigência ocorre porque, sob o capitalismo, objetos e categorias são produzidos e entregues ao sujeito “embalados a vácuo” e pleiteando sua participação passiva. O pseudo sujeito, sem a mesma capacidade de calcular e esquematizar que a indústria, ativamente torna-se passivo, destituindo-se, caso tenha desenvolvido, de quaisquer capacidades que ele não necessite. Estas são aquelas não requisitadas a ele em seu emprego ou no rápido e desatento consumo de suas mercadorias; restando a ele apenas a capacidade de aceitação, de calcular e de raciocinar conforme a racionalidade de produção. É na fraqueza do indivíduo que se reconhece a força da sociedade que “empresta” ao primeiro um pouco dessa força – com alto preço por tal empréstimo. Estes são elementos propícios à pseudoformação, existentes e demandados já na produção. Seja na indústria, na nação, ou no sindicato, ninguém pode ficar de fora, senão, não passará de um pária. A sociedade produz indivíduos desamparados não para poder ampará-los incondicionalmente, e, sim, para colocar como primeira condição de amparo o abandono da condição de indivíduo.

Se em um primeiro momento da formação da subjetividade, faz-se necessário ser igual, tornar-se racional é fazer-se diferente, caracterizando o desenvolvimento. Mas a razão subjetiva bloqueia o próprio tornar-se racional. O esquematismo da produção se revela como um criterioso selecionador. Aceitar suas prescrições, anular-se e tornar-se um pseudo sujeito é mostrar, imitando seus modelos e realizando seus preceitos, a virilidade masculina, socialmente aprendida nos locais de trabalho, com os astros da indústria cultural e as exigências cotidianas impingidas a cada um de nós para nos autoconservar em meio a um sistema concorrencial: imita-se ou submete-se ao soco na mesa dado pelo patrão, ou a gritaria dos especuladores na bolsa de valores tentando intimidar seus oponentes, fazendo-os vender barato ou comprar caro aquilo que possui preço algum. O “machão” aprende a sê-lo não mais imitando o pai, ou se revoltando contra ele, e, sim, imitando o ator de cinema ou de televisão que sem hesitar agride o companheiro ou o inimigo, e dá “a boa palmada que a namorada recebe da mão forte do

astro”, como dizem Adorno e Horkheimer (2006, p. 103). Essas atitudes, hoje, não são mais questão de gênero, de modo a não atingir apenas homens. Desde que o capital seja realizado, qualquer um pode se enquadrar ao esquematismo da produção, e o formato social dado pode ser revestido tanto em homens quanto em mulheres. Desse modo, o comportamento definido como autenticamente viril não precisa ser exercido necessariamente por um homem. Atualmente, o chefe é, muitas vezes, uma mulher ou pessoa de outro gênero que não o masculino. Como também o soco pode ser dado pela atriz que assume a condução da relação, ou pela lutadora de “vale tudo” que é temida por vários homens no ringue de lutas profissionais ou fora dele. O esquematismo da indústria se mantém por detrás daquilo que aparente e insistentemente é veiculado como “emancipação feminina”. O capitalismo é favorável a todo tipo de emancipação, desde que o capital se reproduza com isso, e que tal emancipação não seja a do ser humano se autonomizando em relação ao próprio capital. A justa reivindicação de igualdade entre os sexos sempre servirá a desigualdade se estiver em desajuste com a total mudança social. Somente é possível haver emancipação em uma sociedade desenvolvida, porém, emancipada do capital, pois este, para existir, necessita subsumir tudo a ele mesmo, de modo que todo objeto ainda será obrigado a submeter-se à epistemologia do capital para poder existir.

A razão é utilizada para “esquadrinhar” a natureza com fins de dominá-la por meio da mensuração. O humano acaba por não planejar, mas ser planejado pela racionalidade industrial mediada pelo lucro. Todos desenvolvem reações conforme suas demandas específicas. A repetição destas últimas parece dispor o indivíduo a sempre agir conforme os esquemas pré determinados. É possível fazer uma analogia com a “mania”, descrita por Freud (2006, p. 86) como uma “substância na química interna dos corpos (...) uma condição semelhante à intoxicação surge sem a administração de qualquer droga intoxicante”. A ação original e diferente da reação esquematizada se torna quase impossível e, provavelmente, destituída do prazer reificado erigido no lugar do prazer verdadeiro. Chegar ao final e desfrutar da sensação não acaba sendo o objetivo; este é substituído pela constante “leitura do cardápio” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 115) sem nunca comer, a reiteração do mesmo. O indivíduo no trabalho passa por um grande desgaste de suas energias – até mesmo para reprimir sua intenção de executar suas atividades de forma diferente ao esquema pré determinado pela produção e para suportar as atividades repetitivas – não desejando, após todo esse esforço,

nenhum outro gasto de energias, físico ou mental, e, sim, uma compensação: o mundo completamente pronto, com seu uso disponível a um toque; porém, organizado nos mesmos padrões que ele busca se livrar, e não apenas simplificado. O diferente é condenado ao ostracismo, ao campo de concentração, ao hospital psiquiátrico: “Entiendo el lenguaje del éter, jamas el lenguaje dos hombres”, escribía Hölderlin; ciento e cincuenta años más tarde se reirían de um mozo que pensase de tal modo, o se le entregaría, a causa de su autismo, en manos de un benévolo cuidado psiquiátrico” (Adorno, 1964, p. 156) O impedimento social ao indivíduo, em relação à sua própria formação e que somente pode ocorrer em sociedade, deixa aberto e vazio aquele que deveria ser o espaço de cada um e privado aos outros. A voz de comando bradando desde os portões da fábrica, e internalizada (ou introjetada) pelo trabalhador, são as normas e regras de produção.

Mas talvez o termo “introjeção” não mais descreva o modo pelo qual o próprio indivíduo reproduz e perpetua os controles externos exercidos pela sociedade. Introjeção sugere uma variedade de processos relativamente espontâneos pelos quais um Eu (Ego) transfere o “exterior” para o “interior”. Assim, introjeção subentende a existência de uma dimensão interior, distinta e até antagônica das exigências externas – uma consciência individual e um inconsciente individual *separados* da opinião e do comportamento públicos. (Marcuse, 1967, p. 30)

Se o ego, mesmo como uma “noção impregnada de associações vagas” (Horkheimer, 2003, p. 109), se refere a comando, organização, direção, controle e dominação de si mesmo e dos outros, representado, por exemplo, no “braço estendido do governante, dirigindo os seus homens na marcha ou condenando o réu à execução”, ou “nem se pode atribuir o ego ou o eu aos escravos da antiguidade, à massa amorfa na base da pirâmide social” (Horkheimer, 2003, p. 109) Aquele que está mais próximo de seu estado de “pura natureza” não pode possuir ego. A saída da dependência de outrem e da ignorância mitológica caracteriza o desenvolvimento do ego na filogênese e na ontogênese. O ser humano esclarecido, capaz de realizar por si mesmo o esquematismo,

seria aquele que desenvolveu um eu: “O indivíduo outrora concebia a razão como um instrumento do eu, exclusivamente.” (Horkheimer, 2003, p. 131) Com o esquematismo da produção industrial, percebemos, então, que a sociedade caminhou para um enfraquecimento do ego em cada indivíduo: “A atrofia do ego, sua resistência reduzida aos outros, manifesta-se na maneira com que permanentemente fica disponível para soluções que lhe são impostas de fora.” (Marcuse, 1998, p. 97) Essa “atrofia” acontece porque – diferentemente daquela situação pensada por Freud (1976, p. 62), em que o ego se liberta de sua fixação no objeto e, com isso, se fortalece e desenvolve, impondo-se ao id – as mudanças que ocorrem nas relações entre os homens em um cenário de capitalismo monopolista não só depõe o pai, colocando outros em seu lugar, como também, com o desenvolvimento tecnológico e burocrático associado à produção de novas técnicas, fornecem à indústria como um todo, o que inclui a indústria cultural, instrumentos para não permitir ao sujeito se desvencilhar de sua autoridade e influência, de modo que ele acaba por ser sujeitado por meio das técnicas dessa indústria. A autoridade passa a ser exercida pelos conglomerados empresariais que determinam a racionalidade a ser internalizada pelo trabalhador até se tornar indistinta dele mesmo.

A antena em cada casa, o rádio em cada praia, a vitrola em cada bar e restaurante são todos gritos de desespero para não ficarmos sós, separados dos grandes, condenados ao vazio, ao ódio ou aos sonhos do próprio eu (*Selbst*). E esses gritos arrastam os vizinhos, e mesmo os que ainda têm ou desejariam ter seu próprio ego estão condenados – um imenso auditório cativo cuja grande maioria se alegra com o encantador de ratos. (Marcuse, 1998, p. 97)

Freud (2006, p. 129), pensando na constituição psíquica do sujeito, diz: “Uma grande mudança só se realiza quando a autoridade é internalizada através do estabelecimento de um superego. Os fenômenos da consciência atingem então um estágio mais elevado.” Como nada é criado do nada, o sujeito deve internalizar a autoridade, não para segui-la cegamente, e, sim, para poder balizar a sua própria e não precisar agir com “má consciência” (Freud, 2006, p. 128), como uma criança pelo resto de sua vida com medo de ser repreendida pelo pai. A figura da autoridade é tão

imprescindível, em momentos iniciais da formação, quanto sua ultrapassagem por meio da síntese entre o aprendido com tal autoridade e a crítica desse aprendizado gerando a capacidade de pensar e agir de forma autônoma. Despojar o indivíduo de sua capacidade de ativamente entender o mundo e impor a ele, no lugar dessa capacidade e por intermédio da desproporção de poder, o entendimento da autoridade econômica e social, é o abuso de autoridade cometido desde o ancestral Xamã, passando pelo Senhor de escravos e ampliando-se na era industrial por meio do esquematismo da produção industrial de mercadorias e da indústria cultural. Se o falso é um momento do verdadeiro, tentar eternizar o falso é o resultado da dinâmica interna do esquematismo da produção imposto, a fim de ganho e lucro, como eterna autoridade a julgar, superficialmente e conforme os interesses do capital, o mundo para o indivíduo, como se este último não tivesse condições de fazê-lo de maneira aprofundada e por si mesmo. A imanência do objeto, livre em seu desenvolvimento ou, podemos dizer, mediante condições apropriadas, está intrinsecamente ligado a sua transcendência, produz o verdade que o objeto porta e que se torna falsa para se tornar novamente verdadeira, assim sucessivamente. A *hipostasia* do estado falso é um produto da razão também *hipostasiada* neste mesmo estado⁴, porque sendo a razão produto da natureza deveria “encorpar-se” mantendo-se racional para salvar-se por inteiro, ao invés de, em um ato impossível, tentar perpetuar, neste mundo, o espírito descarnado, “girar em falso” e constituir-se unicamente como movimento lógico racional, sentenciando à morte a si mesma. O logro impingido pela razão erigida dessa forma a cada humano consiste em, por meio das condições concretas de produção da vida, o esquematismo dessa produção bloquear aquela imanência transcendente e fazer o homem ser, de antemão e concretamente, somente aquilo que imediatamente a racionalidade da produção permite que ele seja.

Analisando a música popular, Adorno e Simpson (1986a, p. 144) lembram que “no verso de um exemplar de certo *hit*, aparece o apelo: ‘Siga o seu líder, Artie Shaw.’” Necessitar sempre de um líder é reconhecer a deficiência em seu próprio desenvolvimento; é reconhecer a incapacidade subjetiva de pensar e agir por si mesmo, porque tanto o “progresso cultural” quanto a “educação individual” não ocorreram. Graças ao processo de criação da “Consciência Feliz” (Marcuse, 1967, p. 88), na sociedade de massas, a não formação do ego não incorre no assassinato do pai pelos

⁴ Reificada disse Marcuse

filhos para tomarem o seu lugar. Tal “consciência” se forma por meio da satisfação individual de algumas necessidades materiais e socialmente construídas para a maioria, e também pela invasão do âmbito familiar e individual pela sociedade e sua imediata socialização. As satisfações são dirigidas pelos interesses econômicos por meio da utilização das potenciais necessidades dos humanos. Nenhuma diferença entre indivíduo e sociedade pode se fazer presente; a derrocada dessa diferença é fonte de lucro presumido, consta no projeto de cada produto construído até com o objetivo de atingir populações de várias partes do mundo. Sendo assim, o conceito de multiculturalismo encontra dificuldades para se estabelecer como verdade, sendo esvaecido por uma análise rigorosa. Se a sublimação “preserva a consciência das renúncias que a sociedade repressiva inflige ao indivíduo” (Marcuse, 1967, p. 85), gerando uma dimensão distintiva entre indivíduo e sociedade, a satisfação dirigida econômica e socialmente enfraquece aquela consciência, a que se refere Marcuse, e essa dimensão.

Reconhecendo que a maioria de nossos desejos, vontades e prazeres são conhecidos e satisfeitos por nós na própria sociedade, o ego é aquela instância organizadora e conciliadora da síntese possível entre o que a nós é oferecido e aquilo que nos é lícito desfrutar. Na sociedade em que a razão foi racionalizada e transformada em meio técnico instrumental mediado pela, e com fins de, produção de capital, é quase como se o desejo e o prazer possíveis de serem sentidos pelos humanos viessem “embalados” e prontos para serem sorvidos, antes mesmo da consciência deles, não permitindo a consciência da insatisfação. Desse modo, a crítica e a resistência, juntamente com a consciência moral do indivíduo, são colocadas em suspenso, recalçadas. Em uma ação insidiosa, a dinâmica da produção e expansão do capital, socialmente organizada, age internamente a essa sociedade, de modo a alcançar o indivíduo, se instalar tacitamente nele e tentar controlar seu sentimento de insatisfação, obtendo lucro com ele. Os sentidos racionalizados pelo esquema de produção, seja ele na fábrica, escritório ou na indústria cultural, parecem encontrar o prazer na correspondência da racionalidade dessas instâncias. Se o trabalho já foi pensado e defendido como atividade capaz de desenvolver a individualidade, na sociedade industrial, o trabalho abstrato e racionalizado, comandado por esquemas formulados em seus mínimos detalhes para render fortunas em poucos segundos, se transformou no coveiro do indivíduo ou no machado que “poda” o ego. Mais do que conduzir o prazer do indivíduo, desublimando-o e mantendo a repressão, por meio do esquematismo da

produção a desublimação se antecipa à percepção dessa repressão, por meio da identificação *a priori* daquilo que o indivíduo deseja e o que a sociedade lhe oferece, subsumindo o primeiro ao segundo e evitando aquela percepção consciente, restando ao inconsciente a frustração; contudo, fazendo com que o indivíduo desconheça qualquer tipo de renúncia total⁵, sendo esse o logro a que submete seus cidadãos a sociedade burguesa de produção industrial, e não somente a indústria cultural, como dizem, corretamente, Adorno e Horkheimer (2006, p. 115): “A indústria cultural não cessa de lograr seus consumidores quanto àquilo que está continuamente a lhes prometer. A promissória sobre o prazer (...) é prorrogada indefinidamente, maldosamente”. Todavia, por mais que se tente evitar, algum desconforto sempre será sentido pelo ser humano em sua atuação no sistema capitalista, não apenas por ele não conseguir ter todas as mercadorias que deseja, mas, também, por viver em um ambiente que tenta limitar o conteúdo do objeto (incluindo o próprio humano) ao conceito, racionalizando o irracionalizável. Enquanto essa for a prática econômica e social, sempre haverá uma “sobra” que deverá ser reprimida.

Desse modo, esse caminho para desviar-se do sofrimento e alcançar o prazer gera sempre mais sofrimento; seu entrelaçamento acaba constituindo um esquema que se torna fonte de lucro às empresas capitalistas, além de mostrar ao indivíduo que para ser feliz basta renunciar à felicidade individual e aceitar como sua aquilo que a sociedade lhe impingiu e foi aceito antes mesmo de ser experimentado: “Todos podem ser como a sociedade todo poderosa, todos podem se tornar felizes, desde que se entreguem de corpo e alma, desde que renunciem à pretensão de felicidade.” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 127) Mesmo com a degenerescência do corpo humano ainda presente e não resolvida pela ciência, indicando a não completa dominação da natureza, e o sofrimento na relação com os outros – não obstante, igualmente fontes de prazer –, atualmente, é nas mercadorias que os homens encontram sua fonte principal de prazer e felicidade, pois ao contrário do que diz Freud (2006, p. 85), não “moderam suas reivindicações de felicidade”, exigem-na cada vez com mais afínco – dentro dos limites previamente estabelecidos pela produção industrial capitalista para cada faixa de renda – exatamente porque seu sofrimento aumenta na mesma medida. É uma felicidade reificada porque, na sociedade industrial, a maior parte do prazer e do sofrimento possui

⁵ As renúncias sempre lhe parecem parciais e suportáveis, não obstante, fazendo parte da vida, como algo natural e inelutável: “Assim é a vida, tão dura, mas por isso mesmo tão maravilhosa, tão sadia” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 125)

a mesma origem: o trabalho abstrato, explorado e esquematizado não por aquele que o executa. Isso tudo faz com que o prazer nunca seja atingido para além da parcialidade, nem no trabalho – que, tal qual a arte, poderia constituir-se como um elemento da sublimação –, nem nos momentos fora dele, porque estes foram esquematizados da mesma maneira que no trabalho. A sociedade total faz do indivíduo um mínimo, praticamente inexistente como individualidade ou sujeito. Contra o sofrimento, os seres humanos da sociedade capitalista industrial muito menos vivem na quietude afastando-se do mundo externo e criando um mundo interno para si. Pelo contrário, como já mencionamos, no capitalismo, os homens vivem uma relação alienada, porém recíproca, com o mundo externo (o existente), rendidos e rendendo-se a ele quase que totalmente. A “moeda” de troca é não só seu tempo diário de vida, dedicado à prática da racionalidade capitalista, como também a ausência de tempo e liberdade para desenvolver-se face uma constituição social repressiva: as renúncias não sentidas por meio da usurpação da própria sensibilidade das pessoas racionalizadas no trabalho, na rua ou na vida cotidiana. Se tal racionalidade é importante para organizar e auxiliar a vida, dadas as condições em que ora vivemos, ela somente se mantém devido ao seu auxílio lógico na produção de lucro às empresas. Voltando-se para o ser humano, colocando-o como centro de sua existência, a produção industrial poderia acabar com o sofrimento físico, libertando-o do fardo do próprio trabalho alienado, em vez disso, compensa tal sofrimento de modo a, aparentemente, fazê-lo valer a pena. E se, exatamente como disse Freud (2006, p. 84), “somos feitos de modo a só podermos derivar prazer intenso de um contraste, e muito pouco de um determinado estado de coisas”, o capitalismo, ao exacerbar o desgaste do ser humano no trabalho, consegue fazer um grande contraste com o mínimo tempo conquistado pelo trabalhador para se ausentar de suas funções e se dirigir ao descanso ou ao entretenimento. Contudo, cria, a um só tempo, o vício no trabalho, calculadamente dispensando, nos viciados, a necessidade de muito descanso ou algum entretenimento. Com o aumento da produção gerando mais vagas de trabalho e queda nos preços, intensifica-se a integração do ser humano à produção e ao consumo das mercadorias, juntamente com a ampliação do acesso à racionalidade técnica. O que, se por um lado, podemos imaginar que retira da barbárie aqueles que estavam na miséria e submetidos ao trabalho bestial do campo, por outro, coloca esses mesmos seres humanos sob o embrutecimento de repetir durante horas a fio o mesmo movimento por um salário miserável e sem a mínima ideia daquilo que fazem, nunca podendo alterar absolutamente coisa alguma que já não tenha sido

prevista pelo esquema racional de produção. A violência dessa relação vai além da exploração econômica e atinge a psique do indivíduo quando o obriga a se mutilar dessa forma. Tal integração faz com que a busca por compensação tenda a aumentar juntamente com o aparente contraste ao mundo do trabalho. O descanso dos trabalhadores produz, paradoxalmente, a intensificação do próprio trabalho, quando nele só há o consumo de mercadorias que, fatalmente, recordam aquela intensificação, não permitindo qualquer vislumbre de desaprovação que já não tenha sido cuidadosamente considerada e aprovada. O esquema racional parece se fechar sobre o indivíduo sem contentá-lo completamente, mas usando o descontentamento como abertura para um ciclo interminável de esperança. Esse descontentamento, ou as energias provenientes dele, acaba sendo desviado para a própria reprodução do sistema coercitivo que o causa.

A rigor, se na sociedade burguesa clássica, ou naquelas em que a organização familiar é análoga ao funcionamento de uma comunidade de produção (e o pai representa o chefe dessa comunidade), ele também pode não permitir a formação desses egos devido ao seu excesso de autoridade, estabelecendo uma relação tirânica. Essa relação pode levar a gerações de conformados trabalhadores. Como a completa falta de autoridade e subserviência dos pais aos filhos pode produzir crianças habituadas ao domínio daqueles que estão a sua volta, e possivelmente cruéis, comportamento talvez reproduzido na idade adulta, o excesso de autoridade dos pais pode resultar em um autoritarismo capaz de formar subjetividades despóticas, reprodutoras desse autoritarismo; ou, então, tal excesso pode formar sujeitos sujeitados, acostumados a aceitar e a se conformar a serem dominados, comandados, enfim, personalidades autoritárias. O estado de fascínio ao qual o ser humano sucumbe ao fazer parte de um grupo, descrito por Le Bon (1920, p. 34, apud Freud 2011, p. 22), só pode ocorrer, como ele mesmo reconhece, pela falta de personalidade daquele:

Sabemos hoje que o indivíduo pode ser posto num estado tal, que tendo perdido sua personalidade consciente, ele obedece a todas as sugestões do operador que a fez perde-la (...) observações atentas parecem provar que o indivíduo, mergulhado há algum tempo no seio de uma massa ativa, logo cai – em consequência de eflúvios que dela emanam, ou por outra causa ainda ignorada – num estado particular, aproximando-se muito do estado de fascinação do hipnotizado nas mãos do hipnotizador

O desenvolvimento da personalidade está em sentido contrário ao crescimento de uma organização social completamente socializada sob os termos da razão puramente formal, subjetiva e entrelaçada aos interesses de produção massiva de objetos idênticos para, acima de tudo, produzir e reproduzir capital: uma sociedade de massas. Se a energia utilizada para o desenvolvimento da personalidade está sendo redirecionada e utilizada para a própria produção em – e da – massa, reprimindo a personalidade que não encontra formas de se expressar e efetivar no mundo, então, estamos em um círculo vicioso difícil de ser quebrado. Em uma sociedade que se alimenta da repressão do indivíduo, da supressão deste por meio de sua autoconservação, não permitindo a autonomia e gerando sempre a dependência desesperada de outrem, “a posição do indivíduo torna-se (...) precária.” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 124) Sua posição é assustadora: “O lugar de quem não é objeto da assistência externa de ninguém é o campo de concentração, ou pelo menos o inferno do trabalho mais humilde e dos *slums*” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 124). A impossibilidade de constituição do ego é, desse modo, material; faz parte da organização da produção social dessa materialidade essencial à vida. Como “o ego pode ser chamado de razão” (Freud, 1976, p. 39), em uma organização social pautada por esta última como a defesa do interesse do capital, as pessoas têm e não têm ego. Este, em cada indivíduo, é sujeitado pelo “sujeito transcendental”, representado pelo capital: “Se a estrutura dominante da sociedade reside na forma da troca, então a racionalidade desta constitui os homens: o que estes são para si mesmos, o que pretendem ser, é secundário. Eles são deformados de antemão por aquele mecanismo que é transfigurado filosoficamente em transcendental.” (Adorno, 2004, p. 02) Em suma, o ego é debilitado em seu desenvolvimento autônomo pela coerção econômica e social do capital, mais precisamente, ele é racionalizado e, com isso, cooptado, neutralizado em sua capacidade de ser razão, no sentido de ser individual, aceitar e contrariar o existente para buscar a verdade.

A constituição de personalidades autoritárias parece ser bastante incentivada por um processo social de produção cuja exigência de submissão a ele constitui a regra para sobrevivência do pseudoindivíduo. Na origem dessa submissão está o processo de constituição da mercadoria que, segundo Marx (1989, p. 51), é dado pelo trabalho abstrato – abstraído de seu caráter útil – socialmente necessário para a produção de cada

uma delas. Este é o trabalho considerado como gasto de energia humana num determinado tempo para fabricar determinado produto: “Pondo-se de lado o desígnio da atividade produtiva e, em consequência, o caráter útil do trabalho, resta-lhe apenas ser um dispêndio de força humana de trabalho. (...) O valor da mercadoria, porém, representa trabalho humano simplesmente, dispêndio de trabalho humano em geral.” (Marx, 1989, p. 51) O tempo é sempre considerado como média social necessária para a produção dos objetos, serviços, venda no comércio e distribuição. Sem conteúdo ou verdade rígida, quando desconsiderado seu valor de uso, a utilidade da mercadoria é se alienar por qualquer outra, capazes de assumirem as mais variadas formas porque, para sobreviverem, necessitam possuir uma única, a saber: a forma mercadoria. A produção de mercadorias somente realiza as necessidades do consumidor, sejam elas do estômago ou da fantasia, como um “efeito colateral”, um meio para poderem cumprir seu verdadeiro destino; no modo de produção capitalista: “a satisfação das necessidades é muito mais um produto lateral, de acompanhamento, do que um fim do agir econômico capitalista – um produto de acompanhamento subordinado ao lucro.” (Marcuse, 1998, p. 126) A não satisfação total das necessidades de cada funcionário, ou consumidor, é a realização total do capital, e não o contrário. Qualquer tecnocrata – seja da instituição privada de ensino superior, seja da fábrica ou do escritório – sabe que seu emprego depende da rigorosa condução de seu local de trabalho naquela ordem de necessidades. Aceitando e assimilando esta lógica da relação produtiva e a frieza da racionalidade técnica, abstrai-se o humano e a humanidade daquele que deve comandar as empresas e seus setores: o tecnocrata. Um ser consciente da dependência de seu emprego e de seu sustento em relação à organização, coordenação e administração de maneira racionalmente técnica e rigorosamente calculada de todos os meios à sua disposição com fins de lucro não importando a destinação humana de cada um de seus atos. Ao funcionário, caracterizado como meio e unidade produtiva, não cabe esperar do tecnocrata uma inversão de valores e a condução da empresa, ou do setor ao qual ele é responsável, segundo as necessidades humanas, mas, sim, as do puro negócio que, como tal, deve ampliar seu capital. Por isso, o tecnocrata não é uma pessoa tão “comum”. As características dessa personalidade são definidas *a priori* – como um esquema ou um “desenho” contendo os seus traços – pela própria racionalidade capitalista dirigida ao lucro e por (e para) ela deve ser formado um trabalhador específico. A tecnologia de produção, esquematizando a produção de forma extremamente rigorosa por meio da racionalidade técnica, fornece as bases para um tipo bem específico de personalidade

autoritária, cuja representação maior está na figura do tecnocrata, este é o tipo “manipulativo”. Adorno (1965, p. 715) define esse tipo da seguinte maneira:

Este síndrome, en potencia el mas peligroso, se caracteriza por la estereotipia más extrema: las ideas rígidas dejan de ser medios para convertirse en fines; (...) Existe una falta casi completa de catexia de objeto y de vínculos afectivos. Así como el síndrome do “Maniático” tenía algo de paranoide, el “Manipulativo” lo tiene de esquizofrénico. Pero, en este caso, la escisión entre mundo interno y externo no conduce a la “introversión” común sino a lo contrario, pues crea una suerte de hiperrealismo compulsivo que trata a todo lo existente como objeto que está allí para que las pautas teórica y práctica del sujeto se apoderen de él, lo manejen, lo utilicen. Los aspectos técnicos de la vida y las cosas qua “instrumentos” están cargados de libido. Lo importante es “hacer algo”, con profunda indiferencia en cuanto al contenido de aquello que se hará.

O esquema pressuposto àquele que é alçado à tecnocracia define critérios como a frieza necessária para conduzir um negócio com finalidades lucrativas; pois, então, o próprio esquema já determina de antemão o caráter frio do tecnocrata. Se a frieza é um atributo humano, o seu cultivo e manifestação depende das condições em que se vive: aprende-se a ter empatia ou passar ao largo de qualquer ser em sofrimento, ou até impor esse sofrimento, tanto quanto, de acordo com as circunstâncias, pode-se abandonar todo esse aprendizado. O tecnocrata é escolhido entre aqueles incapacitados de compaixão graças a condições propícias, tais como a concorrência. Deve possuir uma quase total “imunidade”⁶ a laços afetivos ou qualquer sentimento humanitário e agir como um indivíduo aparentemente automatizado, revestido por uma máquina capaz de repetir os mesmos gestos e jargões administrativos e técnicos enquanto vigorarem as condições que os exigem. Assumindo e personificando características burocráticas e da racionalidade técnica, demonstra estrutura de personalidade paranoica e percebe a todos a sua volta como concorrentes em busca do seu cargo, mas é ele próprio que está sempre empenhado em alcançar cargos mais elevados e com maior responsabilidade. É

⁶ Erigida em uma relação mútua entre elementos internos e condições externas

por isso que ele sempre tenta “mostrar serviço”, correspondendo aos requisitos para assumir aquele cargo e tentando ser mais esquemático, racional e frio que o próprio esquema de produção. Assim, não só os atendentes de lanchonete, postos de gasolina e de repartições públicas foram travestidos em seres automatizados e pseudoformados pela realidade da pseudocultura material, objetivamente realizada pelo modo de produção capitalista, mas, talvez antes, os cargos técnicos de chefia foram assim formatados. Em uma mistura recíproca de aceitação e assimilação rigorosa da tecnologia e do existente, eficiência em produzir lucratividade, conformismo e assentimento, o tecnocrata demonstra aceitar a dominação e submeter-se ao existente com esse intuito: dominar. Como “la adaptación es, de modo inmediato, el esquema de la dominación progrediente,” (Adorno, 1964, p. 145) o tecnocrata percebe como natural a trágica situação social produtiva capitalista, já que a enxerga como unicamente técnica e não consegue distinguir esta última da disposição à dominação, característica do capital.

De individualismo exacerbado, o tecnocrata ocupa, geralmente, cargos de chefia baixa ou média; também pode ser puramente um técnico de nível médio ou superior. Torna-se um pseudoformado que, às vezes, até possui uma pequena erudição – como muitos dos coordenadores de ensino em instituições privadas de educação superior –, e que pensa, quando chefe, que ocupou tal cargo porque seus superiores reconheceram nele apenas um exímio técnico, acima da média. Orgulha-se desse reconhecimento e sempre apresenta um sentimento de dever cumprido ou ainda a ser cumprido. A tentativa de alcançar um extremo sincronismo com a função e a não certeza de ter conseguido revela sua insegurança. Esta é ilustrada em suas frases quando desavergonhadamente, porém de maneira tácita, fala sobre si mesmo buscando exibir disfarçadamente um engrandecimento do seu “eu” por meio de seus feitos – a ascensão ao cargo que ora ocupa em razão dos seus chefes terem “reconhecido seu excelente trabalho” – ou ao divulgar com quem conversou ou por quem foi procurado. É obcecado pelo fazer, por isso, está sempre “fazendo coisas sem se importar com seus fins” – exatamente como Adorno (1965, p. 715) descreveu o “manipulativo”. Talvez haja um reforço social, uma correspondência, desse comportamento obsessivo, por meio daquela insegurança gerada pela autoconservação em um mundo de concorrência que o obriga a realizar mais do que lhe é requisitado. Com isso, o tecnocrata é mais cruel e exigente com os outros e consigo mesmo que o próprio esquema de sua função exige. O

tecnocrata está continuamente andando de um lado para o outro com papéis em suas mãos, conferindo tabelas, seguindo ordens expressas ou as dando e cobrando as tarefas a algum de seus funcionários. No entanto, a principal atividade que realiza é a propaganda de si mesmo. A rigor, não percebe a ligação entre as exigências objetivamente realizadas para o cargo e os elementos logo acima indicados por nós como suas características (a saber, frieza, personificação burocrática e técnica, conformismo e assentimento em relação ao existente, individualismo exacerbado) e responsáveis por sua ascensão ao cargo que ora ocupa. Não se trata de ser apenas um competente técnico, é o técnico indicado para o cargo porque sabe e aceita de antemão a condição da correspondência mútua entre seu emprego e a lucratividade da empresa, mediada pela técnica. Ele é a personificação da técnica em sua forma capitalista. Sendo a razão funcionalizada e transformada em dominação da natureza, tal dominação se consubstancia por meio da técnica racionalizada. Desse modo, a racionalidade técnica não se desenvolve “naturalmente”, de modo neutro e configurando a dominação como único caminho possível da técnica que poderia libertar. Esta última é formatada pelo sistema produtivo, e aquele profissional, o tecnocrata, é capacitado para o cargo graças a sua atuação voltada à dominação com fins de expansão do capital, sua habilidade em dominar, sua aceitação e incondicional do mundo como o existente. Enfim, ele é escolhido por sua prévia, e fácil, adequação à forma estabelecida pela racionalidade técnica, confundindo-se com ela, personificando-a.

O avanço técnico proporcionado pelo sistema capitalista chega a emancipar o ser humano de muitos de seus trabalhos brutais e carências, facilitando a alguns o acesso a algum tipo de melhoria material de vida. Mesmo assim, o embrutecimento e a servidão dos humanos à determinação econômica é a irracionalidade da razão técnica sob as ordens da produção e reprodução do capital. O processo de racionalidade técnica é a materialização da dominação, e o tecnocrata é seu agente, aquele que realiza na prática, o portador empírico da relação de dominação da natureza e do homem sobre o homem com fins de lucratividade. Ele é um meio, com aparência de sujeito, pelo qual a racionalidade técnica se aplica ao mundo sob o desígnio do capital como verdadeiro sujeito. Com Adorno (1964, p. 151), podemos deduzir que esse empregado seria o pseudoformado modelar: “el modelo de la pseudoformación, lo constituye, todavia hoy la capa de los empleados medios.” Esse tipo de funcionário não se importa com o conteúdo das questões ou situações a serem resolvidas ou analisadas por ele. Há um

procedimento técnico (padrão), uma forma, um meio para resolver qualquer problema independente de seu conteúdo. Utiliza-se desse procedimento técnico racionalizado para resolver as questões que lhe são apresentadas, encontrar encaminhamentos ou soluções para problemas humanos ou de outra ordem. Esse procedimento é o de não analisar cada situação como única, mas sim ter um padrão básico único de respostas e atuação. Assim, ele emprega uma única maneira para resolver a toda situação identificada como problema: repete a mesma resposta, a mesma maneira de resolver problemas diferentes. O padrão é a sua maneira de agir e pensar; seu apego rigoroso às regras funciona como um escudo.

O tecnocrata busca calculadamente alcançar os postos mais altos da hierarquia. Assim, encontramos esse tipo procurando originar lucros até de escolas públicas. A frieza se estampa no cálculo mesquinho do grampo de papel economizado no escritório da fábrica, repartição pública ou secretaria de instituição de ensino; porém, é quando tenta aparentar humanidade, com um sorriso e um chiste sobre uma reles situação cotidiana de trabalho, que a frieza e a falta de humanidade do tecnocrata acabam por se revelar, já que seu comentário tem a intenção de acentuar e ridicularizar a humana fuga às regras porque não concorda com tal fuga. Tentando manter o controle minucioso de homens, máquinas, processos e produção, essa fuga é algo que o amedronta, pois o indivíduo torna-se um tecnocrata em razão de sua (pseudo)formação racionalmente técnica, capacitando-o a dominar com cálculos rigorosos tudo que for necessário para manter a lucratividade da empresa, já que disto depende seu emprego. E se na escola pública, ou em outros órgãos públicos, o lucro não é possível, ele aparece por meio de seu contrário, a saber, o mínimo custo. Eternas medidas econômicas de cortes de gastos, disfarçadas em didáticas indefensáveis que sempre encontram defensores, fecham escolas e superlotam salas de aulas, reduzindo empregos e salários, utilizando a burocracia com esse fim.

O tecnocrata usa de estratégias pseudohumanas. Principalmente o elogio, mas até a crítica pelas tarefas executadas por seus subordinados, nada mais são que artifícios técnicos da administração cientificamente concebida e não o livre exercício de uma capacidade humana. Pois, então, tanto o elogio quanto a crítica proferidas pelo tecnocrata no exercício de sua função são, na maioria esmagadora das vezes, falsos – é óbvio que mormente os elogios. Correspondem ao rigoroso exercício da cartilha administrativa como atividades racionalmente técnicas com o intuito de incentivar os

funcionários sempre que eles realizarem alguma tarefa a contento ou não. Exatamente igual ao eterno sorriso dos bebês nas capas de revista – a que se referiram Adorno e Horkheimer (2006, p. 123) –, pois tanto quanto ao tecnocrata não pode faltar o momento de fazer o elogio ao funcionário, o “tapinha nas costas”, a cada atividade realizada com muito sacrifício, porque, senão, ele terá errado ao não seguir de maneira inexorável o seu austero manual administrativo. O elogio verdadeiro, espontâneo, só não se esvai porque nunca existiu. Em seu lugar sempre perdurou aquilo que o antecipou e com o qual ele está a produzir o mundo, a saber: o esquema metafísico da produção a se realizar por meio de uma pálida sombra daquela espontaneidade, revestida pela lógica científica da causa e efeito em busca de lucro, por isso, uma prática pseudohumana efetivada pelo tecnocrata.

Sua obsessiva e compulsiva busca pela perfeição naquilo que realiza – análoga à cópia idêntica alcançada, estimulada e comemorada pelo avanço técnico mediado pelo capital, ou o puro objeto descrito aparentemente sem sujeito, como no positivismo – o obriga a seguir perfeitamente as regras já estabelecidas. O tecnocrata tem como função e obra (que também é o alcance do lucro, a produção do capital) a austera execução (e cobrança) de esquemas racionalizados – efetivados até em suas mensagens que seguem sempre o mesmo formato, alterando uma ou outra palavra, porém, dando a impressão de serem sempre as mesmas para todas as situações, como se já tivessem sido escritas anteriormente. A forma (o esquema), a racionalidade técnica, se sobrepõe ao conteúdo para encontrar o caminho mais rápido até seus objetivos e, ao fim, o capital. Sacrificar o conteúdo humano (a originalidade, a impossibilidade de perfeição, o erro, o descanso), à racionalidade, é obedecer a modelos pré concebidos e enrijecidos que tornam inimigos os homens, por isso, são inimigos desses últimos; não obstante, e paradoxalmente, construídos por eles. Um modelo cultural capaz de desenvolver, preservar e aceitar a individualidade, a diferença, é a situação da liberdade. Para o tecnocrata “el mundo entero queda dividido en campos administrativos, vacíos e esquemáticos” (Adorno, 1965, p. 715) Com fins de autoconservar-se, o tecnocrata está preparado para fazer o que lhe for mandado: substituir ou liquidar pessoas – tal qual o fascista assassino de gabinete –, máquinas, processos, ferramentas ou países inteiros, para alcançar o máximo ganho e lucro: “El pseudoformado se dedica a conservación de si mesmo sem si mesmo” (Adorno, 1964, p. 167) porque em seu lugar, dentro dele, está o esquema de produção.

Adorno (1965, p. 703), no capítulo intitulado “Tipos y Síndromes” da obra intitulada “La personalidad autoritaria”, que escreveu com outros autores (Frenkel-Brunswik, Levinson, Sanford, em 1965) ao descrever e analisar as “síndromes encontradas entre os sujeitos de alta pontuação” – aqueles com maior tendência a apresentar características da personalidade autoritária, relata: “El principal motivo en que se funda este tipo es el temor de ‘ser diferente’.” Sob estímulos sociais contrários ao desenvolvimento das capacidades e habilidades individuais não voltadas ao trabalho alienado e racionalmente técnico, e ao consumo de mercadorias, a originalidade cai por terra e o pseudoformado, antes mesmo de se dar conta de sua condição alienada de existência, sucumbe à identidade com o todo transformado em mercadoria pelo processo capitalista industrial de produção. Tal identificação não ocorre espontaneamente, mas premido por aquele processo que em sua lógica interna já avançou sobre a cultura assimilando-a a sociedade. A dificuldade no desenvolvimento da individualidade está, então, em uma relação de correspondência mútua com a forma capitalista de produção e reprodução da vida. As satisfações e amenidades, obtidas com a utilização da produção sob os ditames da racionalidade, fazem com que a identificação entre o sujeito e o objeto seja imediata e a supressão da individualidade seja produto não apenas social como também do próprio indivíduo, dispensando a própria mediação: “A mediação entre o eu (Selbst) e o outro dá lugar a uma identificação imediata.” (Marcuse, 1998, p. 94) O real se torna racional por meio do trabalho submetido e ativamente compondo o esquematismo da produção. A atividade produtiva do homem passa a fazer parte das condições objetivas e racionais de produção que se abatem sobre o objeto, dominando-o, sujeitando o sujeito empírico, tornando-o, desse modo, um pseudo sujeito. A racionalização é internalizada pelo ser humano, coletivizando-o segundo suas malhas. Ele “está perdendo sua habilidade de abstrair da forma especial em que a racionalização é levada a efeito e está perdendo a fé em suas potencialidades não realizadas” (Marcuse, 1999, p. 81-82) É claramente mais fácil, cômodo, e até lógico, se tornando inteiramente racional, repetir a fórmula matemática sem ter que se preocupar em entendê-la em sua racionalidade, lógica, desenvolvimento ou composição. Com isso, forma-se o pseudo sujeito – ou pseudoformado –, cujo comportamento é passível de regressar a estágios anteriores de sua formação filogenética e fazer parte de uma massa amorfa de seres humanos a liberar seus impulsos agressivos contra outras massas, gênero diferente do seu, ou outros que vivem a mesma situação que ele.

A ação de repetir os jargões implantados pelas agências racionalizadas do capital – e usados pelas massas sem ao menos refletir sobre eles ou tentar entender a sua composição – e reagir de acordo com a ação da máquina ou do concorrente, imitando-o em sua nova estratégia para vender mais, explorar melhor seu funcionário, seu espaço ou não perder clientes, funciona como ponto nodal para a sobrevivência de homens, negócios e socialização. Repetir individualmente aquilo que é socialmente lucrativo, sem nunca se ter realmente compreendido, é a regra da socialização desde há muito. Um exemplo é o comportamento violento ou persecutório e vexatório de alunos ou alunas com seus “colegas”. Tal comportamento, ao ser categorizado como bullying, transformou esse termo em um jargão irrefletido e que passou a incluir todo tipo de atitude violenta nas escolas e, com isso, bloquear a reflexão para entender as origens e motivos da violência com fins de extingui-la. Outro exemplo disso é o que aconteceu com o termo qualidade. Em um mundo que se parece mais um “mercado absurdo de homens sem qualidades” (Jappe, In: Kurz, 1997, p. 7), o jargão da qualidade é usado de maneira empresarial a todo o momento. A busca por esta “qualidade” saiu das fábricas e ganhou as ruas. De sua criação pela racionalidade técnica e administrativa, como uma certificação de excelência nos processos produtivos e sob a denominação “qualidade total”, chegou às escolas (cada vez mais administradas como empresas) na expressão “qualidade no ensino” e, finalmente, assolou de vez os humanos fora do seu local de trabalho com a expressão “qualidade de vida”. Nessa expressão a sociedade reconhece a miséria em que a maioria vive; no entanto, é somente com tal miséria que pode produzir e vender essa qualidade. Pois, então, no capitalismo, “qualidade de vida” nada mais é que um esquema traçado pela racionalidade da produção para a vida fora da produção tentando dominá-la; é, desde o início, apenas mais um instrumento de administração da vida, racionalizando-a. Nada deve ficar de fora daquela racionalidade; sendo assim, para se conseguir “qualidade de vida”, há de se conseguir o melhor negócio para sua vida no menor tempo possível.

Atualmente, é quando não se consegue ser absorto pelo esquematismo da produção que a maior parte dos humanos se desencanta com o mundo e com suas vidas. Ficar fora da produção, talvez seja a verdadeira “calamidade triunfal”, produzida socialmente na medida para cada indivíduo. É somente não sendo indivíduo que o indivíduo vive hoje. O ser humano destes tempos exige todas as respostas sem que tenha de, com algum desenvolvimento verdadeiramente pessoal, isto é, individual, ir

buscá-las. A irreflexão faz parte do modelo de produção. A rigor, parece não haver dúvida digna desse nome porque todas as respostas já estão dadas *a priori* pela ciência ou pela produção mediadas pelo capital – o que inclui a indústria cultural. Ora, para quem está perdido em uma região inóspita e dispõe de uma bússola, nenhum laivo de originalidade fora do rigoroso uso desse instrumento é permitido; qualquer traço de espontaneidade deve ser considerado com resignação e cuidado. Porém, nenhum desses impulsos individuais, nenhuma dessas disposições de ânimo, próprias ao indivíduo, nada disso é possível ser encontrado naqueles que compõem as massas; da mesma forma que com o uso da bússola, o indivíduo, quando sozinho, mantém-se norteado pela racionalização. Sob tal racionalidade, o regresso ao “puro estado de natureza” é dado exatamente pelo esquema da racionalidade que escraviza e obriga cada homem ao comportamento de manada, bando ou gangue, e proíbe ao pseudosujeito o uso da razão fora daquele esquema, o embrutecimento e a pseudoformação se tornam quase perceptíveis a olho nu.

A cultura, na era industrial – na sociedade totalmente administrada –, nasce como filha bastarda daquele sacrifício do diferente; sacrifício que continua a existir, e que, aparentemente, não existe porque é substituído por satisfações humanas dirigidas diretamente de fora do ser humano e ansiadas por este último. É nesse anseio que reside o logro. O indivíduo não sabe mais qual pensamento ou desejo pertence a ele, é originado nele, e o que vem de fora, porque quase tudo nele não é ele. Daí, ele assume como seus aqueles oriundos da rigidez mecânica do relógio de ponto ou do telejornal. Esta substituição racionalizada dos desejos espontâneos dos seres humanos, apesar de possuir fins muito mais econômicos que ideológicos, funciona como uma compensação, “eclipsando” a insatisfação pela não realização de seus impulsos e capacidades, impedindo tal insatisfação de chegar à consciência dos indivíduos. Mas quanto mais essa socialização forçada do âmbito íntimo do indivíduo, sacrificando-o, acontece, igualando o diferente, mais o que foi sacrificado se apresenta; e tudo aquilo que o indivíduo foi obrigado a reprimir com tal socialização acaba gerando o sofrimento do corpo, a doença psíquica, o sujeito impedido de viver o devir pela ilusão do existente construído racionalmente, controlado por recursos técnicos da administração e controle daquilo que em outras épocas produzia as grandes obras de arte:

A auto expressão do homem identificou-se com a sua função no sistema predominante, ainda que ele reprima desesperadamente qualquer outro impulso dentro de si mesmo e nos outros, a cólera que experimenta quando se torna consciente de uma aspiração que não se adapta aos padrões existentes é o sinal de um ressentimento oculto. (Horkheimer, 2003, p. 145)

O estímulo à entrega desenfreada e irrefletida dos impulsos instintivos, também transformados em meios de ganho e lucro, não é libertação do ser humano de sua clausura imposta pela razão, e, sim, o seu contrário. Mesmo com a estratégia industrial de domínio dos homens por meio da sensação de prazer antes mesmo do sentimento de necessidade – e isso encobrindo a renúncia antes explicitada pela sublimação, a que nos referimos anteriormente – alguns indivíduos escapam a essa estratégia. “A anti-razão do capitalismo totalitário, cuja técnica de satisfazer necessidades, em sua forma objetualizada, determinada pela dominação, torna impossível a satisfação de necessidades e impele ao extermínio dos homens” (Horkheimer/Adorno, 2006, p. 54) O prazer proporcionado pela sociedade técnica industrial convive com a desprazerosa sensação de incompletude, aquela de nunca estar suficientemente contente e procurar tal felicidade em novas mercadorias e até em atos extremos que desafiam a morte com o intuito de se sentir vivo, utilizada pelo próprio capitalismo para se reproduzir. “Nomear as ‘coisas que são ausentes’ é quebrar o encanto das que não o são; mais ainda, é a invasão da ordem das coisas estabelecidas por outra diferente” (Marcuse, 1967, p. 79). Contudo, a sensação da ausência (de coisas ausentes porque realmente o são) – mesmo sem nome, mesmo reprimida – acontece, salvando os empregos dos psicoterapeutas que, na maioria das vezes, nada mais fazem do que ajudar seus pacientes a reprimi-la ainda mais, porque nesta organização social, mesmo que todo o ausente venha à consciência, ele não poderá ser realizado. Por isso, os psicoterapeutas agem tentando fazer com que o pseudo sujeito aprenda a conviver com a falta de subjetividade e com a pressão daquela ausência, muitas vezes materializada em doenças psíquicas ou em explosões de fúria e violência individuais ou coletivas e outras maneiras às vezes piores ainda. Assim, o psicanalista segue à risca as determinações da razão industrial, tentando adaptar seus pacientes a ela, pois se tal razão é formalizada não possui razão suficiente (como já apontamos), o indivíduo acaba sendo auxiliado por seu terapeuta a suspender

sua individualidade para sobreviver. A psicanálise se torna mais um instrumento racional de ajuste dos meios aos fins, do ser humano às relações de produção industrial do capital, ao invés de crítica às condições da doença. “A cultura sempre contribuiu para domar os instintos revolucionários, e não apenas os bárbaros. A cultura industrial faz algo mais. Ela exercita o indivíduo no preenchimento da condição sob a qual ele está autorizado a levar essa vida inexorável.” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 126) Segundo Jacoby (1977, p. 142) “Freud reprovava a atitude dos ‘higienistas ou terapeutas fanáticos’”, pois se “as neuroses possuem ‘justificação social’, prestam também ao sofredor um bom serviço na luta pela existência.” (Freud, 1957, p. 353 apud Jacoby, p. 142) “Por esta razão, não poderia haver uma verdadeira solução individual, apenas social” (Jacoby, 1977, p. 142) Ao ser racionalizada, a forma da cura se torna um mecanismo de manutenção da doença. A profissionalização é o esquema da neutralização da mudança, da conversão do negativo em positivo, do reforço do existente. Há determinados fins na existência da neurose: “A esperança de que todo fenômeno neurótico possa ser curado pode derivar-se da crença leiga de que as neuroses são algo perfeitamente desnecessário, que não tem direito algum de existir.” (Freud, 1965, p. 153 apud Jacoby, 1977, p. 141) Freud (2006, p. 93), ao apresentar um argumento, segundo ele, “espantoso” sobre a civilização: “o que chamamos de nossa civilização é em grande parte responsável por nossa desgraça e que seríamos muito mais felizes se a abandonássemos e retornássemos às condições primitivas”, reforça tal argumento, afirmando: “todas as coisas que buscamos a fim de nos protegermos contra as ameaças oriundas das fontes de sofrimento, fazem parte dessa mesma civilização” (Freud, 2006, p. 93). Então, a psicanálise poderia, ao reconhecer tal contradição na civilização, ajudar a corrigir seus rumos, mostrando-lhe o ausente, a possibilidade de outra ordem social, que talvez não causasse tantos descontentes. Se for verdade que “uma pessoa se torna neurótica porque não pode tolerar a frustração que a sociedade lhe impõe” (Freud, 2006, p. 94), o esforço da psicanálise deveria ser para alterar a organização social causadora das neuroses, em vez de “blindar” a pessoa contra as frustrações ou ensiná-la a conviver com elas, como o próprio Freud (2006, p. 94), na continuidade do raciocínio, condenando as enormes exigências geradoras das frustrações, recomenda: “a abolição ou redução dessas exigências resultaria num retorno a possibilidades de felicidade.” Podemos pensar nessa “abolição” como um “espaço” para a individualidade inexistente. A reprimida natureza do ser humano se revolta exatamente em razão de tal repressão; e quanto mais reprimida é a natureza, quanto

mais aprisionada dentro do ser humano, mais condenado à prisão da natureza está o pseudo sujeito, já que, sem expressá-la é impossível se reconciliar com ela, suprassumindo-a:

A resistência e a revolta que emergem dessa repressão da natureza tem acochado a civilização desde os seus começos, tanto na forma de rebeliões sociais – como nas insurreições espontâneas de camponesas no séculos XVI ou nos habitualmente organizados conflitos raciais de nossos dias – como na forma de crime organizado e transtorno mental. Típicos da nossa era atual são a manipulação dessa revolta pelas forças predominantes da própria civilização e o uso da mesma como um meio de perpetuação das próprias condições que a provocaram e contra as quais se insurge. (Horkheimer, 2003, p. 99)

“Jamais fomos menos donos de nosso nariz, por conta das onipresentes imposições da lógica do mercado e do capital”, diz Maar (2008, p. 07). Sim, as imposições são inegáveis; porém, parece que não há mais como se viver sem elas. Adorno (1999, p. 95) lembra: “Ninguém acredita inteiramente no prazer dirigido.” Não permitir que o consumidor perceba que está sendo dirigido é a tarefa da indústria como um todo, principalmente a cultural. Quanto mais o trabalhador alcança a possibilidade de se tornar consumidor, mais ele tem a sensação de ser livre no cárcere da racionalidade industrial, porque assimila a racionalização como melhor forma de vida, daí passa a exigí-la, ansiando em ser burguês. Por isso, Adorno (1999, p. 95), logo adiante nesse mesmo texto, reconhece que a descrença ainda não possui força o bastante, e a permanência da situação regressiva é um fato: “No entanto, mesmo aqui a audição permanece regressiva, na medida em que aceita este estado de coisas, a despeito de toda desconfiança e de toda ambivalência possíveis.” Em uma nova volta do ciclo no pensamento deste autor sobre este tema, podemos citar também um Adorno “otimista”, baseando-se na existência viva da vontade nos indivíduos, a argumentar sobre os amantes de música popular:

Eles precisam de sua vontade, nem que seja só para baixar a premonição quase demasiado consciente de que algo anda ‘fajuto’ com o seu prazer. Essa transformação da vontade indica que a vontade ainda está viva neles, e que, sob certas circunstâncias, ela pode ser suficientemente forte para os livrar das influências que lhes foram impostas e que perseguem os seus passos. (Adorno, (1986, p. 146)

Não obstante, é com essa “vontade”, aludida por Adorno, que a indústria trabalha. E se ela não é satisfeita por algum produto, logo será capturada por um novo exatamente igual aos outros, apenas com pequenas diferenças que recebem grande destaque. Tudo na vida parece ter se tornado e solucionável como um cálculo de adição e subtração. Não é somente uma questão de manipulação; então, em um mundo em que há sempre um caminho razoável já pronto ou uma maneira de realizar já definida e, aparentemente lógica, menos onerosa e mais rápida, nunca é permitido “andar com seus próprios pés” e deixar seus passos no chão, ou suas marcas no mundo. Não obstante, devemos lembrar Kant (1974, p. 100-102) neste momento: “É tão cômodo ser menor. Se tenho um livro que faz às vezes de meu entendimento, um diretor espiritual que por mim tem consciência, um médico que por mim decide a respeito de minha dieta, etc., então, não preciso de esforçar-me eu mesmo.” Estas são as condições fornecidas ao homem pelo esquematismo da indústria. Adorno (1986, p. 146) afirmou: “para ser transformado em um inseto o homem precisa daquela energia que eventualmente poderia efetuar a sua transformação em homem.” Quando só há imposição, esta desaparece por completo, apesar de continuar a existir, mas impossível de ser sentida, percebida. Por outro lado, se há imposição, ela não é total; se a percebemos como total, é, insistimos, porque aquilo que é imposto é também desejado, dadas as condições para o desejo:

Para um homem que é capaz de diferenciar entre verdade e realidade (...) existem milhares que nunca foram capazes de superar a tendência para regressar aos seus impulsos miméticos e outros impulsos atávicos. Isso não é simplesmente culpa das massas: para a maioria da espécie humana, a civilização sempre significou a pressão para atingir o estágio

adulto e a responsabilidade, e ainda significa pobreza. (Horkheimer, 2003, p. 122)

No processo racionalizado de troca como forma de vida, a irracionalidade do sacrifício se torna racional. Para que o sujeito possa verdadeiramente formar-se – ou, podemos dizer, ser sujeito – deve haver uma sociedade onde tanto a troca quanto o sacrifício não sejam mais necessários, sejam abolidos. O caminho para isso é dado por Adorno (1995, p. 60) em uma asserção talvez polêmica porque ele sugere como desmonte da farsa da troca o cumprimento da principal cláusula de seu contrato, a saber, a justiça. Ultrapassar a relação econômica e social fundamentada na troca é ultrapassar a relação fetichista, a renúncia e o mito, para colocar a organização social dos homens em suas mãos de forma consciente:

Desde sempre (...) o contratante socialmente mais poderoso recebe mais que o outro. (...) A verdade do acréscimo nutre-se da mentira da igualdade. Os atos sociais devem suprimir-se reciprocamente no sistema global, mas não o fazem. Onde a sociedade burguesa satisfaz o conceito que ela mesma cria, não conhece progresso; onde o conhece, infringe sua lei, na qual está contido esse delito, e perpetua a injustiça com a desigualdade sobre a qual deveria elevar-se o progresso. Mas essa lei é, ao mesmo tempo, a condição de uma possível justiça. O cumprimento do reiteradamente rompido contrato de troca convergiria com a sua abolição; a troca, se deveras se trocassem equivalentes, desapareceria; o verdadeiro progresso em relação à troca não seria meramente um outro, mas também ela mesma trazida para si. (...) enquanto houver dominação através da troca, também dominará o mito.

Hoje, a dominação e a troca parecem ter sido assimiladas e tornadas quase impulsos, mais que máscaras de caráter, a própria pele dos seres humanos, uma segunda natureza que, para muitos, se tornou a primeira. Todo pensamento, ação, comportamento ou aprendizado não ajustado à lógica de “fazer mais com menos” têm dificuldade para existir porque não encontra condições objetivas para tal. É, portanto,

uma realização social estruturada na atomização dos indivíduos. Daí, quando esse ser vem a fracassar em sua vida, a ele parece não um problema da organização social, mas, sim, dele mesmo, indivíduo, sobrevivendo miseravelmente sob a mais alta tecnologia que, se por um lado, como já observamos, lhe proporciona alguma comodidade; contudo, por outro, o escraviza, controla, “intercepta e absorve sua libido.” (Marcuse, 1999, p. 81).

Considerações finais

No capitalismo, tanto quanto aquele que forma recebe formação, o que mutila também é vítima da mutilação. A razão, que podia julgar as ações e o modo de vida do homem porque tinha uma existência objetiva no próprio sujeito e mundo, foi destituída dessas e de outras “tarefas” por ela mesma ao se transformar em pura forma lógica para subsidiar os interesses em conflito ao qual estamos submetidos. O “eclipse da razão” (Horkheimer, 2003) provém desse esquematismo da indústria. Poderíamos dizer que tal eclipse é parcial, porque é por meio da exploração da força de trabalho, racionalmente efetivada com fins de ganho e lucro, que as indústrias são erigidas. É a atividade produtiva dos homens para realizar o que necessitam em sua vida que, desde a produção até o consumo, entrelaçando-os, determina para os homens a percepção e o entendimento do mundo. O problema é que foi retirado deles tudo o que diz respeito às decisões sobre o que, para que e como produzir e distribuir, ficando essas decisões a cargo do processo lucrativo de capital, que utiliza a razão como pura forma lógica voltada a seus interesses. Nesse entrelaçamento entre razão e capital, o processo produtivo se torna responsável não só pelos juízos formulados pelos homens, como também pela permissão social de utilizarmos ou não nossa capacidade de formulá-los individualmente, obrigando à maioria a aceitar juízos já formulados antecipadamente pela autoconservação do capital. A sociedade, como produto histórico e social de um modo e das relações sociais e históricas de produção, é a fonte externa para a construção interna de cada indivíduo a percebê-lo e entendê-lo. Isso implica em um mundo rico em possibilidades de conhecê-lo e desenvolvê-lo, tanto em relação aos objetos quanto aos sujeitos, para o bom desenvolvimento de ambos. Essas possibilidades, dadas como a base para o desenvolvimento dos sujeitos e dos objetos, são tanto sociais quanto atos volitivos individuais de cada sujeito em meio às circunstâncias sociais e históricas encontradas por ele. Há a necessidade de uma sociedade organizada com o intuito de estimular as capacidades individuais de cada um para que o indivíduo se desenvolva e vá além da condição social dada. Assim deve ser entendida a crítica, como condições de possibilidade desse desenvolvimento. Mesmo sem se identificarem, percepção e entendimento estão entrelaçados e praticamente são um único ato, não estão separados em dois turnos ou esferas atuando como causa e efeito. Só é possível se perceber aquilo

que foi entendido, e vice versa. É a tensão nessa reciprocidade que obriga tanto um quanto outro ir para adiante, desenvolvendo-os. Essa tensão pode ser entendida como uma diferenciação entre percepção e entendimento. A organização da relação social deve estar direcionada para permitir aquela tensão fundamental para o desenvolvimento das capacidades do indivíduo. Para isso, o distanciamento entre ser humano e tecnologia, e entre o primeiro e produção industrial, é imprescindível. Uma forma produtiva estruturada na sobreposição desta última sobre o homem é morte tanto de indivíduo quanto de sujeito, porque, nessa situação, percepção e entendimento do ser humano não pertencem mais a ele, são propriedade da fábrica, do escritório, da loja, enfim, de um esquema de produção racionalmente técnico, socializado e ditado pela metafísica da lucratividade.

A percepção não é puramente o ato de perceber, no sentido positivista, como se o objeto fosse apenas e tão somente aquilo que nossos sentidos estão imediatamente a captar, e esse ato fosse neutro, inteiramente destituído de qualquer influência social. Nossa percepção é, a rigor, uma construção em que nossos sentidos, memória e cognição entram em funcionamento, convergência e divergência de acordo com as demandas das circunstâncias e do ambiente econômico, social e cultural. A nossa percepção do mundo, e de cada objeto, nunca é total. O objeto é internalizado por nossos sentidos separado em pequenas partes, mas de forma concomitante e reconstruído por nossas faculdades cognitivas com base em nossas memórias e naquilo que constitui socialmente a construção lógica racional de nosso mundo e dessas próprias memórias. Por isso, ao vermos algo fora do nosso campo reconhecidamente racional, já existente em nossa memória, ou passível de ser organizado ou reorganizado com base na estrutura lógica que assimilamos para entender o mundo, temos dificuldade de reconhecê-lo imediatamente. Este é o ato de fechar e abrir novamente os olhos para tentar entender aquilo que estamos vendo e ainda não conseguimos definir o que é. Na verdade, na maioria das vezes, não estamos tentando entender – pois isso implica em uma relação com o objeto no sentido de “expandir” nossos sentidos –, e, sim, configurar o desconhecido dentro e em conformidade com um campo racional de entendimento já previamente conhecido. O desenvolvimento de nossos sentidos, e a um só tempo a nossa capacidade de entendimento, acontece quando, por exemplo, nos forçamos a fechar e abrir os olhos várias vezes tentando entender aquilo que se apresenta a nós, e ainda não entendemos, mantendo-o em sua organização e configuração original, sem

deformá-lo para que caiba em nosso entendimento. O problema é que só percebemos e entendemos aquilo que nossa cultura nos permite, é ela que forma o nosso mundo. Não obstante, o mundo existe antes de cada um de nós e de nosso entendimento. No capitalismo industrial, nosso entendimento é “raptado” e realizado pela produção para cada um de nós. Com isso, não há uma salutar diferenciação entre a percepção e o entendimento resultando em uma posterior síntese adequando os resultados dessas duas capacidades humanas. A síntese é antecipada na forma de um entendimento prévio do mundo que identifica homens e coisas. Percepção e entendimento se identificam antes mesmo de se realizarem, residindo na produção o lócus da identificação a priori do mundo, o que inclui os homens. Na formação capitalista industrial, o declínio acentuado das condições sociais para o desenvolvimento da consciência e a formação do indivíduo – socialmente constituídas por meio da percepção e entendimento individuais, passíveis de se contraporem àqueles socialmente aceitos – são as próprias condições de degeneração social, promovem situações em que o indivíduo não realizado explode em uma fúria inconsciente contra o próprio produto da sociedade à qual contribui para realizar.

Insistimos em afirmar que, apesar da importância da educação formal, o erro em que incorrem os “entusiastas” da educação escolar é acreditar na possibilidade de desenvolvimento humano apenas por meio da incitação do entendimento de cada aluno sem levar em consideração e tentar alterar as condições sociais, econômicas e culturais determinadoras de percepção, entendimento e da diferenciação entre eles. Se a consciência é sempre de algo, ela não é um produto espontâneo da natureza exposta a quaisquer condições. No sistema capitalista de produção, as condições propícias a essa consciência só permitem com que ela se conscientize daquilo que é pré concebido e produzido por aquele sistema. Urge libertá-la dessa forma que a aprisiona, pois isso constitui um bloqueio real à própria consciência (e a realidade) que necessita de condições reais para sua existência e que, a um só tempo, deve poder ir além dessa realidade, descolar-se dela mantendo sua ligação. Se a consciência, de maneira consciente ou não, tomba frente à realidade, ela também pode enfrentá-la. Tanto a adaptação quanto a inadequação são necessárias para a verdadeira formação do sujeito, como também são tributárias de condições concretas para sua existência concreta. A alienação total da realidade é sua total aproximação. A necessária separação da realidade é aquela que ainda tem por base a própria realidade. Se o id pode vir a ser eu,

não é apenas a consciência disso que realizará tal movimento. Simplesmente ter consciência da exploração não constitui o fim da exploração. As condições reais de penúria em que se encontrava a Alemanha do início dos anos 30 do século XX, causadas por um sistema econômico de exploração do homem pelo homem e condições históricas que a deixaram de certa forma com um atraso em suas forças produtivas, fizeram com que mesmo os mais conscientes acreditassem, ou fingissem acreditar, na trama nazista contra os judeus, responsabilizando-os por algo que todos tinham plena consciência não ser responsabilidade deles. A produção capitalista, que abstrai de seu próprio produtor, faz com que o próprio interesse individual dos seres humanos pelo conhecimento seja objetivado pela definição *a priori*, e realizada pela produção social, daquilo pelo que ele deve se interessar. A indústria cultural não é apenas responsável por isso no tocante a uma forma ideológica, que poderíamos classificar como “externa” ao indivíduo – com suas propagandas e celebridades a se tornarem exemplos, modelos de vida –, mas, também, como um elemento que age “internamente” tanto aos seus idealizadores quanto aos seus consumidores e é oriundo da forma da produção capitalista industrial, a saber, o esquema da produção previamente estabelecido e que não permite ao indivíduo ir além dessa forma, construindo o objeto de maneira diferente ou mais complexa daquela estipulada por esse esquematismo da produção. A produção industrial estabelece uma condição concreta que antecipa a consciência ao determinar de antemão a forma e as razões de produzir e reproduzir a vida e seus objetos.

As urgentes mudanças para que a educação formal possa alcançar seus objetivos de formação não apenas para o trabalho, correspondem a mudanças na organização da produção social e não apenas a métodos, teorias e reformas educacionais. Se na sociedade do trabalho a educação para tal vai, inconscientemente, além dessa função – tendo em si a possibilidade de produzir, sim, mas em potencial, os algezes dessa organização social –, a emancipação dessa sociedade, ao mesmo tempo em que necessita da consciência e não pode dispensá-la, tem que ter claro para si que não é apenas a consciência ou o pensamento que irá libertá-la, mas, sim, a ação negativa que é consubstanciada a um só tempo por consciência individual e ação social, pois: “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (Marx, 1991, p.14) Mesmo assim, tanto quanto a ação “cega”, sem a participação do pensamento interpretativo, leva, invariavelmente, à derrota, a completa consciência sem as condições necessárias para ser colocada em prática, neutralizam a

primeira inviabilizando-a – no máximo, transformando em mártires aqueles que se arriscam à prática arriscada.

Contudo, em uma sociedade com suas forças produtivas verdadeiramente voltadas ao desenvolvimento dos humanos, talvez, o modelo escolarizado de educação não seja mais necessário, pois ele corresponde um modelo muito mais voltado aos interesses do capital. O mundo humano definido e regulado por meio da produção de mercadorias e pela racionalidade técnica instrumental que medeia tal produção com objetivo de ganho e lucro é o causador das limitações do desenvolvimento das capacidades humanas. É essa regulação do mundo que demanda formas de atenuar aquelas limitações, sendo essa tentativa de minorar tais limitações uma das funções da escola desde que foi estruturada no modelo moderno. A aposta dos entusiastas e “fundamentalistas” da educação na mudança social por meio exclusivamente de uma “consciência afirmativa” do aluno, apesar de importante, é equivocada e ideológica porque transforma condições objetivas em subjetivas e negligencia transformar as condições objetivas que não permitem com que a objetividade do sujeito se realize, afirmando ser obra da vontade do indivíduo, por meio da pura e simples educação escolar, a vida digna que somente a alguns o sistema capitalista possui capacidade lógica de produzir.

A consciência, atualmente, é sempre de algo não necessariamente ensinado pela escola, e que realmente fornece a base real que determina a vida (o existente, a produção industrial de mercadorias) e que se precipita à percepção e ao entendimento do portador da consciência, limitando esta última a aquilo que foi percebido. Assim, vivemos a possibilidade de haver um conflito entre a maneira em que operam percepção e entendimento fora e dentro da escola, já que fora desse ambiente os esquemas da produção entregam ao indivíduo o mundo já categorizado – “experenciado” –, porém, na escola, o processo de aprendizagem acontece por meio exatamente do empreendimento, da construção dessa categorização, o que inclui a necessidade de fazer verdadeiras experiências. Além disso, toda a aposta na mudança por meio exclusivamente da consciência deixa incólume a realidade da produção econômica social de onde surgem as relações de produção direcionadas à dominação e exploração inclusive da própria consciência. Porém, ao constatar esse equívoco da aposta unilateral na consciência, estamos longe de desdenhar dela, pelo contrário, apenas não nos permitimos negligenciar seu movimento dialético, sua reciprocidade com a não

consciência. É na crítica consciente daquilo que não é consciência, mas produto inconsciente daquele que deveria controlar a consciência e a produção, que se encontra a verdadeira consciência, e não na apologia onisciente da consciência desvinculada do mundo material.

O movimento interno ao processo de produção e reprodução do capital incorpora às suas fileiras, gera e aperfeiçoa processos científicos para administrar tanto a produção quanto a burocracia. Esses processos são utilizados de forma a calcular precisamente a produção, o consumo e a utilização de cada objeto, antes mesmo de iniciar sua confecção. Quando da realização prática daquilo que foi esquematizado anteriormente por tais cálculos e projetos lucrativos há a geração não apenas do objeto, como também de seu produtor e de seu consumidor, igualmente tornados objetos. A racionalidade técnica participa da dinâmica do enfraquecimento do ego quando iguala o pensamento a ela mesma, como se fosse o único possível, não permitindo ao ser humano desenvolver suas capacidades para além dela (racionalidade técnica). Como a identificação nunca é total, aquilo que resta potencialmente em cada ser humano, e não encontra espaço para ser realizado, se torna virtualmente um inimigo da organização social que, em razão da autoconservação, acaba por ser reprimido pelo próprio humano em seu contato com a sociedade. O ser humano perde a fé em suas potencialidades não realizadas, antes mesmo de conhecê-las, e somente conhece aquelas antecipadas em uma demanda tão sutil quanto orquestrada pelos “agentes” da metafísica do lucro.¹ Mas, ao fim e ao cabo, acredita serem as capacidades socialmente exigidas dele pela produção e consumo, e plenamente colocadas em prática pelos “incluídos”, as únicas existentes. Isso faz com que os potenciais humanos sociais sejam confundidos e defendidos como naturais. Sem opção, o ser humano acaba de pleno acordo com as chances que lhe são ofertadas e produz seu mundo na condição que lhe foi previamente estabelecida: reduzido a trabalhador, consumidor ou torcedor de futebol, mas sem perceber nenhuma redução nessa condição, pois completamente em consonância com o mundo que ele produziu para si mesmo, na condição de escravo, mas como se fosse seu e a escolha fosse sua. Para a maioria dos homens, as “lentes” com que enxerga o mundo já não o separam

¹ Podemos utilizar como exemplo a curiosa expressão “vergonha alheia”. Atualmente em voga, essa expressão tem sido disseminada por uma rádio que opera em frequência modulada na cidade de São Paulo por volta do ano de 2014/15 e rapidamente ganhou adeptos por aqueles seres “ultra” urbanos e que se acham extremamente modernos e engajados em lutas deveras importantes, porém superficiais porque nunca investigam o bastante, sem chegar à raiz dos problemas que causam o desrespeito aos “direitos humanos”, claramente escamoteando-os.

mais deste último, e nem sua produção dele mesmo, apesar dele se encontrar completamente alienado dela. Eis a configuração metafísica desta formação social e seu logro, seu engodo. O ausente desfaz-se no presente quando a dialética é solapada por uma organização social “unidimensional”. O polo negativo desaparece e o mundo passa a ser somente isso que aparentemente percebemos de forma imediata, e que é totalmente mediado pela forma produtora industrial de mercadorias.

Sem condições para efetivamente serem colocadas em prática, as capacidades humanas não demandadas pela produção acabam por atrofiar-se. O não reconhecimento do processo social como base para o desenvolvimento humano fornece subsídios para defender argumentos que concebem algumas faculdades humanas como dons ou até tendências naturais de determinadas raças. Por meio do enfraquecimento do âmbito privado, separado do meio social e funcionando como um verdadeiro “filtro” à socialização irrestrita, reforça-se a socialização direta baseada em um modelo determinado pelo esquematismo da produção, uma socialização imediata, advinda do mundo contemporâneo cristalizado pelas imagens dos meios de comunicação de massa, redes sociais intermediadas por meios eletrônicos, não obstante, estruturadas sobre aquele esquematismo. É que, para aquele homem sacrificado pelo cotidiano de trabalho, não resta dúvida de que qualquer atividade realizada para desfazer a atrofia de capacidades existentes, mas não desenvolvidas porque não utilizáveis, não será bem vinda, pois exigirá uma capacidade cujo desenvolvimento já foi de antemão proibido e, devido à autoconservação, ele se esforça para manter o interdito à constituição do eu, o pensamento diferenciado. Daí, a entrega completa da vida à indústria cultural como se fosse o avesso da situação vivida no trabalho, mas que, ao fim, corresponde à outra face da moeda: a necessária contrapartida ao trabalho que se pauta em sua produção pelo esquema rigorosamente desenvolvido e que rege igualmente e antes o trabalho, levando em consideração a “metafísica do lucro” e que possui como função a administração direta da sociedade, decidindo para os indivíduos, e com o aval deles, as minúcias das condutas do dia a dia. A mimese é a forma social tornada prática de socialização cada vez maior. O ego enfraquecido não resiste às soluções (esquematisações) sugeridas externamente a ele para seus problemas. O indivíduo prefere identificar-se ao que lhe vem de fora e se restringir àquilo que já lhe foi restringido e que lhe é próprio. No entanto, como a percepção e o entendimento dos indivíduos não lhes pertence – pois antecipado e esquematizado pelo modo de produção industrial capitalista, como já

afirmamos – todos possuem o mesmo entendimento; com isso, a diferença entre os humanos é praticamente nula, frações de milímetros. Configurando-se, assim, uma sociedade sem movimento aparente, que muda para ficar dentro de seus limites; sem diferenças culturais e com diferenças econômicas e sociais tidas como naturais, contra as quais nada é possível, mas que, exatamente por isso, demandam que tudo seja feito para alterá-las de maneira cabal e não apenas alterando o lugar dos indivíduos na hierarquia econômica e social. Mesmo sendo de grande importância, não é a imanência de uma dinâmica como a distribuição de renda que vai resolver os problemas dessa sociedade, e, sim, o fim de toda a renda. A tentativa desesperada para alcançar níveis sociais e econômicos sempre superiores é um movimento que contribui para manter a imobilidade social, aprofundando as contradições sociais e econômicas, contudo, gestando a mudança.

A dinâmica interna de produção do capital demanda grandes grupos de produtores e consumidores se aglomerando próximos aos seus centros de produção e distribuição de mercadorias. Assim, tal dinâmica é propícia não ao surgimento do indivíduo, mas, sim, ao surgimento das massas: indivíduos idênticos – paralisados em sua imanência particular e capturados pela imanência do geral –, portando um mínimo ego, cujo id está praticamente em “ligação direta” com o superego. Essas condições são as que remetem a outro período da história do ser humano: aquela da horda primitiva, uma relação social estabelecida pela força física do pai que submetia a todos, igualmente reduzidos a um *status* inferior, infantil, em que o déspota, materializado na figura do pai todo poderoso, impunha sua vontade como se fosse a melhor para todos os filhos, impedindo-os, desse modo, de desenvolver seu próprio ego, sua própria vontade, punindo aqueles que tentavam. Se hoje essa figura ainda existe materializada no déspota eleito – e que fecha escolas contra a vontade dos alunos que, contrários a essa decisão do governante, acampam em seu interior lutando contra ele sem nenhuma pista de que querem o seu lugar –, acima de tal déspota figura invisível aquela “metafísica do lucro” e o próprio esquematismo da produção demonstrando não necessitar mais de centros específicos de formação para o trabalho porque essa formação está diluída em muitos âmbitos e produtos sociais ao mesmo tempo em que o número de trabalhadores necessários para a produção e reprodução do capital, em constante crescimento, diminui cada vez mais. Atualmente, o grande medo de cada ser humano é o de não participar do aparato pelo qual se mantém o movimento de produção e reprodução do capital. A

ameaça de ficar sem emprego é uma maneira de forçar os homens e mulheres, desde antes de terem o emprego, a abdicar ao posto de sujeito, de desenvolver o ego e de chegar a ser adulto, alguém não mais inteiramente dependente e submetido a outrem. A verdadeira sociedade é aquela em que a dependência sai de um nível inconsciente e chega a outro, consciente, e a todos é dado o direito de se expressar por meio dessa consciência como indivíduos. No entanto, a ideologia se opõe à consciência; mas, a ideologia, não em sua forma clássica – aquela que apresenta ideias surgidas de uma separação da realidade material e social, passível, portanto, da formação de uma falsa consciência – e sim, em um modelo contemporâneo baseado exatamente no contrário: a ausência de autonomia para as ideias porque não há autonomia material. A dependência total da sociedade constrói a subserviência que envenena a consciência moral do dependente, transformando esta última em falsidade que se materializará em ódio na primeira oportunidade. Contra isso, a sociedade se esmera na produção da miséria não apenas material. Tudo aquilo que ficou reprimido no indivíduo, por conta dessa produção e não pode ser conscientemente elaborado, constitui o gérmen de uma possível revolta que quando não canalizada para a busca de verdadeiras soluções sociais, fornece emprego a psicanalistas, psiquiatras e lucro à indústria farmacêutica; ou, então, trabalho aos órgãos de repressão social. O capitalismo, em suas contradições, ataca a si próprio, produzindo seus descontentes (conscientes ou não das razões desse descontentamento), e transforma até a crítica contra si mesmo em mercadoria, o que implica, de certa forma, neutralizar a própria crítica e utilizar em sua produção o próprio esquematismo que é criticado.

É impedindo concretamente esse vir a ser humano (a consciência) que o processo de produção de mercadorias e as próprias mercadorias tomam o lugar de sujeito em todos os âmbitos da vida humana, mesmo que o humano ainda continue a aparecer como sujeito. Assim, o impedimento do devir é um produto material, e não apenas cultural. O esquematismo da produção não incide apenas na consciência dos indivíduos das massas. Ele é, também, concreto, encontra-se plasmado em cada mercadoria, que antes mesmo de ser manipulada dita ao consumidor – versado pelo trabalho no uso de objetos produzidos conforme a racionalidade técnica – a forma de sua utilização e, ao fazer isso, mutila o devir do ser humano colocando em seu lugar o que ele deve ser, aquelas capacidades antecipadas pelo esquematismo da produção. É o futuro sendo trocado pelo passado; o antes pelo depois; o trabalho morto pelo vivo. A

mercadoria somente determina, por meio do seu uso, as capacidades físicas, psíquicas, perceptivas e cognitivas humanas conforme seu esquema, esquematizando pelo consumidor, porque este já adquiriu em seu trabalho a capacidade de se submeter aos conceitos e ações pré definidos para ele. Por isso, a ação em favor da mudança social que incide unicamente sobre a consciência se torna ineficaz, ou é tão difícil de obter resultados – é, também, por isso, que o trabalho da verdadeira formação se torna bastante árduo. Aquilo que efetivamente estimula, desperta e coloca em movimento nossa curiosidade, nossa capacidade de conhecer, é efetivamente material – os objetos que despertam nossos sentidos – ou concreto no sentido de socialmente aceito, anterior a nós e com o qual somos obrigados a concordar ou pereceremos. No entanto, para utilizarmos toda nossa capacidade de conhecer, urge um ambiente social em que possamos explorar livremente tais objetos e divergir do socialmente aceito sem nos arriscarmos a sucumbir. Em uma ordem objetiva da produção social na organização da sociedade direcionando a faculdade intelectual de cada humano para requerer, aceitar e concordar com a comparação, a ligação e a separação dos objetos já realizada para ele, o nível de exploração pode se tornar raso ou profundo, mas como a liberdade de cada conhecedor foi impedida, a formação de sujeito e objeto sofrem danos reparáveis. Isso é o que atualmente, e desde há muito, e de forma objetiva, já em seu trabalho – como também no consumo e na vida cotidiana – o ser humano tem aquela faculdade a que acabamos de fazer referência dispensada e deve seguir o que lhe é de antemão determinado porque é isso que espera. Tal faculdade deveria ser impulsionada pela formação cultural, porém, no capitalismo, a cultura – que sempre guardou uma distância do ambiente social e econômico para poder criticá-lo – foi transformada em uma realização da forma produtiva que se totalizou abarcando amplamente a vida e não permitindo autonomia a coisa alguma, inclusive e como já dissemos, à consciência. Esta é, no capitalismo avançado, pseudoconsciência, porque não se “descola” da realidade e, desse modo, não explora, muito menos desenvolve todo o seu potencial.

Se o modo de produzir e reproduzir a vida e tudo aquilo necessário a ela determina os próprios limites do desenvolvimento e das relações humanas, então, são as ações políticas dos indivíduos em direção a uma nova forma social de produção e reprodução da vida que farão as mudanças, e não apenas a alternância política governamental que será capaz de alterar substancialmente as condições para as capacidades sensíveis e intelectuais humanas e muito menos para que o sujeito social

humano ocupe o seu lugar, até porque a própria forma política também é determinada pela forma econômica. Mas o líder político, não exclusivamente um representante partidário, representa para o eu enfraquecido, regredido em suas capacidades de vinculação libidinal, aquilo que o pai representava à horda primitiva. É por meio da fraqueza egóica que o líder arrebatava multidões, incapazes e impedidas, por tal fraqueza, de ajuizamentos morais sólidos e autônomos. Como a família não é mais o agente primário de socialização, cada criança identifica-se ao “outro” que está fora deste âmbito, mas próximo a ela; e, em outro patamar, todos ao líder do grupo. Tratando-se de uma construção social em que, muitas vezes, o líder não está encarnado e que cada produto traz consigo o todo ideologizado, a metafísica está estabelecida no poder, e a consciência moral pertence ao capital. Temos, então, a possibilidade de o líder ser a força transcendental do capital, passível de ser “sentida” pelo transeunte: como um choque das ruas iluminadas e abarrotadas de pessoas e carros; pelo trabalhador das fábricas e escritórios, e em todos os lugares. Como uma grade, uma “força invisível”, que direciona as condutas, planos, objetivos e relações dos indivíduos, colocando-se anteriormente a eles como uma forma geral, uma estrutura. No entanto, se o líder em carne e osso é necessário, mesmo sendo apenas um portador empírico da consciência transcendental (o capital), subsumindo seu corpo a essa função materializando aquilo que é metafísico, é porque uma abstração não pode realmente tornar-se objeto de investimento libidinal. Neste caso, as mercadorias e até mesmo o trabalho ou algum problema a ser resolvido nele podem ser o objeto receptor do investimento libidinal e produzir os vínculos entre os humanos. A própria autoridade social seria canalizada a cada indivíduo por meio delas. O sacrifício, já desnecessário, do trabalho, seria necessário para alcançar tal autoridade, concedida ao detentor das mercadorias. Socializado por meio delas, tal detentor é também reconhecido, aceito e respeitado ao obtê-las. Em uma aparente constituição social da liberdade, com base na também aparente distribuição da autoridade por meio das mercadorias culturais ou não, escondem-se os ditames do capital na produção de pseudo sujeitos oriundos de uma situação de pseudoformação que coercitivamente tenta identifica-los entre si, e estes ao modo de produção e suas relações de produção, como se fosse o único mundo possível, naturalizando uma formação histórica social das relações entre os seres humanos. Uma formação massiva de indivíduos destituídos pela realidade da produção material de suas capacidades críticas e reflexivas de enfrentamento e pensamento racionalmente autônomos não tem impedido as ações políticas de indivíduos que reivindicam, sem

líderes, alterações mais profundas na sociedade capitalista ou a própria destituição desta como forma de resolver impasses sociais e econômicos. No entanto, pela infantilização a que cada ser humano é submetido pela organização alienada da produção e reprodução da vida é que surgem os ditadores em vez de autoridades. O sistema produtivo atual, capaz de liberar os seres humanos do fardo da produção da vida, para que finalmente todos possam viver, faz o movimento contrário e cada vez mais torna densas as malhas que os atam a tal sistema, concretizando, assim, a falta de condições concretas para a autonomia, elemento essencial para a formação do indivíduo.

Bibliografia

Adorno, Theodor W. Music in Radio. In: **Lazarsfeld Collections**. New York: Columbia University, 1938.

Adorno, Theodor W. Teoria de la Seudocultura. In: **Filosofia e Supersticion**. Madrid: Taurus Ediciones, 1964.

Adorno, T. W. Acerca de la relación entre Sociología y Psicología. In: T. W. Adorno, **Escritos Sociológicos: Vol. I. Obra Completa**. Madrid, España: Akal.

Adorno, Theodor W. Tipos e Síndromes. In: Adorno, T. W.; Frenkel-Brunswik, E.; Levinson, D. J.; Sanford, R. N. **La personalidad autoritaria**. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1965.

Adorno, Theodor W. **Current of Music. Elements of a Radio Theory**. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 2006.

Adorno, Theodor W. The Concept of Contradiction. In: **Negative Dialectics: fragments of a lecture course 1965/1966**. Cambridge, UK: Polity Press, 2008.

Adorno, Theodor W. **Correspondência 1928-1940 Adorno/Benjamin**. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.

Adorno, Theodor W. **Sobre Sujeito e Objeto**. Disponível In: <http://adorno.planetaclix.pt/tadorno2.htm> Acesso em 26/02/2004a

_____. **Notas Marginais Sobre Teoria e Práxis**. Disponível In: <http://adorno.planetaclix.pt/tadorno1.htm> Acesso em 04/03/2004b

_____. O Fetichismo na música e a regressão na audição. In: **Theodor W. Adorno: Textos escolhidos. Coleção os Pensadores**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

_____. **Palavras e Sinais: modelos críticos 2**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

Adorno, Theodor W. ; Simpson George G. Sobre música popular. In: **Sociologia**. Organizador: Gabriel Cohn. São Paulo: Editora Ática, 1986a, pp 115-146

Adorno, Theodor W. A indústria cultural. In: **Sociologia**. Organizador: Gabriel Cohn. São Paulo: Editora Ática, 1986b, pp 92-99

Adorno, Theodor W. Crítica cultural e sociedade. In: **Sociologia**. Organizador: Gabriel Cohn. São Paulo: Editora Ática, 1986c, pp 76-91

Adorno, Theodor W. Capitalismo tardio ou sociedade industrial. In: **Sociologia**. Organizador: Gabriel Cohn. São Paulo: Editora Ática, 1986d, 62-75

_____. Televisão, consciência e indústria cultural. In: **Comunicação e indústria cultural: leituras de análises dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade**. Organizador: Gabriel Cohn. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

_____. **Dialética Negativa**. Madri: Taurus Ediciones, 1984.

Adorno, Theodor W. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

Adorno, Theodor W. Tipos de comportamento musical. In: **Sociologia da música**. São Paulo: Editora da Unesp, 2011a, pp 55-84.

Adorno, Theodor W. Música ligeira. In: **Sociologia da música**. São Paulo: Editora da Unesp, 2011b, pp. 85-112.

Adorno, Theodor W. Função. In: **Sociologia da música**. São Paulo: Editora da Unesp, 2011c, 113-136.

Adorno, Theodor W.; Horkheimer, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

Beckett, Samuel. **Fim de Partida**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

Benjamin, Walter. Alguns temas em Baudelaire. In: **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. Obras escolhidas III**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: **Magia e Técnica; Arte e Política. Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1994a.

_____. Brinquedo e brincadeira. Observações sobre uma obra monumental (1928). In: **Magia e Técnica; Arte e Política. Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense; 1994b.

_____. Experiência e pobreza. In: **Magia e Técnica; Arte e Política. Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1994c.

Camus, Albert. **O Mito de Sísifo**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Carone, Iray. Sobre o conceito Adorniano de “regressão da audição” nos manuscritos de 1938. **Revista Constelaciones – Revista de Teoria Crítica**. Número 6, Diciembre 2014. Disponível In: http://www.constelaciones-rtc.net/06/06_14.pdf Acesso: 25/12/2014

Crochik, José L. A forma sem conteúdo e o sujeito sem subjetividade. **Psicologia USP**, Vol. 21 (1), São Paulo, jan/março 2010.

Deleuze, Gilles. **A filosofia crítica de Kant**. Lisboa: Edições 70, 2009.

Duarte, Rodrigo. Esquematismo e semiformação. Disponível In: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302003000200007&script=sci_abstract&lng=pt Acesso em: 02/07/2015

Duarte, Rodrigo. A percepção como interpretação. Disponível In: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/669/451> Acesso em 30/07/2011

Durkheim, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1971.

Ferry, Luc. Kant: uma leitura das três críticas. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

Freud, Sigmund. **Além do princípio do prazer**. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

Freud, Sigmund. O mal estar na civilização. In: **O futuro de uma ilusão, o mal estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931)**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. **Psicologia das massas e análise do eu**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

Freud, Sigmund. Further Recommendations. In: The techniques of Psychoanalysis, **Collected Papers**, vol. 2. Londres, 1957.

Freud, Sigmund. **New Introductory Lectures on Psychoanalysis**. Nova York, 1965.

Gammond, Stephend. **Down the tracks: the music that influenced Led Zeppelin**. Eagle Rock Studio, 2008.

Hegel, Georg W. F. **Enciclopédia de las Ciências Filosóficas**. Madri: Alianza Editorial, 2005.

Horkheimer, Max. Adorno, Theodor. Cultura e Civilização. In: Horkheimer, Max. Adorno, Theodor. **Temas Básicos da Sociologia**. São Paulo: Ed. USP, 1973a.

Horkheimer, Max. Adorno, Theodor. Ideologia. In: Horkheimer, Max. Adorno, Theodor. **Temas Básicos da Sociologia**. São Paulo: Ed. USP, 1973b.

Horkheimer, Max. **Eclipse da Razão**. São Paulo: Centauro, 2003.

_____. Autoridade e família. In: **Teoria Crítica I**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

Jacoby, Russel. **Amnésia Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

Kant, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

_____. Carta a Marcus Herz, de 21 de fevereiro de 1772. Disponível In: <http://www.dfmc.ufscar.br/uploads/documents/5064a7f6aa964.pdf> Acesso em: 16/07/2013.

_____. Resposta à pergunta: O que é Esclarecimento? 1974.

Kurz, Robert. One World e nacionalismo terciário. In: **Os Últimos Combates**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

Kurz, Robert. Filosofia míope do capitalismo-cassino. In: **Os Últimos Combates**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998

_____. As leituras de Marx no século XXI. Disponível In: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz97.htm> Acesso em: 22/02/2014

Locke, John. Qualidades Primárias e Secundárias; Experimento Mental dos Qualia Invertidos. In: **Ensaio sobre o entendimento humano**. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1999.

Lowenthal, Leo. Perspectivas históricas da cultura popular. In: **Comunicação e indústria cultural leituras de análises dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade; organizador: Gabriel Cohn**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1975.

Maar, Wolfgang L. Materialismo e primado do objeto em Adorno. **Transformação** vol. 29 no. 2, Marília, 2006.

_____. Prefácio, In: Durão, Fábio A.; Zuin, Antonio A. S.; Vaz, Alexandre F. (orgs.) **A indústria cultural hoje**. São Paulo: Boitempo, 2008.

Marcuse, Herbert. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In: **Tecnologia, Guerra e Fascismo**. São Paulo: Unesp, 1999.

_____. Cultura e Sociedade, vol II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. Ideologia da Sociedade Industrial. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

_____. Eros e Civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. Ideias sobre uma teoria crítica da sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Marx, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **O Capital**. Livro 1- O processo de produção do capital, Vol. I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

Matos, Olgária C. F. **Os Arcanos do Inteiramente Outro: a escola de Frankfurt. A melancolia e a revolução.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

Matos, Olgária C. F. Tempo sem experiência. Disponível em: <http://www.cpflcultura.com.br/integra-tempo-sem-experiencia-olgaria-matos>. Acesso em: 16 julho de 2009.

Ringer, Fritz. **O declínio dos mandarins alemães.** São Paulo: Edusp, 2000.

Schiller, Friedrich. **A educação estética do homem.** São Paulo: Iluminuras, 2002.

Safatle, Vladimir P. Curso sobre Hegel. Disponível In: <http://pt.scribd.com/doc/145847490/Safatle-Curso-Hegel-Completo-451p> Acesso em 30/11/2014

Silva, Cesar A A. **Além dos muros da escola: as causas do desinteresse, da indisciplina e da violência dos alunos.** Campinas: Papirus, 2010.

Tiburi, Márcia. **Metamorfoses do Conceito: ética e dialética negativa em Theodor Adorno.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

_____. **Crítica da Razão e mimesis no pensamento de Theodor Adorno.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

Weber, Max. A ciência como vocação. In: *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

Zerzan, John. **Futuro Primitivo.** Sabotagem, 1999.